



Bicentário
DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
1822-2022



REVISTA DA AHIMTB

ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL



VOL. 1, N. 4, 2022



Fonte: “Independência ou Morte”, pintura histórica localizada no Museu do Ipiranga, da Universidade de São Paulo, na Rua dos Patriotas, nº 100, Bairro Ipiranga, na cidade de São Paulo – SP, Brasil.

O autor: Pedro Américo de Figueiredo e Melo (nascido em Areia – PB, Brasil, em 29 de abril de 1843 – falecido na cidade de Florença, Itália, 07 de outubro de 1905). Em 1854, com onze anos, Pedro Américo foi para o Rio de Janeiro, estudar no Colégio Pedro II. Em 1856 ingressou na Academia Imperial de Belas Artes. Recebeu do Imperador D. Pedro II, uma bolsa para estudar na Escola Nacional Superior de Belas Artes de Paris, para onde foi em 1859, com dezesseis anos. Foi um romancista, poeta, cientista, teórico de arte, ensaísta, filósofo, político e professor brasileiro, mas é mais lembrado como um dos mais importantes pintores acadêmicos do Brasil, deixando obras de impacto nacional.

O quadro: “Independência ou Morte” ou “O Grito do Ipiranga”, de Pedro Américo é uma das mais emblemáticas imagens da História do Brasil. A obra foi feita por encomenda do governo da província de São Paulo para ocupar o salão de honra do Monumento do Ipiranga, prédio que estava em construção. Foi a Família Real que encomendou a obra, pois ela investia na construção do Museu do Ipiranga. É uma pintura histórica, sendo o gesto oficial da fundação do Brasil. Seu nome vem da exclamação de D. Pedro I ao proclamar a independência do Brasil, em 7 de setembro de 1822, quando voltando a São Paulo recebeu documentos vindos de Portugal, que desejavam a volta do território como colônia e, depois de os ler, declarou o Brasil independente. O artista Pedro Américo terminou de pintar o quadro em 1888 em Florença, na Itália (66 anos após a Independência ser proclamada e 01 ano antes da Proclamação da República). A ideia da obra era ressaltar o poder monárquico do recém-instaurado império. A imagem que consagrou o 7 de setembro é verossímil, mas não relata com exatidão o ocorrido no Dia da Independência. Essa cena foi produzida pela imaginação do pintor, diferenças são significativas. A pintura histórica retrata o episódio de maneira grandiosa, e Pedro Américo criou toda uma situação na tela, com elementos locais, para ressaltar esse aspecto de nossa brasilidade.

Informações técnicas:

Autor: Pedro Américo, gênero: pintura histórica, técnica: tinta a óleo sob tela, dimensões: 415 cm de altura × 760 cm de largura, data: 1888. Encomendado por Joaquim Inácio Ramalho.

Visite: <http://museudoipiranga2022.org.br/novo-museu/>



REVISTA DA AHIMTB
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL

vol. 1, n. 4, 2022

Resende, RJ
2022

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Editor

Academia de História Militar Terrestre do Brasil – Marechal Mário Travassos AHIMTB.

Localização: Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN

Conjunto Principal II – Biblioteca Cel. Panizzutti

Endereço: Rodovia Presidente Dutra Km 306

Resende – RJ

Carlos Roberto Peres – Cel. Eng. Ref. – Presidente da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares e em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018 e atual Presidente da Diretoria Executiva da AHIMTB.

Anvalgleber Souza Linhares – Cel. Inf. Ref. – Vice-Presidente da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

Graduação em Direito pelo Centro Universitário de Barra Mansa (UBM)

Especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Escola Superior de Guerra (ESG)

Especialização em Direito Civil Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG)

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)

Mestrado em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL).. Professor de Direito da AMAN e UBM.

Antonio Carlos Simon Esteves – Cel. Inf. Ref. – Secretário da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras

Graduação em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS

Especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco

Especialização em Educação pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército

MBA pela Fundação Getúlio Vargas

MBA pela ISCTE – Lisboa/PT

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Mestrado em Comunicação Social e Educação pela UFRJ.

Alexandre Neves Lemos Esteves. Cel. Inf. – Relações Públicas da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Graduado em História pela UNIRIO e pós-graduado em Política e Estratégia.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2018.

Durland Puppim de Faria. Cel. Int. 1º Tesoureiro da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Graduado em Direito e História, pós-graduado em Ciências Políticas e História Militar e mestrando em História Cultural.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2009.

João da Costa Paiva Filho – Cel. Inf. Ref. – Coordenador da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Especialização em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFRJ.

Julio Cesar Fidelis Soares. Professor Universitário. Conselheiro Fiscal da AHIMTB.

Mestre em História Social.

Pesquisador membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia Resendense de História.

Integrante do Instituto de Estudos Valeparaibanos e do Grupo de Preservação da História da FEB – Capitão Cobra – Resende - RJ (Reencenação Histórica).

Marcos Cotrim de Barcellos. Professor Universitário. Membro da AHIMTB.

Graduação em Filosofia pelo Centro Unisal de São Paulo.

Mestrado em Filosofia pela UFRJ.

Doutorado em História Social pela UFRJ.

Professor de Filosofia e História da Educação, Filosofia e História do Direito, na Associação Educacional Dom Bosco.

Professor de História da Filosofia, Filosofia da Ciência e Filosofia da Natureza no Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

Projeto Gráfico e diagramação da Revista

Maria Aparecida Ladeira da Cunha

Desenvolvedor

Kélcio José Gomes

4ª Edição

vol. 1, n. 4, 2022

Periodicidade

Semestral

Site: www.revistamilitarterrestre.com.br

Contato: contato@revistamilitarterrestre.com.br



EDITORIAL

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL | ANO 03 | NÚMERO 04

Antonio Carlos Simon Esteves¹

Neste ano de 2022, comemorativo do Bicentenário da Independência do Brasil, temos o orgulho de apresentar o quarto número da Revista da Academia de História Militar Terrestre do Brasil, em seu terceiro ano de existência.

A capa desta edição nos apresenta com um quadro que é um dos mais conhecidos no imaginário da população brasileira, dentre as obras das pinacotecas brasileiras. Todas as escolas deste imenso Brasil, por ocasião da Semana da Pátria, desenvolvem atividades com as crianças, confeccionando um chapéu e uma espada a semelhança do fato ocorrido às margens do Riacho Ipiranga. O quadro da “Independência ou Morte” do pintor brasileiro Pedro Américo, pintado somente em 1888, um ano antes da Proclamação da República, retrata o momento histórico, de forma simbólica; do grito de nossa independência da metrópole portuguesa, que decorridos 200 anos, estamos mais uma vez, a refletir, estudar, trabalhar e comemorar.

Neste contexto de celebração, nosso primeiro artigo, do Presidente da AHIM-TB, Cel Veterano Peres nos apresenta de forma clara, precisa e concisa uma retrospectiva histórica do 07 de setembro de 1822, da Independência do Brasil. São apresentados os marcos cronológicos, políticos e sociais, de antes, que levaram a sua execução as margens do Ipiranga e a consolidação durante o império de D. Pedro I.

Neste trajeto histórico, o suceder de personagens ilustres e de passagens da História Militar Terrestre do Brasil e do contexto de época. É uma agradável leitura;

¹ Possui graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras em 1977, Turma Tiradentes. Em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS, pós-graduação e especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco e pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército. MBA pela Fundação Getúlio Vargas e ISCTE – Lisboa/PT; mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Mestrando em Comunicação Social e Educação pela UFRJ. Professor concursado do Magistério do Exército nas disciplinas de Introdução à Economia e Introdução à Administração na AMAN. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Dom Bosco, Presidente da Associação Educacional Dom Bosco – Resende/RJ.

concito a atenção para as reflexões e considerações atuais expostas na conclusão do artigo de nosso prezado acadêmico. E viva o Bicentenário de nossa Independência.

Os dois artigos que seguem, um do Prof. Júlio Fidélis e o outro escrito em conjunto pelos militares da Aviação do Exército Cel Geraldo, Subtenente Assunção e 1º Sargento Nascimento resgatam fatos do passado e atualizam conhecimentos desta importante arma para o cenário dos campos de batalha, em particular de nossa história brasileira. Pela leitura do artigo da Gênese das “Asas da Força Terrestre” que completa em 2022, cento e três anos de criação da Aviação Militar e concomitante se analisarmos seu batismo de fogo em 1932 na Operação na Frente Leste da Revolução Constitucionalista, decorridos 90 anos, podemos fazer reflexões, para os dias e ambientes atuais, quanto a evolução tecnológica, o preparo de quadros especializados e a necessidade estratégica das nações de possuir tão relevante infra estrutura de construção desta sofisticada arma de guerra. São artigos importantes e históricos, face a inclusão do Brasil no seletivo grupo de países mundiais que desenvolvem uma indústria aeronáutica e aero espacial com condições de suprir as necessidades nacionais e estrategicamente de fornecer a outras nações.

O Aspirante de Artilharia Neilson nos apresenta “A Evolução da Artilharia Antiaérea Brasileira, desde 1930 até 2020”. Seu estudo evolutivo vem somar aos dois artigos anteriores, que tratam de aviação no Brasil: da Gênese das “Asas da Força Terrestre”, criação da Aviação Militar há 103 anos e concomitante seu batismo de fogo em 1932 na Operação na Frente Leste da Revolução Constitucionalista. Em seu resumo cita que o objetivo central da pesquisa é apresentar como ocorreu o surgimento da Artilharia Antiaérea Brasileira, seu desenvolvimento nestas nove décadas e discorre sobre o atual sistema empregado. As condicionantes em função das dimensões territoriais do país e outros fatores preponderantes, com o objetivo da manutenção da Soberania Nacional e de capacitar as Forças Armadas em defender as fronteiras brasileiras. Conclui seu estudo de nossa AAAe tecendo considerações quanto aos materiais adquiridos durante o século XX e início do século XXI. A renovação dos materiais antiaéreos, a quantidade de equipamentos adquiridos, a alta tecnologia empregada e o incentivo constante pelo desenvolvimento de materiais nacionais do ramo bélico, elevando o nível de defesa antiaérea de baixa altura nacional.

Em seguida o Cel Veterano Raphaël dialoga com o leitor quanto a Filosofia e a Ciência Militar no terceiro milênio. Em pleno desenrolar da segunda década do século XXI, acompanhamos com assombro a guerra da Rússia com a Ucrânia, e suas consequências para todo o mundo. Indaga o autor: como deve agir eticamente e com princípios lógicos o cidadão-soldado no Terceiro Milênio? Partindo do estudo dos grandes pensadores da humanidade, da antiguidade aos dias atuais; com a atenção da construção de uma sociedade através da educação, o autor foca nos nossos” valores, língua, etnias, tradições e costumes que consolidaram um único País, sem nenhum desmembramento territorial, mantendo a dimensão continental, em meio à fragmentação ocorrida nos diversos países que surgiram no período pós-colonial no Continente Americano”. No desenvolvimento do artigo é apresentado como a Filosofia, ciência mãe, contribuí também para a Ciência Militar, e finaliza, de forma sin-

tética, quanto as competências, habilidades e atitudes desejadas ao estudante militar. É um artigo que merece ser lido com atenção e reflexão por todos os que labutam e se interessam pela formação do comandante e líder das organizações, no processo do sistema educacional militar; dentro do cenário desafiador da pós-modernidade das incertezas, para enfrentar os novos desafios do século XXI, através de um pensamento prospectivo e estratégico.

O trabalho apresentado pela Aspirante Emily Braz, intitulado “A força bruta não é o ponto mais importante: a participação de mulheres do Exército Brasileiro em Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas”, contribui com os estudos e a construção da história recente da inserção do sexo feminino nas forças armadas do Brasil. Apresenta dados, tabelas e considerações sobre a participação de mulheres em operações de manutenção da paz da ONU, e as percepções dessas “pacekeepers”. Utiliza uma metodologia da pesquisa qualitativa e quantitativa e preocupou-se em garantir o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, quanto aos objetivos do estudo e a manutenção do sigilo quanto às voluntárias e suas identidades. Concito os leitores a apreciarem os dados e informações apresentadas na pesquisa e seus resultados, que “indicam a necessidade de tornar as políticas brasileiras mais incisivas quanto à equidade de gênero, a fim de desdobrar mulheres em paridade numérica e funcional”, principalmente quando, “a força bruta não é o ponto mais importante”.

O Coronel de Cavalaria Marcus em seu estudo apresenta “O Pensamento Militar Brasileiro e sua influência na geopolítica do país - uma visão sobre obras de pensadores militares, no século XX suas influências e seus reflexos para o Brasil”. São apresentados os pensamentos de geopolítica de três grandes estudiosos militares no assunto: Gen Mário Travassos, em a “Projeção Continental do Brasil”, Golbery do Couto e Silva, em “Geopolítica e Poder” e Carlos de Meira Mattos, em “Brasil: Geopolítica e Destino”. O alinhamento dos estudos a par de momentos históricos específicos e seus condicionantes são atuais e relevantes. O atual cenário mundial, tido globalizado em transição, é uma prova da necessidade de continuação, acompanhamento, estudo e pesquisas por nossas universidades, a semelhança de estudiosos estrangeiros que há muito tempo se dedicam ao mister; para fundamentar o desenvolvimento econômico e a preservação da democracia brasileira. Na última década, vencendo os paradigmas estabelecidos, venturosamente tem sido observado a constituição de inúmeros programas, departamentos e núcleos dedicados a temática em nosso país, em diversas universidades e em grandes comandos das Forças Armadas, sediados em vários estados da federação. O Cel Marcus através de seu estudo, junto com os pensadores de seu programa na universidade e dos leitores da Revista da AHIMTB, através deste artigo acrescenta esta contribuição e a constatação da relevância da geopolítica, emanada por estes três grandes generais.

Encerrando esta edição o Coronel Veterano Neves, Assessor Cultural do Comando da AMAN, nos proporciona uma visita guiada ao “Patrimônio Cultural presente na Biblioteca Marechal José Pessoa como referência para o Cadete da Academia Militar das Agulhas Negras”. Este artigo aborda com muita propriedade aspectos

intrínsecos da educação e da cultura pertencentes ao modelar estabelecimento de ensino designado de Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, célula mater da formação do oficial do Exército Brasileiro. Os quadros que emolduram as capas das edições de número 2 e 3 de nossa Revista da AHIMTB fazem parte deste acervo da biblioteca. A leitura do artigo, a apreciação das obras iconográficas e a visão do espaço e mobiliário da biblioteca permitirá a compreensão de aspectos da formação de um profissional que perpassa as linhas frias das diretrizes curriculares nacionais. Além dos Cadetes, toda comunidade educacional e visitantes se sentem impregnados pelos valores e tradições emanadas pelo ambiente. É uma viagem cultural no patrimônio material da AMAN, na história, na nossa cultura, nas raízes e nas tradições da Sociedade Brasileira. Vale a pena ler o artigo e programar uma visita in loco e conhecer este precioso acervo museológico, que está aberto ao público interessado. <http://www.aman.eb.mil.br/aman-retoma-visita>

Boa leitura!

Antonio Carlos Simon Esteves



SUMÁRIO

O Bicentenário da Independência do Brasil <i>Carlos Roberto Peres</i>	11
A Aviação do Exército em Operação na Frente Leste 90 anos da Revolução Constitucionalista <i>Julio Cesar Fidelis Soares</i>	21
29 de janeiro de 1919 - 103 anos de criação da Aviação Militar Gênese das “Asas da Força Terrestre” <i>Antonio Geraldo Rodrigues, Fabio Cesar Santos Assunção, Antonio Carlos Nascimento Barbosa</i>	36
A evolução da Artilharia Antiaérea Brasileira, desde a década de 1930 até 2020 <i>Neilson Inácio da Silva Junior</i>	41
A Ciência Militar no Terceiro Milênio <i>Júlio Raphael de Freitas Coutinho</i>	60
“A força bruta não é o ponto mais importante”: a participação de mulheres do Exército Brasileiro em Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas <i>Emily de Souza Braz, Marília Araujo Fernandes</i>	65
O pensamento militar brasileiro e sua influência na geopolítica do país <i>Marcus Antonio Rodrigues Junior</i>	79
O patrimônio cultural presente na Biblioteca Marechal José Pessoa como referência para o cadete da Academia Militar das Agulhas Negras <i>Alexandre Neves Lemos Esteves</i>	107



O Bicentenário da Independência do Brasil

Carlos Roberto Peres¹

Resumo

O presente artigo científico tem como objetivo realizar uma releitura do fato histórico representado pela Independência do Brasil e que no dia sete de setembro do corrente ano completa o seu bicentenário. Para se desenvolver esta retrospectiva buscamos destacar os principais marcos históricos que contribuíram para a sua execução e com a sua consolidação. Apreciando estes momentos históricos verificamos os eventos, anteriores e posteriores à Proclamação da Independência, bem como a atuação das principais personagens envolvidas nos acontecimentos.

Palavras-chave: Independência do Brasil. Fatos históricos. Personagens envolvidas.

Abstract

This scientific article aims to reinterpret the historical fact represented by the Independence of Brazil and that on September 7th of this year completes its bicentenary. To develop this retrospective we seek to highlight the main historical demarcation that contributed to its execution and consolidation. Appreciating these historical landmarks, we verified the events, before and after the Proclamation of Independence, as well as the performance of the main parsonages involved in the events.

Keywords: Independence of Brazil. Historical facts. Personages involved.

¹ Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes. Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares e em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018 e atual Presidente da Diretoria Executiva da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB).

Introdução

A Proclamação da Independência do Brasil aconteceu em sete de setembro de 1822, às margens do Rio Ipiranga, tendo como demarcador o Grito da independência entoado por Don Pedro de Alcântara, Príncipe Regente do Brasil.

Causas da Independência

A vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil em 1808, em decorrência da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte, influiu diretamente na independência do Brasil, declarada em 1822, tendo em vista uma série de medidas que foram adotadas por Dom João após sua chegada à Colônia.

A família real portuguesa se instalou no Rio de Janeiro e, a seguir passou a realizar uma série de mudanças para impulsionar, principalmente, o desenvolvimento comercial, econômico e cultural do Brasil.

O jornalista Chico Castro em sua obra assinala outras medidas que foram adotadas pelo Príncipe regente:

“Tomou providências, um ano após a sua chegada, para que houvesse interesse pela educação e literatura brasileiras no ensino público, abrindo vagas para professores. Instalou na Bahia uma loteria para arrecadar fundos em favor da conclusão das obras do teatro da cidade; mandou estabelecer em Pernambuco a cadeira de Cálculo Integral, Mecânica e Hidromecânica e um curso de Matemática para os estudantes de Artilharia e Engenharia da capitania; isentou do pagamento de direitos de entrada em alfândegas brasileiras de matérias-primas a serem manufaturadas em qualquer província e criou, pela primeira vez no país, um curso regular de língua inglesa na Academia Militar do Rio de Janeiro”².

Além disso, em outros centros, foram implementadas mudanças que resultaram em grande desenvolvimento.

A seguir, o príncipe Regente Dom João, autorizou a abertura dos portos brasileiros às nações amigas.

Essas e outras medidas tinham por finalidade modernizar o país fazendo com que o Brasil pudesse deixar de ser apenas uma colônia portuguesa, passando a ter condições de se transformar em parte integrante do Reino de Portugal.

Assim, em 16 de dezembro de 1815, no Rio de Janeiro, o príncipe regente português dom João assinou um decreto que criava o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Com isso, o Brasil deixou de ser colônia e foi elevado à categoria de reino.

Essa medida se mostrou muito importante para o Brasil, levando em conta que de acordo com o que nos apresentam as historiadoras Lília Schwarcz e Heloísa Starling, a medida tinha como objetivo principal evitar que o Brasil seguisse pelo

2 CASTRO, Chico. A Noite das Garrafadas. Brasília: Senado Federal, 2013, p. 33 e 34.

caminho da fragmentação revolucionária – como havia acontecido na relação entre EUA e Inglaterra³.

Em 1816, em decorrência do falecimento de sua mãe, Dona Maria I, Rainha de Portugal Brasil e Algarves, D. João tornou-se Rei de Portugal, Brasil e Algarves, com o título de D. João VI.

Na visão do professor Daniel N. Silva a presença da família real no Brasil havia proporcionado grandes avanços, mas ainda assim, demonstrações de insatisfação aconteceram por meio da Revolução Pernambucana de 1817. A mudança da família real para o Brasil havia resultado em grande aumento de impostos e interferido diretamente na administração da capitania⁴.

A Revolução Pernambucana de 1817 foi reprimida violentamente pelas forças militares do Reino.

Em decorrência da invasão francesa em seu território, Portugal vivia uma forte crise política e econômica. Além disso, havia muita insatisfação por causa das transformações que ocorriam no Brasil, devido às medidas adotadas por D. João VI.

De acordo com o que nos apresenta o professor Daniel N. Silva, a Revolução Liberal do Porto eclodiu em 1820 e foi organizada pela burguesia portuguesa inspirada em ideais liberais. Um dos grandes objetivos dos portugueses era o retorno do rei para Portugal. Na visão da burguesia portuguesa, Portugal deveria ser a sede do Império português. Outra reivindicação importante dos portugueses foi a exigência de restabelecimento do monopólio comercial sobre o Brasil. Essa exigência causou grande insatisfação no Brasil, uma vez que demonstrava a intenção dos portugueses em permanecer com os laços coloniais em relação ao Brasil⁵.

Dom João VI, em vista dos acontecimentos em Portugal, resolveu retornar à Europa em 26 de abril de 1821.

A comitiva de D. João VI, em seu retorno para Portugal, era constituída por aproximadamente quatro mil pessoas. Foi levada para Portugal uma grande quantidade de ouro e de diamantes que se encontravam nos cofres do Banco do Brasil. Com o retorno do rei para Portugal, Dom Pedro de Alcântara tornou-se Príncipe Regente do Brasil.

A partir daí, teve início o processo de independência do Brasil, com a participação direta do Príncipe Regente Dom Pedro de Alcântara.

2 DESENVOLVIMENTO

O Processo de Independência

As Cortes portuguesas, instituição criada durante a Revolução do Porto, ado-

3 SCHWARCZ, Lília Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 189.

4 SILVA, Daniel Neves. “Independência do Brasil”; Brasil Escola. <https://brasilestela.uol.com.br/historiab/independencia-brasil.htm>.

5 Idem 4

taram medidas muito restritivas em relação ao Brasil, tais como a transferência para Portugal das principais instituições criadas durante o Período Joanino, o envio de mais tropas para o Rio de Janeiro e a exigência de retorno do príncipe regente para Portugal.

Essas medidas, aliadas à intransigência dos portugueses, nas negociações com os representantes brasileiros e a maneira desrespeitosa em relação ao Brasil fizeram com que os atritos com os portugueses aumentassem, ampliando o desejo de separação. A exigência do retorno de D. Pedro para Portugal provocou reação no Brasil.

Em dezembro de 1821, chegou ao Rio de Janeiro uma ordem das Cortes portuguesas, exigindo o retorno imediato de D. Pedro para Portugal.

Em janeiro de 1822, quando participava de uma audiência no Senado, foi entregue a D. Pedro um documento com mais de oito mil assinaturas e que exigia a permanência do Príncipe Regente no Brasil.

Supostamente motivado por isso, D. Pedro disse palavras que entraram para a história do país: “Como é para bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto; diga ao povo que fico”⁶. Esse acontecimento ficou conhecido como o Dia do Fico.

Os acontecimentos que se seguiram promoveram, no Brasil, o desejo de ruptura com Portugal, embora ainda houvesse o desejo de muitos, em manter o vínculo com Portugal.

Ao longo do processo, apoiado pela esposa do Príncipe Regente, D. Maria Leopoldina e por José Bonifácio da Andrada e Silva, “o Patriarca da Independência”, foram adotadas algumas medidas no Brasil, que caminhavam na direção do rompimento com Portugal.

Em maio de 1822, foi decretado o “Cumpra-se”, medida que determinava que as leis e as ordens decretadas em Portugal só teriam validade no Brasil com o aval do príncipe regente.

Em junho daquele mesmo ano, foram convocadas eleições para a criação de uma Assembleia Constituinte no Brasil.

Com essas medidas tornava-se cada vez mais concreta a separação entre Brasil e Portugal, levando em conta que as relações com as Cortes portuguesas permaneciam irreconciliáveis, de vez que prejudicavam os interesses brasileiros.

Em 28 de agosto de 1822, chegaram ordens de Portugal determinando que o retorno de D. Pedro para Portugal deveria ser imediato.

Em 2 de setembro, D. Maria Leopoldina, convencida da necessidade do rompimento com Portugal, organizou uma sessão extraordinária do Ministério, na qual assinou uma declaração de independência e a enviou para D. Pedro que estava em viagem a São Paulo.

O mensageiro alcançou a comitiva de D. Pedro, quando esta, retornando de Santos, se encontrava nas imediações de São Paulo, próxima do Rio Ipiranga.

O príncipe regente leu os documentos e ratificou a ordem de independência com um grito às margens do Rio Ipiranga, conforme os registros históricos.

6 Idem 4

De acordo como nos mostra Laurentino Gomes em sua obra, no ano de sua independência o Brasil tinha, de fato, tudo para dar errado. De cada três brasileiros, dois eram escravos, negros forros, mulatos, índios ou mestiços. Era uma população carente de tudo, que vivia à margem de qualquer oportunidade em uma economia agrária e rudimentar, dominada pelo latifúndio e pelo tráfico negreiro. O medo de uma rebelião de cativos assombrava a minoria branca. O analfabetismo era geral. De cada dez pessoas só uma sabia ler e escrever. Os ricos eram poucos e, com raras exceções, ignorantes. O isolamento e a rivalidade entre as províncias prenunciava uma guerra civil, que poderia resultar na divisão do território, a exemplo do que já ocorria nas vizinhas colônias espanholas⁷.

Figura 1. Litografia do panorama do Rio de Janeiro, em 1821. Fonte: Museu Nacional



Ainda segundo Laurentino Gomes, o Brasil de 1822 triunfou mais pelas suas fragilidades do que pelas suas virtudes. Os riscos do processo de ruptura com Portugal eram tantos que a pequena elite brasileira, constituída por traficantes de escravos, fazendeiros, senhores de engenho, pecuaristas, charqueadores, comerciantes, padres e advogados, se congregou em torno do Imperador Pedro I como forma de evitar o caos de uma guerra civil ou étnica que, em alguns momentos, parecia inevitável. Conseguiu, dessa forma, preservar os seus interesses e viabilizar um projeto único de país no continente americano. Cercado de Repúblicas por todos os lados, o Brasil se manteve como Monarquia por mais de meio século⁸.

Podemos acrescentar ainda, dentro dessas possibilidades, duas visões absolutamente distintas de dois importantes interlocutores dentro do processo de independência. José Bonifácio que tinha uma visão unitarista e centralizadora e que propunha uma Monarquia constitucional. Por outro lado, a visão de Frei Caneca, que tinha uma proposta republicana e federalista, alinhada com o que aconteceu com os demais Estados da América do Sul.

7 GOMES, Laurentino. 1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram Dom Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado, 2010, pag 17.

8 Idem 7, pag 22.

Figura 2. Cópia de J R Ferreira do Óleo sobre tela datado de 1931, do pintor Pedro Américo. Fonte: Espaço Cultural da AMAN



O 7 de setembro não encerrou o processo de independência do Brasil, ele seguiu com episódios de lutas contra a independência que ocorreram de Norte a Sul do país.

O príncipe Regente foi aclamado como D. Pedro I, Imperador do Brasil, no dia 12 de outubro, sendo coroado no dia 1º de dezembro de 1822.

Figura 3. Jornal Correio da Manhã. Fonte: <https://bndigital.bn.gov.br>



No prosseguimento do processo de consolidação da independência, ficou evidente a necessidade de se ter uma nova Carta de Leis que garantisse o necessário ordenamento jurídico ao novo país e à sua evolução como Estado Nacional. Assim, em três de maio de 1823, Dom Pedro I abriu a primeira Assembleia Geral Constituinte.

Os trabalhos da Assembleia Constituinte foram muito tumultuados pelos diversos interesses políticos que estavam em jogo. De acordo com o que nos apresenta Werneck em sua obra, em 12 de novembro de 1823 a primeira Assembleia do Brasil, sofria seu golpe ⁹, desfechado pelo Imperador:

“Havendo eu convocado, como tinha direito de convocar, a Assembleia Geral Constituinte (...) Hei por bem como Imperador e defensor perpétuo do Brasil, dissolver a mesma assembleia...”

Ainda segundo Werneck, houve muita discussão (...), alguns parlamentares dominavam a palavra se revezando nos debates, mas, um dos deputados disse: “nós já não temos mais o que fazer aqui”. Saíram da sala todos os Deputados, dissolvendo-se assim a Assembleia ¹⁰.

Assim, em 25 de março de 1824, Dom Pedro I, Imperador do Brasil, outorgou à Nação a sua primeira Constituição.

Como nos mostra Werneck, a nova constituição determinava em seu artigo 10º quatro poderes: o Executivo, o Legislativo, o Judiciário e o Moderador, sendo este “delegado privativamente ao Imperador”, que era o chefe do executivo, exercendo-o pelos ministros, contudo inviolável! Também estabelecia o Conselho de Estado, composto por conselheiros vitalícios e nomeados pelo Imperador¹¹.

Esta constituição consolidou também a criação do Exército Brasileiro, cujo embrião foi gerado em 1648, na Batalha dos Montes Guararapes, quando brancos, índios e negros se juntaram para expulsar o invasor Holandês do nosso território. Ali surgiu o nosso espírito nativista, ali nasceu a Pátria brasileira.

Guerra de independência do Brasil

Pelo que se pode apreciar nas diversas fontes de consulta utilizadas o processo de independência do Brasil não se encerrou com a proclamação da independência. Varias regiões do país, que não aderiram ao processo de independência demonstraram a sua insatisfação com a separação de Portugal.

De acordo com Durland, o processo de emancipação passou por diversos episódios que tiveram por motivação a manutenção da situação anterior à independência.

Os principais eventos ocorreram inicialmente na Bahia, em 1823; no Pará, em 1823; em Pernambuco, a chamada Confederação do Equador, em 1824; e no sul do Império, a Guerra da Cisplatina, entre 1825 e 1828.

9 WERNECK, Eduardo Cesar .. da Silva. O Marques do Paraná. A vida pública e privada de “El Rei” Honório Hermeto Carneiro Leão. 2015, pag 84.

10 Idem, pag 86 e 87.

11 Idem, pag 88 e 89.

Em todos eles o Exército teve participação marcante para combater os revoltosos, controlar as ações, promover a pacificação e a manutenção da integridade nacional. Nestes combates tiveram seus batismos de fogo, o tenente Luis Alves de Lima e Silva, Ajudante do Batalhão do Imperador, no Sítio da capital baiana, e Manuel Luis Osório, na tropa de cavalaria de Legião de São Paulo, no Sítio de Montevidéu. Caxias tinha então, 20 anos e Osório tinha 15 anos¹².

Ocorreram ainda, durante o período de consolidação da Independência, conforme nos mostra Durland, várias Revoltas nos Períodos Regenciais e do II Reinado.

A crise econômica que se instalou no período pós-independência contribuiu para gerar insatisfações e descontentamentos em várias províncias do país. A onda liberal e reformista da primeira metade do século XIX fazia com que tanto a classe popular quanto a classe média lutassem pelo direito de participar do poder político nacional, pressionando o Governo Central do Império.

Os detentores do poder, em meio à crise econômica e social, mantinham firme o objetivo de impor a sua autoridade em todo o território nacional. As disputas entre Liberais e conservadores provocaram uma série de revoltas que tiveram início ainda no período regencial e se estenderam até quase a metade do século.

Dentre estas revoltas, o citado autor em sua obra procura destacar: a Cabanagem 1835/1840, no Pará; a Sabinada 1837/1838, na Bahia; a Balaiada 1838/1841, no Maranhão; a Revolta Liberal de São Paulo 1842; a Revolta Liberal de Minas Gerais 1842; a Revolução Farroupilha 1835/1845, no Rio Grande do Sul; e a Revolução Praieira 1848, em Pernambuco.

A Revolução Praieira foi a última revolta interna ocorrida no império.

A partir de 1848, a aristocracia rural passou a ser senhora absoluta dos destinos políticos do país, obtendo a pacificação que desejava, ou seja, a maioria da população foi alijada da disputa pelo poder¹³.

Ao longo de todo esse período Luis Alves de Lima e Silva, futuro “DUQUE DE CAXIAS” e Patrono do Exército Brasileiro, teve destacada participação conseguindo a pacificação de todos esses movimentos por meio de sua atuação segura e firme além de sua ação conciliadora e de suas propostas de anistias para os revoltosos em nome da unidade da Pátria.

Consequências da independência do Brasil

Dentre as principais consequências da independência do Brasil, podemos destacar:

- o surgimento do Brasil como nação independente na América do Sul;
- a efetivação da construção da nacionalidade brasileira;
- o Estabelecimento de uma monarquia na América do Sul, onde todos os demais Estados são Repúblicas; e
- o aparecimento do primeiro endividamento do Brasil, em consequência do pagamento de indenização a Portugal pela perda da colônia.

12 FARIA, Durland Pupin de, Organizador. Introdução à História Militar Brasileira. AMAN. 2015, pag 123

13 Idem, pag 158.

3 CONCLUSÃO

Passados duzentos anos do “Grito do Ipiranga” podemos olhar para traz e afirmar que o processo de independência do Brasil foi exitoso. Temos um país que manteve a sua integridade territorial e até ampliou-a pelos acordos que celebrou com seus vizinhos e parceiros, particularmente, pela atuação de um grande brasileiro, o Barão do Rio Branco, quando responsável pelas relações exteriores do país.

Algumas das dificuldades que se apresentavam em 1822 foram superadas graças à sabedoria e à capacidade empreendedora dos líderes incumbidos de conduzir os destinos do país naqueles primeiros momentos de dificuldades. Infelizmente, outras, mormente na área social, como educação, saúde, moradia, saneamento básico, transportes, emprego e distribuição de renda, ainda não veem apresentando os resultados esperados.

Fomos capazes de superar a Guerra de Independência, combatendo os revoltosos, promovendo a pacificação das diversas regiões conflagradas e, principalmente, mantendo a integridade nacional. A atuação do futuro “DUQUE DE CAXIAS” e Patrono do Exército Brasileiro, foi fundamental para a pacificação de todos os movimentos com sua ação conciliadora e propostas de anistias para os revoltosos em nome da unidade da Pátria.

Embora cercado por Repúblicas por todos os lados o Império brasileiro foi capaz de se manter por mais de setenta e cinco anos, só sendo substituído com a proclamação da República em 1889.

Figura 4. Rio de Janeiro em 2021.



Fonte: <https://grupocataratas.com/rio-de-janeiro>

Temos uma população miscigenada, fruto do nosso sistema colonial, e com grande diversidade cultural. Possuímos diversos hábitos regionais, de Norte ao Sul e do Leste ao Oeste, em decorrência da grandiosidade do nosso espaço territorial.

Nossa gente é alegre e trabalhadora, com capacidade para superar as dificuldades e vem contribuindo para que em breve o país venha a ser uma das maiores economias do mundo.

Assim, são inúmeras as razões para nos orgulhar da nossa independência e para reverenciar àqueles que, duzentos anos atrás, conduziram o processo que transformou a antiga colônia portuguesa em um Estado Independente. Parabéns Brasil pelo bicentenário da sua independência.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Chico. A Noite das Garrafadas. Brasília: Senado Federal, 2013.

FARIA, Durland Pupin de, Organizador. Introdução à História Militar Brasileira. AMAN. 2015.

GOMES, Laurentino. 1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram Dom Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado. 2010.

SILVA, Daniel Neves. “Independência do Brasil”; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/independencia-brasil.htm>. Acesso em 26 de maio de 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Murgel. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

WERNECK, Eduardo Cesar.. da Silva. O Marques do Paraná. A vida pública e privada de “El Rei” Honório Hermeto Carneiro Leão. 2015

A Aviação do Exército em Operação na Frente Leste

90 anos da Revolução Constitucionalista

Julio Cesar Fidelis Soares¹

Resumo

O presente artigo buscar um pouco da história da Revolução de 1932, que ocorreu em grande parte do território do Vale do Paraíba nas áreas fronteiriças entre os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas exatamente nas terras de Resende que era alvo estratégico na visão militar paulista e das tropas governistas. O trabalho tem a intenção de chamar atenção para participação da aviação do Exército na Revolução e seus protagonistas em ação no Médio Vale do Paraíba mais precisamente no aeródromo de Resende no Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Aviação; revolução; representação social.

Sommaire

Cet article cherche un peu de l'histoire de la Révolution de 1932, qui s'est produite dans une grande partie du territoire de la vallée de Paraíba dans les zones frontalières entre les États de Rio de Janeiro, São Paulo et Minas, exactement dans les terres de Resende, qui était une cible stratégique dans la vision. Force militaire pauliste et troupes gouvernementales. L'ouvrage vise à attirer l'attention sur la participation de l'aviation militaire à la Révolution et de ses protagonistes en action dans la vallée moyenne de Paraíba, plus précisément à l'aérodrome de Resende dans l'État de Rio de Janeiro.

Mots-clés: Aviation; révolution; représentation sociale.

¹ Professor Universitário, Mestre em História Social, membro do Instituto de Estudos Valeparaibano (IEV), da Academia Resendense de História, da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia de Letras e Artes de Cruzeiro-SP..

Para darmos início ao nosso breve estudo há de se buscar para um entendimento as causas e objetivos do movimento revolucionário. Um assunto complexo que procuraremos dar uma noção ao leitor. Assim sendo já alertamos que não é possível entender a Revolução de 1932 sem saber dos fatos e ações que movimentaram a Revolução 1930, um drama do país realizado em dois atos como disse o Aureliano Leite em seu trabalho que também nos diz que Revolução 1932 é uma projeção do movimento da Proclamação da República, ou seja, faz parte de todo um processo dinâmico reorganização dos subgrupos políticos dentro do movimento Republicano.

Mas, além disto, temos pelos menos dois fatores exógenos que dão rastilho a Revolução de 1930:

1) A crise econômica do café, que podia ser atenuada por providências governamentais;

2) O clima internacional, dado o espírito de imitação do brasileiro ou o contágio de movimentos revolucionários vitoriosos na Argentina, no Chile, etc...

Somados todos os fatos triunfou 1930 o movimento Revolucionário da Aliança Nacional e dá-se início ao processo daquilo que irá se chamar de Revolução Constitucionalista que teve por objetivos: além de entregar São Paulo a si mesmo, obrigar a Ditadura a recolocar a Revolução no seu verdadeiro caminho, obedecendo às reivindicações da Aliança Liberal, como o disse João Neves da Fontoura.

Ao iniciar-se o movimento no Estado de São Paulo, Resende sente os primeiros efeitos da movimentação de tropas uma vez que as mais importantes unidades militares paulistas vão se voltar para direção de Resende como primeiro ponto a ser conquistado com vistas a chegar à capital federal. A cidade tranquila do interior com seus casarões centenários advindos do ciclo cafeeiro transformam-se em setor de operações das tropas do governo (legalistas). Itamar Bopp nos relata que em 10 de março de 1932, entra na cidade sob o comando do Coronel Pinto Coelho, um pelotão do 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, que monta sua área de acantonamento em Campos Elíseos.

No dia 12 de março o comando é passado ao Coronel Manoel de Cerqueira Daltro Filho. O destacamento é reforçado por mais três unidades do exército, quando se instala o Quartel General em dependências da Estrada de Ferro, ou seja, na sede da Estação Ferroviária de Resende, neste momento é proclamada aos habitantes de Resende que a cidade está ocupada militarmente como medida preventiva e é divulgado quais as restrições sob ordem marcial. Mais de 800 homens são mobilizados para manterem a ordem e disciplina em função do momento delicado. É importante destacar que o Quartel General de Góis Monteiro antes de vir para Resende tinha sido instalado em Barra Mansa.

Figura 1 - Cel.Daltro e Gen.Góes Monteiro 1932



Breve histórico das Asas da Força Terrestre – Dos balões na Guerra da Tríplice Aliança (1867) ao advento da Arma de Aviação e o conflito de 1932

Durante a Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai), em 1867, o então Marques de Caxias (Duque de Caxias - Patrono do Exército) operou balões cativos para observar as tropas paraguaias nas regiões de Curupaiti e Humaitá. Foi o primeiro emprego de um meio aéreo em combate na América Latina. A importância dos balões, como plataforma de observação e reconhecimento em combate, levou o Exército Brasileiro a planejar a primeira unidade aérea (Parque de Aerostação) das Forças Armadas Brasileiras. O 1º Ten Juventino da Fonseca, em 1907 na Europa, realizou cursos e provas para operação de balões, tornando-se o primeiro aeronauta militar do Brasil. Realizou, também, a aquisição de balões e demais materiais necessários para o início das operações do Parque de Aerostação. Infelizmente, no ano seguinte, na primeira demonstração aérea em solo brasileiro, nosso primeiro aeronauta sofreu um acidente durante o voo e faleceu com a queda do balão. Este fato provocou a primeira investigação aeronáutica no Brasil. Durante a década de 1910, os aviões ganham os ares e atenção em todo o Planeta.

Em 1915, de forma pioneira na América do Sul, a nossa Força Terrestre empregou o avião em combate na região de conflito da Campanha do Contestado, na região das localidades de União da Vitória - PR e Porto União - SC. Coube ao Patrono da Aviação do Exército, Capitão Ricardo Kirk, na época Tenente, a montagem dos primeiros hangares de campanha e a realização do voo histórico para reconhecer a região. Os anos seguintes após a Campanha do Contestado, com o Mundo envolvido

na 1º Grande Guerra, mostraram a importância do vetor aéreo no Teatro de Operações. Os resultados positivos levaram o Exército Brasileiro a realização de acordos militares com a França, vencedora do Primeiro Grande Conflito Mundial. Nasce, em 1918, a Missão Militar Francesa de Aviação, conhecida como “Pequena Missão”, com o objetivo de apoiar, tecnicamente, a criação oficial das “Asas da Força Terrestre”. A Aviação Militar, como era chamada a antiga Aviação do Exército, escreveu uma grande história, de evolução e sucesso, durante mais de 20 anos (1919 a 1941).

Em 29 de janeiro de 1919, com forte influência francesa e modelos de aeronaves empregadas na 1º GM, foi criado o Serviço de Aviação Militar e respectiva Escola, cuja inauguração oficial, no Campo dos Afonsos - RJ, foi realizada em 10 de julho do mesmo ano.

Essa primeira fase de criação e evolução perdurou até 27 de janeiro de 1927, quando o então Serviço evolui para a Arma de Aviação Militar, a “5º Arma do Exército”, com visão expansionista e estratégica no Território Nacional. A injeção de grandes recursos na época foi fundamental para essa nova fase, permitindo o verdadeiro batismo de fogo neste conflito de 1932.

No final do artigo, encontra-se a relação dos pilotos formados no período de 1920 a 1932. Muitos escreveram nos ares a história da Aviação Militar na Revolução Constitucionalista de 1932. Neste momento é importante sabermos quem eram os primeiros a se formarem nesta qualificação militar tão nova para época, que exigia capacidade, destemor e qualificação técnica. Assim temos as cinco primeiras turmas de cadetes a se formarem sob esta qualificação de 20 de janeiro de 1928 a 25 de janeiro de 1932. Período este que vai contemplar vários agentes que participaram de forma efetiva de um lado e de outro na Revolução Constitucionalista.

Assim conforme as hostilidades iam aumentando a ansiedade por meios aéreos manifestou-se desde os instantes iniciais da luta, pois sabemos que a aviação militar era a partir da 1ª Guerra Mundial um dos mais relevantes meios de combate. As forças legalistas cedo revelaram reconhecimento pelo valor potencial da nova arma. Arma esta que impactou a formação dos jovens oficiais da Escola Militar levando a criação de um brasão de armas da escola figurando este com as Asas símbolo da aviação.

Figura 2 - Brasão de Armas da Escola Militar com simbolismo da 5ª Arma – Aviação Militar.



2. As Operações na Frente do Vale do Paraíba

Depois de passada duas semanas de iniciado os confrontos os documentos nos mostra que a base de todas as Operações Aéreas no Vale do Paraíba, passou a ser no Campo de Aviação de Resende, instalado na Chácara das Sementes, pertencente ao Ministério da Agricultura, uma grande área foi desbastada ampliada e melhorada, utilizando os Eucaliptos para estrutura dos Hangares assim o aeródromo foi batizado de “Campo dos Eucaliptos”. Hoje neste mesma área se encontra por destino a Academia Militar das Agulhas Negras.

Figura 3 - Neste imagem aérea vemos a Fazenda do Castelo e sua estrada em direção a Chácara das Sementes. (Acervo Prof. Historiador Fernando Mauro –RJ)



De Resende partiram todos os aviões que vão operar em apoio às ações do Destacamento de Exército do Leste, sob comando do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, seu estado maior era composto de dois oficiais assessores para assuntos de aviação os Capitães Vasco Alves Secco e Carlos Pfaltzgraff Brasil. O Comando do Grupo Misto de Aviação transferiu-se nos primeiros dias de Agosto para Resende, cujo comandante era o Major Eduardo Gomes, este a 6 de Setembro foi nomeado cumulativamente Comandante das Unidades Aéreas do Destacamento do Exército do Leste.

Figura 4 - Temos os Tenentes Nero Moura e Muricy nos aeródromo de Resende. Fonte: Museu Nero Moura.



Figura 5 - Vemos o Aeródromo de Resende com sua estrada ,o Campo de Pouso, tarmac e a sede da Chácara das Sementes ao final.. (Acervo Prof. Historiador Fernando Mauro–RJ)



Neste período das ações no Vale do Paraíba, mais especificamente em Resende houve a atuação da 1ª Companhia Provisória Preparadora de Terrenos que construiu o aeródromo. Conforme foi se dando o término das hostilidades e com o recuo das tropas Paulistas foram utilizados os Campos Provisórios de Cruzeiro e Lorena.

Figura 6 - Preparação do Campo de Resende pela 1ªCia Provisória Preparatória de Terrenos.Fonte:-SIAN2021



Figura 7. Temos imagem da Estrutura do Hangar onde podemos observar ainda alguns Eucaliptos. Fonte:SIAN2021



Várias missões foram realizadas na Frente Leste pelo Grupo Misto de Aviação na Frente do Vale do Paraíba onde vários oficiais participaram das ações entre eles temos o Major Eduardo Gomes, Capitão Henrique Dyott Fontenelle, Capitão Antônio Fernandes Barbosa, Inácio de Loyola Daher; Primeiro Tenente Francisco de Assis Corrêa de Mello, Primeiro Tenente Jose Candido da Silva Muricy, Primeiro Tenente Antônio Alves Cabral, Primeiro Tenente Antônio de Lemos Cunha, Primeiro Tenente Márcio de Souza Mello, Primeiro Tenente Joelmir de Campos Araripe Macedo, Primeiro Tenente Jose Sampaio Macedo, Primeiro Tenente Clovis Monteiro Travassos, Primeiro Tenente Jose de Souza Prata, Primeiro Tenente Júlio Américo dos Reis, Primeiro Tenente Nelson Freire Lavenère-Wanderley, Primeiro Tenente Joaquim Tavares Libânio, Primeiro Tenente Armando Perdigão, Primeiro Tenente Benjamim Manoel Amarante, Primeiro Tenente Waldemiro Advíncula Montezuma, Primeiro Tenente Homero Souto de Oliveira, Primeiro Tenente João Adil de Oliveira, Primeiro Tenente Martinho Candido de Souza, Primeiro Tenente Aloysio Telles Ribeiro e o

Primeiro Tenente Carlos Rodrigues Coelho. Os Segundos-Tenentes que Operaram a partir do aeródromo de Resende foram eles Oswaldo Balloussier , Jose Vicente Faria Lima, Manoel de Oliveira, Nero Moura, Miguel Lampert, Ruy Presser Bello, Anísio Botelho, Geraldo Guia de Aquino, Lauro Aguirre Horta Barbosa, Armando Serra de Menezes, Carlos Brunsuvick França , Oswaldo Carneiro Lima, Tyndaro Pereira Dias e Dinarco Reis. Quem é conhecedor de História militar vai notar que nestas listas estão os principais personagens do futuro primeiro Grupo de Caça da vindoura Força Aérea Brasileira que vai fazer história nos céus da Europa com no famoso Senta Púa.

Ação sobre o Vale

Nos céus do Vale do Paraíba houve poucos encontros aéreos, mas um deles se deu no dia 22 de agosto de 1932, onde uma aeronave Waco C.S.O. e um caça Nieuport Delege da aviação revolucionária paulista. Em outra ação uma aeronave Waco C.S.C e um Potez T.O.E. Legalista, trocaram rajadas com uns aviões paulistas quem haviam feito ataque às tropas na frente de combate de Queluz-SP , os aviões legalistas baseados em Resende decolaram para persegui-los não ocorrendo baixas, pois ao chegarem ao espaço aéreo as aeronaves paulistas já haviam retornado a sua base em Lorena-SP. Com avanço dos combates tem-se notícia que uma aeronave Potez T.O.E. prefixo A-116 da esquadrilha Paulista foi incendiada, em decorrência de um bombardeio ocorrido no dia 23 de Agosto sobre o Campo de Guaratinguetá-SP.

Em Resende o bairro de Campos Elíseos foi ocupado pelas tropas em ação e sua área do Horto Florestal do Ministério da Agricultura (conhecido na época por Chácara das Sementes/Horto Florestal) foi derrubada árvores para dar lugar a um campo de pouso para operação de esquadrilhas de aviões militares que iriam fazer operações de observação e ataque ao solo paulista. Os populares Aviões chamavam muita atenção dos locais, principalmente quando chega o primeiro deles pilotado pelo tenente Muricy da aviação do Exército.

O Tenente Muricy foi um dos primeiros a engajar num combate aéreo pilotando um Potez, tendo como observador-metralhador o Tenente José Vicente de Faria Lima. Durante a revolução Constitucionalista, em 1932, operou-se no Grupo Misto de Aviação com 5 Waco CSO (com metralhadoras e porta bombas) e 12 Potez 25 TOE (observação e bombardeio) juntamente com a Escola de Aviação Militar, esta com 11 De Havilland DH 60T (ligação, observação e regulação de tiro de artilharia), 1 Nieuport Delage 72 (caça), 1 Amiot (bombardeio), todos participaram das operações ao lado das forças legalistas. Os aviões Waco eram chamados pela população de “Vermelinhos”. Foram realizadas cerca de 1.300 missões e voadas, aproximadamente, 2.500 horas.

Figura 8. Hangar pronto e aeronave do Grupo Misto de Aviação Militar em Resende.Fonte SIAN2021



Mas o episódio mais marcante das operações com aeronave no período dos confrontos de 1932 foi o episódio relatado pelo historiador Itamar Bopp do bombardeio a Resende. Sabe-se que o General Klinger determinou como ação de dissuasão que fosse feito o bombardeio aéreo das cidades do Rio de Janeiro, Barra Mansa, Barra do Piraí e Resende, sendo que Resende foi a única a ser atacada entre os quatros pretensos alvos das cidades citadas nas diretivas do General Bertholdo Klinger(Comandante em chefe das forças Paulistas), a sofrer um ataque aéreo em 1932, fato como este que dentro da história militar brasileira faz da região alvo para mais estudos sobre a ação das tecnologias bélicas na historiografia militar brasileira. Mas como se deu o fato? Segundo Bopp nos relata da seguinte maneira:

“Na madrugada de 13 de agosto de 1932, por volta de três horas da madrugada, a cidade é despertada por violentos e sucessivos estampidos. Madrugada de luar argênteo. Buscam todos, atônitos, conhecer a causa. Foi logo conhecida. Um avião que viera das bandas de São Paulo e que em baixa altitude sobrevoara o Campo de Aviação de Campos Elíseos, e o comboio da Central do Brasil que estacionado na estação de Resende, servia de Q.G. do General Góes Monteiro, tomando rumo a fazenda Santo Amaro nas cercanias da cidade, bombardeara terra limítrofes. Identificam-se sem tardança, os locais atingidos ,terra das chácaras de Adelino Souto e de Inez Teltscher,à rua do Rosário e um valo², nos campos do imóvel Santo Amaro, de propriedade do Dr. Oliveira Botelho. Indisfarçável o nervosismo da população. Por todo dia foi grande a romaria de curiosos ,civis e militares aos pontos atingidos. Um dos grandes petardos que caíra na chácara Teltscher ,não explodira embora cravado até a meia altura ,no local depois de desganhado pequena árvore que frondejava. Parece que o intuito do aviador ,foi tão só, fazer guerra de ner-

2 Valo o autor do texto se refere a trincheiras das tropas legalistas acantonadas nas terras do Dr.Oliveira Botelho.

vos, alarmando a população civil e atemorizando as tropas legais, com bombas feitas em Limeira pela firma Barros Camargo.”³

Em O Emprego da Aviação na Revolução constitucionalista de 1932, Manuel Cambeses Júnior nos trás o seguinte relato sobre o ataque a Resende:

“...o Grupo de Aviação Constitucionalista se deslocara para Lorena, a fim de tentar barrar o avanço governista no Vale do Paraíba e na frente mineira. Chegados a Lorena, foram logo empenhados em ataques a pontos fortes da frente legalista, surpreendendo as tropas há muito habituadas apenas ao sobrevôo de aviões amigos. Com o intuito de marcar o seu espírito ofensivo, os rebeldes planejaram um audacioso ataque ao Campo de Resende, levado a efeito no dia 13 de agosto às 01h30min, sem maiores consequências táticas, mas constituindo-se no primeiro ataque aéreo noturno realizado na América Latina. É o que afirmam alguns pesquisadores, declarando que ele precedeu de dois anos e quatro meses o alegado primeiro ataque do avião naval paraguaio Macchi M 18, que consta nos registros aeronáuticos como tendo sido realizado a 20 de dezembro de 1934.”

Figura 8. Aeródromo de Resende, Campo dos Eucaliptos, população e Liga das Mulheres visitam as instalações. Fonte: Revista Careta – Biblioteca Nacional.



Em retaliação a ousadia dos Paulistas o comando da Aviação Militar tratou de dar uma resposta imediata as tropas inimigas, desfechando um ataque ao aeródromo de Lorena com um uma unidade formada por sete aeronaves sendo 5 Potez e dois aviões WACO surpreendendo as equipes da aviação Paulista, entretanto sem causar danos as aeronaves inimigas, mas danificando a pista do aeródromo. Segundo relato de Cambese em sua obra ele nos diz que em agosto lá pelo idos do dia 22 houve um combate aéreo envolvendo um Waco e um Nieuport do lado dos paulistas e um Waco e um Potez do lado do Governo. Esta situação foi fruto do encontro das aeronaves

paulistas que voltavam de uma incursão as posições das tropas Legalistas na cidade de Queluz, avisados da ação das aeronaves o comando da aviação em Resende despachou ordem de interceptação; fazendo decolar duas aeronaves houve o confronto mas sem danos das partes. Com a evolução dinâmica do conflito, com reveses para o lado Constitucionalista, as tropas do Governo avançam sobre o solo Paulista retomando palmo a palmo o terreno, lembro que neste ponto que a ação das unidades de Infantaria do Exército, sobretudo as unidade de Caçadores, as unidades de Cavalaria, sobretudo da Brigada do Rio Grande do Sul, das unidades de Engenharia e seus Pontoneiros, e as poderosas unidades de Artilharia de Campanha e Montada somado os Batalhões e Regimentos Infantaria das Forças Públicas, de Sergipe, Alagoas, Paraíba, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Estado da Guanabara levaram a uma pressão as tropas Constitucionalista. Fazendo com que aeronaves deslocassem de Resende e passassem a operar de Pouso Alegre-MG, muito mais perto ainda das terras paulista. Simultaneamente, os outros aviões baseados em Resende desenvolveram operações intensas no Vale do Paraíba em apoio ao avanço das tropas até a rendição final em 3 de Outubro de 1932 na cidade de Cruzeiro onde ocorre as tratativas de armistícios entre o General Góes Monteiro e o Coronel Euclides de Figueiredo face ao telegrama emitido pelo General Bertholdo Klinger propondo cessar das hostilidades.

A PRIMEIRA TURMA DE PILOTOS-AVIADORES MILITARES - 1920

A 22 de janeiro de 1920, graduou-se a primeira turma de pilotos aviadores militares, composta dos seguintes oficiais:

— Capitão Raul Vieira de Mello, Primeiros-Tenentes Anor Teixeira dos Santos, Pedro Martins da Rocha, José Felinto Trajano de Oliveira e Godofredo Franco de Faria, Segundos-Tenente Gil Guilherme Christiano, Henrique Raymundo Dyott Fontenelle, Raul Luna, Rosalvo Tanajura Guimarães, Angelo Mendes de Moraes, Salustiano Franklin da Silva e Ivan Carpenter Ferreira.

A SEGUNDA TURMA DE PILOTOS-AVIADORES MILITARES - 1920

Segundo-Tenente Fernando Miguel Pacheco e Chaves, 2º sargento Francisco Marinho Bandeira de Mello, 3º Sargento João Menezes de Mello, 2ºs Sargentos Belmiro Scarinci e Rodolpho Prates, Cabo Arthur Fernandes da Cunha, soldado Sylvio Edézio da Rocha, 3ºs Sargentos Paulino de Carvalho Vasques e Armando Level da Silva, 1ºs Sargentos Heráclito Teixeira da Silva, Raul Dinoá Costa, João de Moraes Pereira e Aimand Pelicier.

A TERCEIRA TURMA DE PILOTOS AVIADORES MILITARES - 1921

Segundo Tenente Rubens de Mello e Souza, Capitão Marcos Evangelista da Costa Villela Júnior e o Segundo Tenente Antônio Guedes Muniz.

Os sargentos diplomados na terceira turma de pilotos aviadores militares foram: 1º Sargento Francisco Salles de Lorena Fernandes, 3º Sargento Noêmio Ferraz, soldado Nicolino dos Reis Costa, 1º Sargento Antônio José Fernandes, 2º Sargento Adalberto Coelho da Silva, 3º Sargento Thomaz Menna Barreto Monclaro, 2º Sargento João Leite da Silva, soldado José Rodrigues Pinto, 2º Sargento Cear Augusto Simões Pedrette e 3º Sargento Carlos Rodrigues Coelho.

A QUARTA TURMA DE PILOTOS AVIADORES MILITARES - 1922/1923

Os oficiais diplomados na quarta turma foram o Primeiro-Tenente Alvaro Assumpção d'Avila e os Segundos-Tenentes Emílio Gaelzer, Octávio Valle e Cícero Odilon Mafra Magalhães.

Os sargentos e praças diplomados foram: 2º Sargento Victor Emmanuel, 1º Sargento Odemiro Martins de Araujo, 3º Sargento Synval de Castro e Silva filho, 3º Sargento Lourival Campello, anspeçada Gonçalo de Paiva Cavalcanti, 1º sargento Luiz Aurelio de Godoy e Vasconcellos, o soldado Rubens Gomes de Almeida e o 3º sargento José Sampaio Xavier.

A QUINTA TURMA DE PILOTOS AVIADORES MILITARES - 1923

Capitão Amilcar Sergio Velloso Pederneiras, Suboficial paraguaio José J. Jara, Sub-oficial paraguaio Juan José Benites, Primeiros-Tenentes Adalberto Araripe da Rocha Lima, Arquimedes Cordeiro e Abelardo Servilio de Mesquita, Segundos-Tenentes Armando de Mello Meziat e Antônio Alberto Barcellos e Primeiro-Tenente Carlos Saldanha da Gama Chevalier.

A SEXTA TURMA DE PILOTOS AVIADORES MILITARES - 1926/1927

Capitão Lysias Augusto Rodrigues, os Primeiros-Tenentes Floriano Peixoto da Fontoura Nunes, e Godofredo Vidal, o Segundo-Tenente Francisco de Assis Corrêa de Mello e o Aspirante a Oficial da Reserva de 1º linha João Egon Prates da Cunha Pinto.

PRIMEIRAS TURMAS DE CADETES, QUE FORAM DE CLARADOS ASPIRANTES A OFICIAL, DA ARMA DE AVIAÇÃO

- 1ª Turma (20 de janeiro de 1928); Antônio Lemos Cunha, Casemiro Montenegro Filho, Márcio de Souza e Mello, Nicanor Pôrto Virmond, Orsini de Araújo Coriolano, Joelmir Campos de Araripe Macedo e José de Souza Prata.
- 2ª Turma (19 de janeiro de 1929): Benjamin Quintella (Segundo Tenente),

Clóvis Monteiro Travassos, José Sampaio de Macedo, Walderniro Advíncula Montezurna, Luiz Carneiro de Farias, Estevam Leite de Rezende, Armando Perdigão, Joaquim Tavares Libânio, Manoel Pinto da Silva Valle e Lincoln Ribeiro Tórres.

- 3ª Turma (21 de janeiro de 1930): Júlio Américo dos Reis (Segundo Tenente), Guilhern-ie Aloysio Telles Ribeiro, Nelson Freire Lavenère-Wanderley, Benjamim Manoel Amarante, João de Almeida, João Adil de Oliveira, Arthur da Motta Lima Filho, Agliberto Vieira de Azevedo, Martinho Cândido dos Santos, Homero Souto de Oliveira e Alvaro Domingos de Freitas. Confirmado no pôsto de Segundo Tenente: Synval de Castro e Silva.
- 4ª Turma (22 de novembro de 1930): Oswaldo Balloussier, José Vicente de Faria Lima, Miguel Lampert, Theophilo Ottoni de Mendonça, Manoel de Oliveira, Ruy Presser Bello, João Mendes da Silva, Nero Moura, Lauro Aguirre Horta Barbosa, Anysio Botelho, Geraldo Guia de Aquino, Sócrates Gonçalves da Silva, José da Silva Ribeiro Sobrinho, Carlos Cyro de Miranda Corrêa (confirmado no pôsto de Segundo Tenente), Armando Serra de Menezes, Rube Canabarro Lucas, José Moutinho dos Reis, Alcides Moitinho Neiva, Oriswaldo de Castro Velloso, Mário de Oliveira e Silva, Newton Barbosa. Sampaio, Moacyr Valporto de Sá, Jocelyn Barreto Brasil Lima, João Ribeiro da Silva, Salvador Rosés Lizarralde e Vicente Cavalcante de Aragão.
- 5ª Turma (25 de janeiro de 1932): Ary Presser Bello (Segundo Tenente), Hélio Brügman da Cruz, Renato Augusto Rodrigues, Henrique de Castro Neves, Antônio Raymundo Pires, Benedito de Carvalho, Oscar de Oliveira Baptista, Victor da Gama Barcellos. Adamastor Beltrão Cantalice, Dirceu Paiva Guimarães, Manoel José Vinhaes, João Arelano dos Passos, Victor Barroso Coelho. Rosemiro Leal de Menezes Filho, Arnaldo da Câmara Canto, 1-1-ortêncio Pereira de Brito, José Antônio da Rosa Filho, Mário Coelho Netto, Ademar Neto Rodrigues, Manoel Rogério de Souza Coelho, Cantídio Bentes Guimarães, José Costa, Jonas de Carvalho, Antônio Gonçalves Moreira Filho, Abel Veríssimo de Azambuja. Almir dos Santos Policarpo, Aluisio Teixeira, Edgard Vieira (confirmado no posto de Segundo Tenente), e Gonçalo de Paiva Cavalcanti (confirmado no pôsto de Segundo Tenente).

RELAÇÃO DAS TURMAS DE SARGENTOS PILOTOS FORMADOS NA ARMA DE AVIAÇÃO

- 1ª Turma (14 de agosto de 1928): 1º Sargento Floriano Peixoto de Oliveira, 3º Sargento Carlos Brunswick França, Cabo Oswaldo Carneiro Lima e Cabo Tindaro Pereira Dias.
- 2ª Turma (19 de novembro de 1929): Cabos Bianor Fadoul, Severiano Primo da Fonseca Lins, João Urupukina, Gilberto de Almeida, Dagoberto

Nery Hayne, Rubens Borges Corrêa, Dácio Borges e Alexandre Zaphyrios Bersou.

- 3ª Turma (11 de dezembro de 1930): Cabos Ferrúcio Cuminato, Carlos Faria Leão, Childerico Motta, Miguel de Oliveira Chaves, Mário Laper, Hugo Cantergiani, Hermes Cruz, Licínio Corrêa Dias, Ervino Hauer Kwasinski, Arthur Martins Rocha, Gratuliano Ximenes de Oliveira e Azor Gaivão de Souza.
- 4ª Turma (20 de novembro de 1931): Cabos Custódio Netto Júnior, José João Aldrighi, Cid Sebastião da França Brügger, Pedro Luiz Jobim Laemertz e Gaspar Weber.

Referências

BARROS, Guilherme de Almeida. A Resistência do Túnel: revolução de julho de 1932. São Paulo: Piratininga, 1933. 233p. (ilust.)

BARROS, João Alberto Lins de. Memórias de um Revolucionário. Rio de Janeiro: scp, 1954.

Bopp, Itamar RESENDE – CEM ANOS DA CIDADE 1848-1948. São Paulo, Gráfica Sangirardi –São Paulo 418p.

COSTA, Emília Viotti da. 1932: imagens contraditórias. São Paulo: Arquivo do Estado, 1982. 104p.

CHAGAS, F. M. F. ; LIMA, P. L. M. (Org.) ; LIMA, R. M. (Org.) . Rui Moreira Lima o Diário de Guerra. 1. ed. Rio de Janeiro: Adler, 2008. v. 2500. 120p .

DONATO, Hernâni. A Revolução de 32. São Paulo: Círculo do Livro, 1982. 224p.

Lavenère-Wanderley Nelson Freire, História da Força Aérea Brasileira, Ed. Minist. da Aeronautica 1ª Edição Biblioteca do Exército -1966.

NOSSO SÉCULO: memória fotográfica do Brasil no século 20. (Coleção) v. III. São Paulo, Abril Cultural, 1980. (pp. 38-57)

RODRIGUES, Antônio Geraldo & ASSUNÇÃO, de Fábio Cesar Santos; BARBOSA ,Antonio Carlos Nascimento – Aviação do Exército 35 anos – 1986/2021 Edição Resolução Gráfica -2021 SP

VARGAS, Getúlio Dorneles. O Ano de 32: a revolução ao norte. In: “A nova política do Brasil”. v.2. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

VARGAS, Getúlio Dorneles. Diário Pessoal. São Paulo/Rio de Janeiro: Siciliano/ FGV, 1995. 1257p.

Fontes Telematizadas

ANDRADE, Antonio de TEMA: VIAGEM NO TEMPO PARA ENTENDER 1932

<http://www.editora-opcao.com.br/ada12.htm> acessado em: 17 de junho de 2010

BENTO, Cláudio Moreira, História Militar OS 70 ANOS DA REVOLUÇÃO PAULISTA DE 1932 [http:// www.ahimtb.org.br/](http://www.ahimtb.org.br/) acessado em 21/6/2010.

BENTO, Claudio Moreira, O 80º Aniversário da Revolução de 1932 – Algumas considerações, acessado <http://www.militar.com.br/artigo-2489-O-80%C2%BA-Anivers%C3%A1rio-da-Revolu%C3%A7%C3%A3o-de-1932-%E2%80%93-Algumas-considera%C3%A7%C3%B5es#.Vgidx3pViko>

CPDOC /FGV Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> acessado do dia 10 a 22 de junho de 2010.

BASTOS, Stephany Expedito Aviação Paulista na Revolução de 1932 ...<https://www.novomilenio.inf>.

Sistema de Informação do Arquivo Nacional - <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/login.asp> 2021.

JUNIOR, Manuel Cambeses - O Emprego da Aviação na Revolução constitucionalista de 1932, Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, n. 88, p. 132-142, 2002.PDF. incaer.aer.mil.br/2021

29 de janeiro de 1919 103 anos de criação da Aviação Militar Gênese das “Asas da Força Terrestre”

Cel.R1 Antonio Geraldo Rodrigues
Subtenente Fabio Cesar Santos Assunção
1º Sargento Antonio Carlos Nascimento Barbosa

Resumo

Este artigo mostra o pioneirismo do Exército Brasileiro, na arte de voar em operações militares, ocorridas em 1867, na Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai). O Marquês de Caxias, patrono do exército, utilizou, de forma inédita na América Latina, balões cativos para observar as tropas inimigas no campo de batalha. Apresenta também toda a saga da implementação desta inovação para uso e serviço de nossas forças de combate.

Palavras-chave: Exército; Aviação; Pioneirismo.

Résumé

Cet article montre l'esprit pionnier de l'armée brésilienne, dans l'art de voler dans les opérations militaires, survenu en 1867, dans la guerre de la Triple Alliance (guerre du Paraguay). Le marquis de Caxias, patron de l'armée, utilisait, de manière inédite en Amérique latine, des ballons captifs pour observer les troupes ennemies sur le champ de bataille. Il présente également toute l'épopée de la mise en œuvre de cette innovation à l'usage et au service de nos forces combattantes.

O pioneirismo do Exército Brasileiro, na arte de voar em operações militares, ocorreu em 1867, na Guerra da Tríplice Aliança (Guerra do Paraguai). O então Marquês de Caxias, Patrono do Exército, utilizou, de forma inédita na América Latina, balões cativos para observar as tropas inimigas no campo de batalha.

Décadas após esse momento histórico, a Força Terrestre, em 1907 e 1908, com o apoio do Tenente Juventino da Fonseca, primeiro aeronauta militar brasileiro, cria o primeiro parque de aerostação militar no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro. Foi, sem dúvida, a primeira tentativa de criação da Aviação Militar com o emprego de balões.

A década de 1910 mostra ao Planeta a importância dos aviões em combate. Em 1914 e 1915, o Exército Brasileiro, de forma pioneira na América do Sul, emprega o avião, sob o comando do então Tenente Ricardo Kirk, piloto e Patrono da Aviação do Exército, para missões aéreas em apoio à Força Terrestre, na Campanha do Contestado (região entre os estados do Paraná e Santa Catarina).

Fig.1 Missão Militar Francesa



Esses momentos históricos mostraram a importância e necessidade do apoio aéreo à Força de Superfície.

Com o fim da 1ª Guerra Mundial (1914 a 1918), o então Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso de Aguiar, retomou a sua antiga idéia de criar uma Escola de Aviação no Brasil.

Em 1918, por solicitação do Governo Federal, o governo francês destacou para o Brasil uma missão de aviação, a fim de desenvolver e organizar os serviços de Aviação Militar no Exército Brasileiro. Essa missão ficou conhecida como “Missão Militar Francesa de Aviação” ou “Pequena Missão”.

Através do Decreto nº 13.451, de 29 de janeiro de 1919, ficou estabelecida a base para a reorganização do ensino militar e criação do curso de aviação.

“No Art 7º, do referido Decreto, fica estabelecido que há no Brasil:

a) um curso de aviação, que funciona na Escola de Aviação criada pela missão francesa em virtude de contrato e é destinado a ministrar a oficiais e sargentos do Exército ativo e a oficiais de reserva da 2ª classe de 1ª linha a instrução de pilotos, mecânicos e observadores, para o serviço aeronáutico do Exército.”

Estava criada a Aviação Militar do Exército Brasileiro.

Figura 2. Vista dos Hangares da Escola de Aviação.



O período de 1919 a 1926, como Serviço de Aviação, foi fundamental para a consolidação dos meios aéreos da Força Terrestre: as primeiras turmas de pilotos, observadores e especialistas; as primeiras instalações no Campo dos Afonsos - RJ; os primeiros raids aéreos; os inéditos campos de aviação no Rio Grande do Sul, constituindo o Grupo de Aviação do Sul com as Esquadrilhas de Santa Maria e Alegrete; as primeiras aeronaves de instrução e combate.

Figura 3. Escola de Aviação do Exército



O período de 1919 a 1926, como Serviço de Aviação, foi fundamental para a consolidação dos meios aéreos da Força Terrestre: as primeiras turmas de pilotos, observadores e especialistas; as primeiras instalações no Campo dos Afonsos - RJ; os primeiros raids aéreos; os inéditos campos de aviação no Rio Grande do Sul, constituindo o Grupo de Aviação do Sul com as Esquadrilhas de Santa Maria e Alegrete; as primeiras aeronaves de instrução e combate.



A partir de 1927, o Serviço de Aviação passa por um grande processo de evolução e transforma-se na 5ª Arma do Exército, a Arma de Aviação. O novo período (1927 a 1941) foi repleto de novas realizações, evoluções e momentos que ficaram marcados na história da aeronáutica militar brasileira: a criação do 1º Grupo de Aviação do Rio de Janeiro (Grupo Misto de Aviação); o nascimento do Correio Aéreo Militar, gênese do Correio Aéreo Nacional; a participação em combate na Revolução Constitucionalista de 1932; a criação de diversos núcleos de regimentos, futuros corpos de base aérea, em todo o Território Nacional, com expansão das rotas aéreas para o interior do Brasil; a aquisição de novas e modernas aeronaves; o apoio à construção aeronáutica no Brasil.

Fig.3 Brasão de 5ª Arma – Aviação do Exército.



Foram 22 (vinte e dois) anos, período de 1919 a 1941, de muita história e um legado que atravessou gerações. Diversos Patronos da Força Aérea Brasileira fizeram parte da 5ª Arma com o seu “Sabre Alado”.

A Aviação Militar foi fundamental para o sucesso dos nossos heróis dos ares que combateram na 2ª Guerra Mundial.

Parabéns “filhos altivos dos ares”, parabéns “bandeirantes audazes do azul”.

Referência

RODRIGUES, Antônio Geraldo & ASSUNÇÃO, de Fábio Cesar Santos; BARBOSA, Antonio Carlos Nascimento – Aviação do Exército 35 anos – 1986/2021 Edição Resolução Gráfica -2021 SP

A evolução da artilharia antiaérea brasileira, desde a década de 1930 até 2020

Neilson Inácio da Silva Junior¹

Resumo

A Artilharia Antiaérea tem a finalidade de realizar a defesa antiaérea em detrimento da segurança do Estado, tendo as aeronaves e mísseis hostis como principais ameaças. Esta vertente é designada a defender pontos e zonas considerados sensíveis do território, necessitando estar adestrada e sempre a pronto emprego. O objetivo central da pesquisa é apresentar como ocorreu o surgimento da Artilharia Antiaérea brasileira, expor a situação do ramo desde a década de 1930 até 2020 e discorrer sobre o atual sistema vigente da vertente nacional. Propõe-se apresentar todos os fatos que influenciaram na criação do ramo no Brasil, com ênfase nas dimensões territoriais do país e outros fatores preponderantes no desenvolvimento de Políticas de Defesa. Com a criação da Artilharia Antiaérea brasileira, a busca por modernização e reestruturação do ramo se tornou cada vez mais recorrente e de grande magnitude, devido principalmente em objetivar a manutenção da Soberania Nacional e de capacitar as Forças Armadas em defender próprias as fronteiras brasileiras.

Palavras-chave: Artilharia Antiaérea. Finalidade. Eventos. Funcionamento.

Abstract

Anti-aircraft artillery has the purpose of carrying out anti-aircraft defense to the detriment of State security, with hostile aircraft and missiles as an aerial threat. This aspect is designed to defend points and areas considered sensitive in the territory, needing to be trained and always ready for employment. The main objective of the research is to present how the emergence of the Brazilian Anti-Aircraft Artillery occurred, to expose the situation of the branch from the 1930s to 2020 and to discuss the current system of the national dimension. It is proposed to present all the facts that influenced the creation of the branch in Brazil, with emphasis on the territorial

¹ Graduado em Ciências Militares

dimensions of the country and other major factors in the development of Defense Policies. With the creation of the Brazilian Anti-Aircraft Artillery, the search for modernization and restructuring of the branch became increasingly recurrent and of great magnitude, mainly due to the objective of maintaining the National Sovereignty and to enable the Armed Forces to defend their own Brazilian borders.

Keywords: Anti-Aircraft Artillery. Finality. Events. Operation.

1 Introdução

No início do século XX, particularmente durante a Primeira Guerra Mundial, a progressão do combate fez com que aeronaves fossem desenvolvidas e aprimoradas rapidamente, principalmente as projetadas para fins militares, visando uma atuação em proveito das forças terrestres e navais. Com o intenso aperfeiçoamento e constante emprego nos cenários de batalha, as aeronaves tornaram-se potenciais ameaças aéreas (BRASIL, 2011).

Com o avançar dos conflitos, houve constante desenvolvimento de aeronaves mais eficazes, no qual rapidamente foram empregados em missões de ataque e reconhecimento, causando um grande número de baixas e terror ao inimigo. Com base neste cenário, buscando frear as aeronaves e seu poder de degradação e caos, surgiu-se a Artilharia Antiaérea, de forma definitiva em meados da Primeira Guerra Mundial, cuja principal missão era destruir ou neutralizar os ataques aéreos inimigos (CARDOSO, 2014).

No cenário atual, esta vertente da Artilharia tem por finalidade defender pontos, zonas e instalações sensíveis da superfície, contra ataques terrestres ou aéreos, podendo ser empregada na defesa contra aeronaves (BRASIL, 2011). O ramo antiaéreo é altamente desenvolvido e avançado nas principais nações do mundo, no qual muitos dispõem de defesa antiaérea em profundidade, com sistema de curto, médio e longo alcance. No Brasil não é diferente, no qual o país possui um amplo arsenal de materiais de curto alcance e, recentemente, o Ministério da Defesa publicou a Portaria Nº4.181 GM/MD, estabelecendo requisitos operacionais para o sistema de defesa antiaérea de média altura para as Forças Armadas brasileira (BRASIL, 2020).

O principal tópico e questionamento que a pesquisa tem a intenção de solucionar é como ocorreu o surgimento e evolução da Artilharia Antiaérea no Brasil?

A pesquisa tem a determinação de apresentar o histórico da Artilharia Antiaérea brasileira, abordando todas as fases do ramo, desde a década de 1930, até o ano de 2020. O propósito é expor a finalidade de sua eclosão; os motivos que levaram o desenvolvimento do ramo; destacar as sucessivas etapas percorridas entre o período proposto e a atual situação, no ano de 2020, dando ênfase nos materiais que já fizeram e fazem parte da Artilharia Antiaérea brasileira.

A pesquisa busca apresentar todo o contexto histórico da Artilharia Antiaérea brasileira para os diversos públicos, no qual dedica-se em discorrer sucintamente as etapas e fases que fizeram com que a AAAe nacional chegasse ao patamar alcança-

do em 2020. A importância do trabalho é apresentar ao público um subsistema da defesa antiaérea nacional, abordando contexto histórico, materiais antigos e atuais adquiridos pelo país ao longo do período apresentado, projetos em vigor e o funcionamento do sistema vigente empregado pelo ramo, com o intuito de entreter o leitor e apresentar informações de um importante ramo do Exército Brasileiro. A metodologia utilizada no trabalho foi descritiva, por ser uma pesquisa focada em um conhecimento já existente, referente ao histórico da Artilharia Antiaérea brasileira. Tem-se o objetivo de esclarecer de que forma a AAAe nacional atingiu o patamar atual, explorando todos os objetivos secundários do trabalho, baseando o estudo em fontes de consulta confiáveis.

2 Desenvolvimento

2.1 SURGIMENTO DA ARTILHARIA ANTIAÉREA

Os primeiros registros de Defesa Antiaérea ocorreram em 26 de julho de 1794, quando tropas austríacas, que cercavam e mantinham forças a fortaleza francesa de Maubert, tentaram abater um balão usado pelos franceses para observação aérea e estudar os movimentos do inimigo. Em 1849, ocorre o primeiro bombardeamento aéreo da história, em Veneza, realizado por tropas austríacas em balões, a partir de bombas à mão, que sitiavam a cidade (HOLMAN, 2014).

Já em 1870, na Guerra Franco-Prussiana, foi somente neste ano que ocorreu a primeira utilização de armas específicas com a função antiaérea, quando a Krupp desenvolveu um canhão especial, uma peça modificada de 37 mm puxada por cavalos, também chamada de Ballon Kanone, para abater os balões franceses que tentavam reabastecer a cidade de Paris (LOPES, 2009).

A Primeira Guerra Mundial demonstrou a importância das aeronaves no campo de batalha, principalmente à medida que estas melhoravam, com motores potencializados repentinamente e com aumento da capacidade de transportar armamento. Novamente, a Alemanha manteve seu investimento em novas séries de armas antiaérea no final da década de 1920 e início da de 1930, com colaboração constante de empresas suíças e suecas, desenvolvendo peças de tiro rápido de 20 mm para baixa altitude e um de 37 mm para baixa e média altitude. O esforço da Krupp em ter uma arma potente para fazer frente aos aviões aperfeiçoados da época, rápidos e potentes, era grande, principalmente quando o calibre de 20 mm se tornou pouco potente, e ao invés de desenvolver uma nova arma antiaérea, a Krupp juntou quatro das peças já existentes desde mesmo calibre em um único reparo, aumentando assim o poder de fogo suficiente e desejado (WESTERMANN, 2001).

Muitos foram os inventos e adaptações criados para se chegar a uma arma antiaérea eficaz para fazer frente às ameaças aéreas da época, porém, essas armas de defesa antiaérea se mostraram ineficazes e com poucos resultados alcançados. A maioria dessas armas apresentavam os mesmos problemas, como a inexperiência dos artilheiros e a falta de material adequado para verificar a precisão de seus tiros.

Outra deficiência era a lentidão no processo de pontaria frente as rápidas e potentes aeronaves da época, também por estas serem empregadas em missões táticas contra objetivos no solo. A solução rápida foi empregar metralhadoras montadas em pedestais, no qual se mostrou mais eficaz em curto alcance, levando o abate de inúmeras aeronaves (CHIVERS, 2011).

Com o início da Segunda Guerra Mundial, a artilharia antiaérea sofreu um grande desenvolvimento em termos de materiais antiaéreos, especialmente os sistemas canhão que estavam em constante aperfeiçoamento. A Krupp apresentou um novo canhão de 88 mm Flak 36, tornando uma das peças mais famosas e melhores do mundo, tendo também a função anticarro, sendo mortífera contra estes ligeiros e médios (MULLER, 1997).

Com o aperfeiçoamento constante das aeronaves, principalmente as alemãs, a determinação do alcance e o rastreamento de alvos por parte das peças britânicas foram se tornando um problema, no qual em meio as constantes batalhas, a solução foi a automação, por um computador mecânico, no qual o operador apontava ao alvo, enquanto o preditor calculava o ponto de pontaria e indicava uma forma de apontar a arma (HOGG, 1998).

Mesmo com o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas antiaéreos tanto dos aliados quanto dos países do eixo, em especial a Alemanha, a grande maioria dos bombardeios conseguiam atingir seus alvos ou causar grandes destruições em pelo menos 90% dos casos. Mesmo com o término da Segunda Guerra Mundial, os materiais de artilharia antiaérea desenvolvidos no seu transcorrer continuaram sendo aperfeiçoados por um curto período depois do fim da Guerra, em especial o Exército dos Estados Unidos (PRODÓSCIMO, 2010).

O investimento em projetos voltados tanto para fabricação mísseis e foguetes quanto para as lançadoras tornou-se notório entre as principais potências mundiais, fazendo com que, depois de alguns anos, estes sistemas atingissem uma maturidade de destaque, tornando-as armas práticas e preenchendo o lugar das peças de AAAe. Logo após surgiram os sistemas de mísseis mais ligeiros, na década de 1960, sendo acoplados em carros de combate e blindados, complementando o sistema de autopropulsados de AAAe (CHUN, 2006).

2.2 A EVOLUÇÃO DA ARTILHARIA ANTIAÉREA NO BRASIL

Baseado na revista da EsACosAAe, Edição Comemorativa dos 70 anos, de julho de

2004, o ensino da defesa antiaérea teve início na Escola de Aviação Militar, no Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro, em 1927. O regulamento da Escola de Aviação Militar estabelecia que um de seus fins seria especializar oficiais e praças em materiais de defesa antiaérea.

No ano de 1938, no qual nos dois anos anteriores só houve a matrícula de militares da 1º RM, o Ministro da Guerra expediu um Aviso, determinando o não funcionamento do curso ministrado na Escola no decorrente ano, objetivando aproveitar

os militares que concluíram o curso nos anos de 1936 e 1937, já especializados, com o objetivo de organizar provisoriamente um Núcleo de Bateria de Metralhadoras Antiaéreas. O Aviso expedido tinha por finalidade organizar um futuro Centro de Instrução de Defesa Antiaérea (BRASIL, 2016).

No ano de 1939, por determinação do Presidente da República, criou-se o Centro de Instrução de Defesa Antiaérea (CIDAAe) (BRASIL, 2020).

Em 1941, extinguiu-se a GEDCA, fazendo com que incorporassem ao 1º Grupo do 1º Regimento de Artilharia Antiaérea (I/1ºRAAAe) todo o pessoal do antigo Grupamento Escola, assim como todo material. Em 1943, o Dst Op AAe recebeu alguns Canhões Automáticos Antiaéreos 37 mm, servindo principalmente para instruções do Centro. Quatro anos mais tarde, os Canhões Automáticos Antiaéreos 40 mm C/60 e as Metralhadoras Múltiplas. 50 foram adquiridos pelo CIDAAe, fazendo com que o currículo escolar do Centro fosse atualizado (BRASIL, 2020).

Na década de 50, as aquisições pelo Centro continuaram chegando, os Canhões Antiaéreos 90 mm, norte-americanos, ocorrendo novamente atualização dos cursos ministrados, porém com maior dificuldade imposta, já que o novo equipamento era mais complexo e com componentes eletrônicos (BRASIL, 2020).

Baseado em informações do histórico da EsACosAAe, 2020, no período do pós-guerra, houve a corrida armamentista pelas principais nações do mundo, e o Centro, com grande impulso doutrinário, em 1955, passou a denominar-se Escola de Defesa Antiaérea (EsDAAe). Em 1965, surgiu a Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea (EsACosAAe), com a fusão da EAC e EsDAAe.

A evolução da EsACosAAe seguiu na década de 80, quando recebeu dois Canhões Automáticos Antiaéreos 40 mm C/70, um Equipamento de Direção de Tiro FILA, da Avibrás, além da compra do Sistema Antiaéreo 40 mm FILA-Bofors, mostrando uma mudança e evolução significativa na estrutura e ensino da defesa antiaérea do Exército Brasileiro (BRASIL, 2003)

Atualmente, em 2020, a EsACosAAe ministra os Cursos de e Especialização em Artilharia de Costa e Antiaérea, de Operador de Alvos Aéreos e de Operadores de Radares e Direção de Tiro, especializando militares do EB para utilizarem os materiais disponíveis de defesa antiaérea que o Exército Nacional possui (BRASIL, 2020).

2.3 A ARTILHARIA ANTIAÉREA BRASILEIRA

Atualmente, em 2021, o cenário internacional nos evidencia que os conflitos presentes destacam a Artilharia Antiaérea como a principal fonte de destruição e ambição dos envolvidos. Relacionado a isso, a Defesa Antiaérea passa a ser um importante fator estratégico no que tange a manter a soberania de uma nação, evidenciando o Exército Brasileiro, que possui e vem adquirindo sensores, canhões e mísseis antiaéreos que juntos mobilizam os diversos Grupos de Artilharia Antiaérea e Baterias de Artilharia Antiaérea espalhados por nosso país, e tem por missão fazer frente a qualquer ameaça que possa penetrar em nosso espaço aéreo. Evidenciando o Bra-

sil, apesar da ausência de guerras, a atual posição política do país frente ao cenário internacional e a vasta riqueza do solo nacional o colocam a nação brasileira como uma grande potência sujeita a investidas estrangeiras, principalmente na região da Amazônia, sendo um motivo plausível para destinar recursos à novas aquisições de materiais e desenvolvimento de projetos de Artilharia Antiaérea (BRASIL, 2020).

Segundo informações do Manual de Campanha do Exército EB70-MC-10.231, no intuito de facilitar a organização e a descentralização de missões e encargos, além de evitar a sobrecarga administrativa e operacional e melhor coordenar o seu emprego, a AAAe se subdivide em escalões de comando, sendo eles: Comando de defesa antiaérea (Cmdo DA Ae); Brigada de artilharia antiaérea (Bda AAAe); Agrupamento-grupo de artilharia antiaérea (Agpt-Gp AAAe); Grupo de artilharia antiaérea (GAAe); Agrupamento-bateria de artilharia antiaérea (Agpt-Bia AAAe); Bateria de artilharia antiaérea (Bia AAAe); e Seção de artilharia antiaérea (Seç AAAe) (BRASIL, 2017).

Baseado nas informações do Escritório de Projetos do Exército, no quesito material, pode-se observar com mais clareza a transformação que o Programa Estratégico Defesa Antiaérea, programa que está incumbido de adquirir, organizar e entregar os equipamentos, proporcionou às OM de AAAe. As entregas permitiram à AAAe atuar como um sistema completo. Os subsistemas de Armas, Comando e Controle, Comunicações e Logística foram dotados de modernos sistemas de mísseis e centros de controle, como o Missil Telecomandado RBS 70, o Radar Saber M60, O Missil IGLA S, os Centros de Operações Antiaéreas Eletrônicos (COAAe) de Seção, dentre outros; gerando uma capacidade de emprego modular, atendendo às demandas de mobilidade estratégica (BRASIL, 2020)

3. DISCUSSÕES

É inegável que o tamanho e a riqueza que o território brasileiro apresenta exija uma Artilharia Antiaérea bem equipada e moderna, sendo fundamental para manutenção da soberania nacional. Analisando os últimos conflitos mundiais, é possível afirmar que não há possibilidade de improvisos ou mobilização de recursos humanos e de materiais quanto ao emprego da Artilharia Antiaérea (AAAe) em situação real, em função da importância estratégica, da necessidade de adestramento constante, e, particularmente, do emprego de sistemas com complexa tecnologia agregada em constante evolução tecnológica e operacional dos meios envolvidos. Assim, os conflitos que exijam reação imediata, devem contar com uma AAAe preparada e adestrada.

Como foi explorado pelo trabalho, a AAAe brasileira surgiu anos após as principais nações do mundo já iniciarem o desenvolvimento de projetos e investimentos no ramo. Um dos principais motivos que levaram o início tardio da nossa AAAe é a distância considerável do país em relação aos conflitos de amplitude global, não havendo o emprego necessário do Exército Brasileiro no geral, e em especial, a AAAe, ocasionando uma estagnação em investimentos e desenvolvimentos tecnológicos, além de não haver preocupação em modernizar os materiais destinados a defesa an-

tiaérea. A forma adotada pelo EB foi primeiro adestrar os militares, para após isso, iniciar a aquisição dos materiais.

A capacitação do pessoal é fundamental para a obtenção do êxito. Pode-se observar que, ao longo dos anos, com a aquisição de novos materiais, a EsACosAAe, instituição responsável pelo adestramento dos militares em defesa antiaérea, adequa e atualiza os cursos a serem ministrados baseados nos equipamentos da AAAe brasileira. Vários são os cursos que permitem uma especialização adequada aos materiais, desde os primeiros a serem adquiridos até os utilizados atualmente, pois a aquisição de equipamentos sem pessoal capacitado é inviável. Assim, com a aquisição ou sua possibilidade, há em paralelo, a previsão de cursos no Brasil e no exterior para a capacitação dos futuros usuários dos equipamentos adquiridos.

Observa-se que, até meados da década de 1990, os materiais adquiridos eram todos importados, além de serem equipamentos de nível inferior em relação aos utilizados na época, dando ênfase nos períodos das aquisições, pois relacionando as etapas, algumas compras tiveram um lapso temporal muito elevado, ocasionando sucateamento e perda de materiais da nossa AAAe.

No início do século XXI, de forma expressiva, houve um aumento considerável nos investimentos em desenvolver tecnologia nacional voltada pra o meio bélico, com um alinhamento aos eventos de grande repercussão que ocorreram no país nos últimos anos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 no Rio de Janeiro. Um exemplo citado no trabalho é o desenvolvimento e emprego do Radar SABER M60, no qual sua presença na AAAe é realidade, pois sua capacidade em monitorar e detectar alvos é bastante eficaz. O modelo é altamente tecnológico e avançado, ocasionando na exportação do material para países interessados, sendo um avanço não só para nossa AAAe, mas um avanço considerável na indústria nacional bélica, incentivando cada vez mais o desenvolvimento de projetos originados e arquitetados no país.

A partir da aquisição do míssil IGLA, em especial, fez com que o alto escalão do Exército repensasse sobre o sistema vigente da nossa AAAe. Com isso, deu-se início, ao longo dos últimos anos, a arquitetura e implantação de um novo sistema vigente, no intuito de facilitar a organização e a descentralização de missões e encargos, sendo subdividida em escalões.

Com toda a arquitetura de um novo sistema e embasado nos materiais presentes na nossa AAAe, resume-se o objetivo geral da AAAe, que é recuperar e obter a capacidade do Sistema Operacional Defesa Antiaérea, para permitir a proteção das estruturas estratégicas terrestres brasileiras, além de prover a capacidade de defender a soberania nacional. Os próximos passos são a aquisição e/ou desenvolvimento de equipamentos capacitados em prover a defesa de média altura, como foi explanado no trabalho, com a possibilidade de desenvolver o Astros II, e/ou adquirir o material russo Pantsir S2.

Considerações finais

Baseado com todo o conteúdo exposto na pesquisa, pode-se notar que a Artilharia, inicialmente, era basicamente formada pela Artilharia de Campanha. Houve momentos de dupla função por parte da Artilharia da época, início do século XX, no qual havia missões de tiro voltado para Artilharia de Campanha, e momentos que realizava o emprego de missões antiaérea. O surgimento da defesa antiaérea tem relação com o emprego de meios aéreos como arma de combate. Com o constante aprimoramento e evolução tecnológica dos vetores aéreos, houve uma imposição às principais nações e empresas bélicas a desenvolverem equipamentos capazes de engajar as ameaças aéreas.

As peças de artilharia da época tinham como principais características o elevado peso e o demasiado tamanho, sendo ineficazes para serem apontadas e não conseguindo acompanhar as rápidas aeronaves. Como solução rápida, as nações iniciaram o emprego de metralhadoras acopladas em pedestais ou em reparos, no intuito de acompanhar as ameaças aéreas e tentar conter a letalidade das mesmas.

O aperfeiçoamento e a evolução das aeronaves se tornaram constantes, como se destaca não só no melhoramento nos motores, aumentando a potência e velocidade, mas também era evidente a elevação da capacidade das aeronaves, podendo armazenar maior quantidade de munições e explosivos. Com esse cenário e a ineficiência das peças adaptadas, iniciou um constante investimento em desenvolver peças de artilharia antiaérea, tendo função única e específica em realizar a defesa antiaérea. Como resultado, alguns sistemas antiaéreos se destacaram inicialmente, como o 35 mm Oerlikon e 40 mm Fila, da Bofors.

O ensino sobre defesa antiaérea na Escola de Aviação Militar, sediada no Rio de Janeiro, foi o marco para que o Brasil fizesse parte dos países que detêm meios de defesa antiaérea, em 1927. Como metodologia, o Exército Brasileiro optou por primeiro aperfeiçoar os artilheiros em defesa antiaérea ao invés de adquirir equipamentos, sendo assim, o país passou a ter militares aperfeiçoados em armamentos e sensores antiaéreos. Nos dias de hoje, a Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, EsACosAAe, fica responsável pelo adestramento dos oficiais e sargentos em defesa antiaérea, disponibilizando cursos e estágios. A Artilharia Antiaérea se modernizou tanto no aperfeiçoamento dos sistemas antiaéreos, quanto no desenvolvimento de mísseis, no qual o investimento neste ramo passou a ser destacado principalmente pelas empresas suecas, como a Saab, com o Míssil RBS-70.

Os atuais mísseis RBS-70 e IGLA, ambos adquiridos pelo Exército Brasileiro, foram de extrema importância para alavancar a Artilharia Antiaérea Nacional, aperfeiçoando as opções que o país tem de baixa altura, além da rapidez para entrar e sair de posição, assim como a mobilidade, essenciais para estabelecer a defesa antiaérea do território.

Nesse contexto da modernização tecnológica militar, notam-se que artilharia antiaérea do nosso país está buscando uma reestruturação e substituição de seus materiais, no qual evidencia-se mais a procura pela modernização dos equipamentos do Exército Brasileiro e o investimento nacional no ramo, ao invés de adquirir novos

armamentos antiaéreos, com elevado custo. Dentre os armamentos e sensores que a nossa artilharia possui para realizar a defesa antiaérea podemos citar os seguintes materiais: sistema antiaéreo 35 mm Oerlikon – Contraves, o sistema antiaéreo 40 mm Fila – Bofors, o míssil IGLA S, o radar SABER M60, o sistema antiaéreo Gepard e o COAAe Eletrônico.

O ganho de importância da Artilharia Antiaérea nacional perante, principalmente, ao Alto Comando do Exército, fez com que o ramo se tornasse um órgão de grande investimento, devido a sua finalidade em realizar a Defesa Nacional.

A Artilharia Antiaérea do Exército Brasileiro dota de meios focados nos materiais de baixa altura, tanto os de controle e alerta, como os sistemas de armas, no qual há projetos em desenvolvimento e análises sobre futuras aquisições em equipar a AAAe com materiais de média altura.

As grandes dimensões do nosso território, as riquezas naturais presentes e a sua importância geopolítica foram extremamente relevantes na elaboração das Políticas de Defesa na última década, sendo similares essas premissas comparadas com o restante do mundo. Os eventos de grande importância e magnitude ocorridos no país, principalmente a Copa das Confederações, em 2013, exigiu-se um elevado empenho e mobilidade da Artilharia Antiaérea brasileira antes, durante e após os eventos, no qual houve a necessidade de reequipar nossa AAAe, destacando a aquisição de equipamentos após 2013, como a Viatura Gepard, Radar SABER M200 e COAAe Elt Seç.

Dessa forma, conclui-se que a aquisição de radares de vigilância foi tardia, frente aos demais países, no qual ficou dependente basicamente dos sensores de seus equipamentos de direção de tiro. Outra deficiência foi o sucateamento dos materiais de defesa antiaérea em determinado momento e a falta de incentivo ao investimento nacional em tecnologia militar, fator evidenciado pelos longos períodos de tempo entre uma aquisição e outra. Porém, as aquisições feitas desde o final do século XX enaltecem a importância do ramo militarmente, renovando os materiais antiaéreos e colocando o Brasil em outro patamar, devido a quantidade de equipamentos adquiridos, a alta tecnologia empregada e o incentivo constante pelo desenvolvimento de materiais nacionais do ramo bélico, elevando o nível de defesa antiaérea de baixa altura nacional.

Com isso, o trabalho buscou mostrar a evolução da artilharia antiaérea no Brasil, seu surgimento e a explanação dos materiais adquiridos durante o século XX ao XXI, além de mostrar a atual situação da nossa AAAe.

Referências

1º Grupo de Artilharia Antiaérea Grupo General Alves Maia: Resumo Histórico. In: Canhão antitanque 90mm norte americano. [S. l.], 10 fev. 2016. Disponível em: <http://www.1gaae.eb.mil.br/2016-02-10-19-06-22>. Acesso em: 20 mar. 2021.

2º Grupo de Artilharia Antiaérea. [S. l.], 26 set. 2015. Disponível em: <http://www.2gaae.eb.mil.br/index.php/a-fortaleza>. Acesso em: 10 mar. 2021.

11º Grupo de Artilharia Antiaérea. [S. l.], 14 maio 2020. Disponível em: <http://www.11gaaae.eb.mil.br/index.php/resumo-historico.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

AIRWAY: “Ballon Kanone”, a primeira arma anti-aérea da história. [S. l.], 12 set. 2016. Disponível em: <https://www.airway.com.br/ballon-kanone-primeira-arma-anti-aerea/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

AIRWAY: SAAB vai apresentar nova geração de mísseis em Brasília. [S. l.], 20 set. 2016. Disponível em: <https://www.airway.com.br/saab-vai-apresentar-nova-geracao-de-misseis-embrasil/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

ÁREA MILITAR. Gepard, Flakpanzer. Disponível em: <<http://www.areamilitar.net/DIRECTORIO/TER.aspx?nn=88>>. Acesso em 08 jan. 2021.

ARMA DE ARTILHARIA. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/web/guest/artilharia>>. Acesso em 05 jan. 2021.

ARMAS Nacionais: História e Modelismo. [S. l.], 2018. Disponível em:

<http://www.arnasnacionais.com/2018/06/flak-krupp-88-mm-c56-modelo-18.html>. Acesso em: 28 mar. 2021.

AVENTURAS na História: Metralhadora: Brutal mundo novo. [S. l.], 21 ago. 2017. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/metralhadorabrutal-mundo-novo.phtml>. Acesso em: 28 mar. 2021.

BASTOS, Expedito. Da Cultura. Uma realidade brasileira: Foguetes e mísseis no Exército Brasileiro 1949 – 20121, [s. l.], ed. 20º, 2020.

BLINOVA, Ekaterina. Post WW2 World Order: US Planned to wipe URSS out by massive nuclear strike. Sputnik News, Moscow, 15 Aug. 2015. Disponível em:

<https://sputniknews.com/politics/201508151025789574-us-planned-to-wipe-out-ussr/>. Acesso em: 07 mar. 2019.

BRASIL. Estado-Maior do Exército: EPEX. [S. l.], [entre 2010 e 2019]. Disponível em: <http://www.eme.eb.mil.br/index.php/epex>. Acesso em: 01 jan. 2021.

_____. Estado-Maior do Exército. C 44-1: Emprego da artilharia antiaérea. 4. ed. Brasília, DF, 2001.

_____. Estado-Maior do Exército. C 44-8: Comando e controle na artilharia antiaérea. 1. ed. Brasília, DF, 2003.

_____, Exército. Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Porto Alegre. Canhão antitanque 37mm M3. [S. l.], 06 ago. 2020. Disponível em: <http://www.cporpa.eb.mil.br/index.php/qrcode/483-canhao-antitanque-37mm-m3>. Acesso em: 4 mar. 2021.

_____. Exército. Estado-Maior. ME B-2: Sistema Antiaéreo 40 mm Fila Bofors. 1ª Edição. Rio de Janeiro, RJ, 2004.

_____. Exército. Estado Maior. EB70-MC-10.231: Defesa Antiaérea. 1. ed. Brasília, 2017a.

_____. Exército. Estado Maior. EB70-MC-10.235: Defesa Antiaérea nas Operações. 1. ed. Brasília, 2017b.

_____, Ministério da Defesa. C 44-61: Serviço da Peça do EDT FILA. 2ª ed. Brasília: EGGCF, 2003.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. C 44-1: Emprego da Artilharia Antiaérea. 4ª Ed. Brasília: EGGCF, 2011.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. EB 60- ME23.018: Princípios Básicos de Radar. 1ª Ed. Brasília: EGGCF, 2014.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. EB 70-MC-10.231: Defesa Antiaérea. 2017

_____, Ministério da Defesa. O Papel da Defesa Nacional. [S. l.], 17 jun. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/papel-da-defesanacional. Acesso em: 03 fev. 2021.

BRASIL em Defesa: Canhão Bofors 40 mm C/70. [S. l.], 26 mar. 2013. Disponível em: <https://www.brasilemdefesa.com/2013/03/canhao-antiaereo-bofors-170-40mm.html>. Acesso em: 7 fev. 2021.

CENTRO Tecnológico do Exército. Radar Saber M60. Disponível em: < <http://www.ctex.eb.br/index.php/component/content/article/10-pad/projetos/12-radarsa-berm60>>. Acesso em 02 jan. 2021.

CENTRO Tecnológico do Exército. [S. l.], 8 fev. 2021. Disponível em: <http://www.ctex.eb.mil.br/historico>. Acesso em: 10 mar. 2021.

COSTA, Eduardo. As possibilidades e limitações da AAAe do EB frente às modernas ameaças aéreas existentes no TO Sul-Americano. Orientador: Maj Art Alan Sander de Oliveira Jones. 2018. Dissertação (Trabalho de Conclusão de Curso para Especialista em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, [S. l.], 2018. Disponível em: <https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/4093/1/MO%206034%20%20EDUARDO%20COSTA.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2021.

DEFESANET: AAe - Os 35mm sobrevivem. [S. l.], 4 mar. 2014. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/14421/AAe---Os-35mm-Sobrevivem/>. Acesso em: 7 fev. 2021.

DEFESANET: EB confirma bases para distribuição dos mísseis Igla-S. [S. l.], 12 fev. 2016. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/21545/EB-confirma-bases-para-distribuicao-dos-misseis-Igla-S/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

DEFESANET: Gepard 1A2. [S. l.], 25 set. 2013. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/leo/noticia/3487/O-GEFARD-1A2/>. Acesso em: 5 fev. 2021.

EMILIÃO, Diogo Pinto. O emprego do Radar SABER M60 no SISFRON. Considerações. Informativo antiaéreo- Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, p. 55, ago. 2013.

EPEX: Aquisição do Sistema de Mísseis RBS 70 na Suécia. [S. l.], 6 nov. 2017. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/ultimas-noticias/654-aquisicao-do-sistema-demisseis-rbs-70-na-suecia>. Acesso em: 2 fev. 2021.

EPEX. In: Defesa Antiaérea. [S. l.], [entre 2010 e 2019]. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/defesa-antiaerea>. Acesso em: 04 jan. 2021.

EPEX. In: Portfólio Estratégico do Exército. [S. l.], [entre 2010 e 2019]. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/component/content/article?id=462>. Acesso em: 04 jan. 2021.

EPEX. In: Programa Estratégico do Exército Defesa Antiaérea. [S. l.], [entre 2010 e 2019]. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/defesa-antiaerea/esco-podaae>. Acesso em: 03 jan. 2021.

EPEX. In: Subprogramas/Projetos. [S. l.], [entre 2010 e 2019]. Disponível em: <http://www.epex.eb.mil.br/index.php/defesa-antiaerea/subprogramasantiaerea>. Acesso em: 05 jan. 2021.

EsACosAAE. Edição Comemorativa: Órgão Informativo da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea, [s. l.], julho 2004. Disponível em:

<http://www.esacosaae.eb.mil.br/images/Documentos/2019/Revista-da-EsACosA-Ae-Nr-8--04.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2020.

ESTRATÉGIA GLOBAL. CTEEx entrega primeiras unidades do COAAe. Disponível em: <<http://naargrosbar.blogspot.com.br/2013/02/ctex-entrega-primeiras-unidades-docooae.html>>. Acesso em 01 jan. 2021.

EVANS, Anthony A; GIBBONS, David. A Compacta História da Segunda Guerra. 1 Ed. Editora Universo dos Livros Editora, 2016.

EXÉRCITO Brasileiro: Arma de Artilharia. In: Arma de Artilharia. [S. l.]. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/artilharia>. Acesso em: 29 dez. 2020.

EXÉRCITO Brasileiro. Material de dotação. Disponível em: < <http://www.4gaaae.eb.mil.br/xfiles/4gaaae/4gaaae-fotos.htm>>. Acesso em 31 dez. 2020.

FORÇAS Terrestres. Compra de sistemas antiaéreos russos: ‘precisamos conhecer os detalhes’. Disponível em: < <http://www.forte.jor.br/tag/pantsir-s1/>>. Acesso em 03 jan. 2021.

FORÇAS Terrestres: Testando canhão Bofors de 40mm. [S. l.], 26 maio 2011. Disponível em: <https://www.forte.jor.br/2011/05/26/testando-um-canhao-bofors-de-40mm/>. Acesso em: 9 fev. 2021.

FORTES, Hugo Guimarães Borges Fortes. O Rearmamento do Exército Brasileiro no Final da Década de 1930. Revista A Defesa Nacional, 787. Rio de Janeiro: páginas 60 a 79, edição do 3º quadrimestre de 2000

FORUM Base Militar Web Magazine. Sistema antiaéreo. Disponível em: < <http://www.basemilitar.com.br/forum/viewtopic.php?f=5&t=4023>>. Acesso em: 02 jan. 2021.

GALANTE, Alexandre. O Gepard entra em ação. Forças de Defesa, São Paulo, ano 3, n. 8, p. 92-95, trim. 2013a.

GALANTE, Alexandre. A ameaça aérea atual e o GEPARD. Forças de Defesa, São Paulo, ano 3, n. 8, p. 96-99, trim. 2013b.

HOGG, Ian V., *Allied Artillery of World War 2*, Malborough: The Crowood Press, 1998

JONES, Alan. Estudo de Caso. Astros 2020 antiaéreo: vantagens do investimento público para a ampliação da capacidade do sistema ASTROS, [s. l.]. Revista da UNIFA, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 84 - 95, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.22480/rev.unifa.v30n1.419>. Acesso em: 06 jan. 2021.

JUNIOR, Sergio Antonio da Fonseca. A companhia de comunicações da brigada de artilharia antiaérea no território nacional: uma proposta de organização. *INFORMATIVO ANTIAÉREO - Publicação Científica*. 2008.

LACERDA, Acioly. Estratégias de Defesa Nacional: Desafios para o Brasil no novo milênio. [S. l.: s. n.], 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3193/1/livro_estrategia_defesa.pdf. Acesso em: 30 dez. 2020.

MACEDO, Gustavo A. de. A diversidade de materiais de artilharia antiaérea norteamericana na 2ª Guerra Mundial e seu reflexo para a vitória dos aliados. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao programa de pós-graduação lato sensu da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea. Rio de Janeiro, 2012. 7.

MATTOS, Fernando José Soares da Cunha. Para onde vai a artilharia antiaérea? Disponível em: <http://www.airpower.maxwell.af.mil/apjinternational/apjp/1998/3tri98/mattos.htm>. Acesso em 04 jan. 2021

MILITARY Power Review. Missil RBS 70 - Suécia. Disponível em: <http://www.militarypower.com.br/frame4-armas47.htm>. Acesso em 06 jan. 2021.

MÜLLER, Werner. *German Flak in World War II*. Schiffer Publishing, Ltd. 1997

MÜLLER, Werner. *The Heavy Flak Guns, 1933-1945: 88Mm, 105Mm, 128Mm, 150Mm, and Ballistic Directional Equipment*. 1 ed. Schiffer Publishing Ltd, 1990

MUSEU Militar Panambi: Canhão Antiaéreo M1 90mm. [S. l.], 30 ago. 2016. Disponível em: <http://museumilitarpanambi.com.br/canhao-antiaerea-90mm/>. Acesso em: 9 fev. 2021.

PRODÓSCIMO, César Bonfim Menine Camelo. A Missão Militar Norte Americana no Brasil: sua influência para a Doutrina de Artilharia de Costa e Antiaérea brasileira. 2010. 122 f. Monografia (Especialização em História Militar Brasileira) – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2010

PENTEADO, Telma. A História da Defesa Antiaérea. A História da Defesa Antiaérea, [s. l.], 11 maio 2010. Disponível em: <https://issuu.com/aeroespaco/docs/aero-especial-defesaarea/54>. Acesso em: 30 dez. 2020.

PLANO Estratégico do Exército: 2020 a 2023. [S. l.]. Disponível em http://www.ceadex.eb.mil.br/images/legislacao/XI/plano_estrategico_do_exercito_20202023.pdf. Acesso em: 04 jan. 2021.

RADAR Tutorial: AN/TPS-1E. [S. l.], 28 set. 2015. Disponível em: <https://www.radartutorial.eu/19.kartei/11.ancient/karte026.en.html>. Acesso em: 7 fev. 2021.

RED Team: EDT SUPERFLEDERMAUS. [S. l.], 2005. Disponível em: <https://www.redteam.com.br/fotos/Soldado2005/Superfledermaus.htm>. Acesso em: 7 fev. 2021.

REVISTA MILITAR: O Papel da Artilharia Antiaérea na Defesa do Estado e das Populações no Contexto da Conflitualidade Atual. [S. l.]: 1849-. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigopdf/1112>. Acesso em: 02 jan. 2021.

RIBEIRO, Ricardo L. O emprego da artilharia antiaérea norte-americana na 2ª Guerra Mundial e seu reflexo para a evolução doutrinária. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao programa de pós-graduação lato sensu da Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea. Rio de Janeiro, 2009.

SAAB. In: O RBS 70 NG sob a ótica do Exército Brasileiro. [S. l.], 16 maio 2019. Disponível em: <https://www.saab.com/pt-br/markets/brasil/historias/2019/o-rbs-70-ng-sob-aotica-do-exercito-brasileiro>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SANTOS, Nelson Alexandre Charréu. Radares de Artilharia Antiaérea - Passado, Presente e Futuro. Revista de Artilharia. 2011. Disponível em: http://www.revistaartilharia.net/index.php?option=com_content&task=view&id=435&Itemid=33. Acesso: 01 de março de 2021

SILVA, Hian Carreiro da. A artilharia antiaérea do exército brasileiro face às ameaças do teatro de operações sul-americano. INFORMATIVO ANTIAÉREO - Publicação Científica. 2005.

T&D História: Os canhões antiaéreos Krupp, de 88mm, do Exército Brasileiro. [S. l.], 3 jun. 2020. Disponível em: <https://tecnodefesa.com.br/td-historia-krupp-88-no-eb/>. Acesso em: 2 fev. 2021.

VEÍCULOS e Armamentos Militares: Metralhadora Browning M2 .50. [S. l.], 24 jan. 2021. Disponível em: <https://veiculosearmamentosmilitares.blogspot.com/2021/01/metralhadorabrowning-m2-50.html>. Acesso em: 28 mar. 2021.

A Ciência Militar no Terceiro Milênio

Júlio Raphaël de Freitas Coutinho¹

O Artigo tem a finalidade de estabelecer uma visão prospectiva da Ciência Militar no Terceiro Milênio e verificar a importância da Filosofia, neste contexto, proporcionando reflexões aos estudiosos destas Ciências.

Figura 1 - Figura representativa, do mito da caverna, no contexto militar pós-moderno.



¹ O autor é Doutor em Ciências Militares (PPGCM) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e Pós-graduado em Administração, Educação, Filosofia, Logística, Negociação, Política e Tecnologia da Informação. Foi professor de Filosofia da AMAN e comandou o Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), o 10º BI (Juiz de Fora – MG) e o Batalhão de Força de Força de Paz UNAVEM – III (Angola).

Este artigo tem um enfoque todo especial, voltado para a Ciência Militar. A narrativa segue a cronologia de maneira linear e investigativa, indo do passado ao presente, tendo como meta a ação interativa entre a Filosofia e a Ciência Militar. A consequência que daí advém é que a Filosofia certamente contribuirá para que o oficial das Forças Armadas ou o(a) estudioso(a) militar possa dar respostas mais contundentes e eficazes aos complexos problemas desse Terceiro Milênio. Como entender o conceito de Filosofia e da Ciência Militar?

Como se exercitam estas Ciências no Estado? A Filosofia pode ser aplicada na Ciência Militar? Qual a finalidade, sentido e objetivos da Filosofia para a Ciência Militar? Por que se inclui a atividade das armas (Guerra/conflito armado) no ideário e prática política? Qual a relação da Lógica e da Ética com a Ciência Militar? Como deve ser o trabalho didático pedagógico da Filosofia numa Academia Militar? Como motivar o discente militar para a Filosofia? Como deve agir eticamente e com princípios Lógicos o cidadão-soldado no Terceiro Milênio?

O leitor já fez estas perguntas? O autor propõe contribuir para a formulação de suas próprias respostas a estes e outros questionamentos. Num primeiro momento tal empreitada parece ser difícil dada a necessidade de penetrar nos argumentos éticos, políticos, lógicos, físicos e matemáticos que se encontram aglutinados, uns aos outros, no interior dos textos das obras dos pensadores de Filosofia e da Ciência Militar.

A base deste artigo, além das obras dos grandes pensadores e de fontes de consulta de outros autores, são notas colhidas pelo autor ao longo dos anos nas universidades, centros de estudos e organizações internacionais através: da docência, palestras, conferências e seminários.

Para discorrer analiticamente sobre o comportamento humano e a Guerra, através da Filosofia, o autor se dispôs a apresentar a palavra dos pensadores desde o início dos tempos até a nossa contemporaneidade. Sócrates, Platão e Aristóteles nos ensinaram a viver em sociedade (a Política, a Guerra, a Ética, as Virtudes e a Justiça); Epiteto, Zenon, Marco Aurélio e Sêneca (ressaltaram ideias de como manter a calma e lidar com as nossas emoções no meio do Caos (o Estoicismo); Immanuel Kant e Émile Durkheim, dedicaram-se a Ética respectivamente, a autônoma do indivíduo e a heteronômica da Sociedade; René Descartes abordou a sistematização (a teoria do Método); Jeremy Bentham, a ética do Interesse (o Utilitarismo); John Rawls descreveu a governança da vida coletiva (a Equidade); Jean Marie Guyau e Henri Bergson apresentaram a ética do Sentimento e da Emoção; e Klaus Schwab desenvolveu a ética face a Inovação Tecnológica (a Quarta Revolução Industrial).

Os exemplos aqui levantados dos grandes filósofos e pensadores, anteriores à nossa época, não significam que devemos voltar ao passado, mas tomarmos impulso para novas ideias, adaptando-as aos novos tempos. Também é importante afirmar que não devemos importar de forma açodada, sem a devida adequação, preceitos educacionais militares e/ou filosóficos que nem sempre retratam a realidade brasileira e de nossas Forças Armadas. Cumpre ressaltar que este artigo expressa somente a experiência e as pesquisas realizadas pelo autor e não da Instituição Força Armada quanto à interação da Filosofia com a Ciência Militar neste Terceiro Milênio.

O Contexto Pós- moderno

Quem no mundo de hoje, não tem dilemas e desafios a vencer? Os sistemas sociais, econômicos e políticos que tiraram milhões de pessoas da pobreza, após a Segunda Guerra Mundial, deram esperança e formas políticas nacionais e globais, e estão agora, no limiar do Terceiro Milênio, nos decepcionando. Nesse contexto precário, político e social agravado, com a Pandemia que tem afetado o mundo como um todo. Esse mundo pós-moderno apresenta dilemas que estão sendo proporcionados por desafios, de um grande número de poderosas tecnologias emergentes da inteligência artificial às biotecnologias, da computação gráfica, da tecnologia de informação à robótica que, tem tirado o emprego de elevado número de pessoas nos diversos modos de produção e serviços. Esses desafios modificaram significativamente as estruturas sociais, políticas, econômicas, militares e também, estão causando mudanças radicais na forma como até agora vivemos.

São tempos novos, são tempos de mudança. Para onde caminha a humanidade? No contexto militar fica a questão: Como a Ciência Militar irá se portar diante desses desafios do Terceiro Milênio? E, principalmente, como preparar o setor educacional militar para enfrentar essa nova era cheia de dilemas e complexidades?

No século XXI, a educação foi submetida a uma dura obrigação, que pode parecer, à primeira vista, quase contraditória. Se, por um lado, a educação transmite, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes evolutivos adaptados à civilização contemporânea, por outro lado, a educação deve encontrar e assinalar as referências que impeçam as pessoas de ficarem submergidas nas ondas de informações, muitas vezes efêmeras, que as levam a difusão distorcidas de fatos que levam ao confronto, as chamadas “Fake News”. Estas distorções invadem seus espaços, sejam eles público ou privados, que podem levar à orientação para projetos distorcidos de desenvolvimento dos campos do poder. Assim se a educação continuar na sua forma tradicional, certamente consolidará o temor da desumanização do mundo relacionada com a evolução técnico-profissional. De outra maneira: a educação estaria moldando o ser humano como uma máquina sem a noção do que é (sentido do ser) e a sua relação com o outro (a capacidade de viver com os seus semelhantes, a alteridade, e com a própria natureza, a ética da ecologia). Isso nos foi apresentado, de forma profética, na década de trinta do século passado, por Charles Chaplin no seu filme: “Tempos Modernos”. E agora, na nossa contemporaneidade, surge outro problema: **como humanizar a máquina que nos substitui?**

Foram desenvolvidas, a partir desse contexto, propostas educacionais para os novos tempos. Para essas propostas, é imperioso que se direcione o centro de atenção para responder a seguinte questão: **quais conhecimentos, competências, habilidades e posturas serão necessários aos militares brasileiros no século XXI?**

Para responder a esse questionamento, não podemos deixar de considerar as condicionantes que nasceram nos Campos dos Guararapes² que constituem o berço

2 AS batalhas dos Guararapes foi o primeiro movimento nativista dos colonos brasileiros, sem o apoio da Metrópole Portuguesa no século XVII, em 1648, para expulsar o invasor Holandês da então Colônia.

da nacionalidade brasileira e de nossa Ciência Militar.

Essa parte da nossa História, da formação nacional, merece o seguinte comentário:

Quando da invasão holandesa ao Brasil Colônia reagiu em Guararapes, no ano de 1648, não o Exército Oficial Colonial, mas, o Exército Real da Colônia, formada por Negros, Índios e Brancos do então criado povo brasileiro.

O Exército Real de hoje se manifesta na Academia Militar das Agulhas Negras através dos(as) cadetes, futuros(as) oficiais. Cadetes que tem, desde sempre, origem em todas as matizes da nacionalidade brasileira. Essa é a gênese de nosso Exército em relação ao que seria o Brasil Oficial e o Brasil Real.

Esse comentário nos remete a Machado de Assis quando disse:

“Não é desprezo pelo que é nosso, não é desdém pelo meu País. O País Real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas, o País Oficial, esse é caricato e burlesco”³.

Os nossos valores, língua, etnias, tradições e costumes consolidaram um único País, sem nenhum desmembramento territorial, mantendo a dimensão continental, em meio à fragmentação ocorrida nos diversos países que surgiram no período pós-colonial no Continente Americano.

É importante estabelecer, na nossa atualidade, a orientação educacional que retrate a realidade brasileira. Para isso, o governo sancionou a Lei de Diretriz e Bases da Educação Nacional (LDB), a partir da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a consequência no ensino superior militar. Não se pode, também, desconsiderar o Relatório Delors que representa o pensamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e o Fórum de Davos (WEF na sigla em Inglês) em que líderes políticos mundiais, desde a década de 1970, realizam um encontro mundial, no qual a elite global se reúne para discutir problemas mundiais neste Terceiro Milênio. Não são debatidos apenas aspectos econômicos, mas também políticos, militares, educacionais, tecnológicos, meio ambiente e culturais. Esse Fórum foi criado por Klaus Schwab, pensador que nos mostra que o homem será submetido a uma situação nunca antes experimentada.

Novas Tecnologias estão fundindo os mundo físico, digital e biológico de forma a criar grandes promessas e possíveis perigos, quando diz que:

“estamos no auge de uma onda de descobertas ligadas à conectividade: robôs, drones, cidades inteligentes, medicina e inteligência artificial, pesquisas sobre o cérebro. Pouca gente está enxergando as implicações de longo prazo disso”.

Uma reflexão minha: Tudo isso agregado ao aumento populacional e a integração, dessa imensa população, com as novas tecnologias...

Se aceitarmos a responsabilidade coletiva para a criação de um futuro em que a inovação e tecnologia servem às pessoas, de forma desmedidas, elevaremos a humanidade a novos e descontrolados níveis comportamentais (Ética).

Entre os principais líderes das tropas dos colonos brasileiros, podemos citar: André Vital de Negreiros, Henrique Dias e Felipe Camarão.

3 Machado de Assis, “Comentários da semana”. Publicado originalmente no “Diário do Rio de Janeiro”, Rio de Janeiro, 29 de Dezembro 1861 / Obra completa, Machado de Assis, Rio de Janeiro: Edições W.M.Jackson, 1938.

O bom senso nos indica um dilema: de um lado, devemos ter o cuidado de não importar, de forma açodada, sem a necessária adaptação, esses preceitos educacionais da ONU, de Davos ou de outra origem que nem sempre retratam a nossa realidade e as características, valores e servidões da nacionalidade e das Forças Armadas Brasileiras; e, de outro lado, é fundamental, nestes tempos de mudança, começar a apresentar alternativas criando, superando, inovando e transformando a situação pretérita. Sobre isso, Heráclito⁴, um dos maiores filósofos da Antiguidade, deixou para a prosperidade a seguinte reflexão: **“A única coisa permanente é a mudança”**.

Para a solução desse dilema, o presente artigo visa apresentar a colaboração do que a Filosofia pode prestar a Ciência Militar nesse limiar do III Milênio. Esse é o principal motivo que juntou o militar (que é o autor por mais de cinquenta anos) e um filósofo (como também às vezes é chamado o autor), os “dois aficionados” pelas lides militares e filosóficas, para “criarem” um artigo que procurasse fazer com que as artes da Ciência Militar e da Filosofia se encontrem para dialogar. Esse encontro teria a finalidade de realizar a integração, entre as duas Ciências, de uma forma que possam desenvolver soluções para os dilemas e problemas inerentes, ao cenário extremamente desafiador, dessa contemporaneidade pós-moderna.

A Filosofia contribuindo para a Ciência Militar

A união entre a Filosofia e as demais Ciências sempre foi uma tendência e na atualidade vem se consolidando cada vez mais, em razão dos problemas desafiadores que nesta quadra do tempo se apresentam à racionalidade humana. O grande desafio reside em identificar o como ensinar e o que ensinar para tornar acessível e pragmático o saber filosófico aos estudiosos da Ciência Militar. Tal saber deve tornar-se um sistema atitudinal que possibilite o estranhamento, a reflexão e a crítica, dentro das especificidades dessa Ciência. Está é, certamente, a resposta aos desafios de nossa era pós-moderna.

Atualmente, os estudos nos levam a questionar o paradigma do ensino tal como o conhecemos debruçados, essencialmente, sobre a aprendizagem do aprender a conhecer e, em menor escala, do aprender a fazer. Não predominam mais as competências manuais, mas as atividades cognitivas, o pensamento com criatividade e com as habilidades orientadas para a cooperação e conectadas com os novos desafios desta contemporaneidade. Tais habilidades levam em consideração o fato das pessoas estarem vivendo uma revolução pós-digital. A necessidade da nova forma de educar leva a deduzir que o domínio do cognitivo e do informativo apresentado até agora está ultrapassado, tornando obsoleta a noção do que seja a qualificação profissional e revelando necessidade de introduzir novos conceitos relativos à importância da competência pessoal.

A nova forma de desenvolver o aprendizado atende às exigências da atual

4 Heráclito (540 a.C - 470 a.C) foi um filósofo pré-socrático considerado o “Pai da Dialética “. É o pensador do “ tudo flui” sintetizando a ideia de um mundo em movimento perpétuo.

conjuntura educacional que busca o domínio do **“aprender a ser”** e do **“aprender a conviver”**. Para atender as exigências educacionais, nessa nova quadra do tempo, devemos estar contextualizados com os novos preceitos educacionais do século XXI, **que exigirá de todos nós a reaprendizagem dos pilares da educação, a saber: o ser; o conhecer; o fazer; e o conviver.**

Nesse novo desafio da educação, a formação relativa às atividades profissionais está sendo substituída, cada vez mais, pela exigência atual que não busca a qualificação ligada somente à ideia do aspecto técnico da profissão. Como exigência da formação profissional surge uma competência apresentando-se como uma espécie de mistura heterogênea composta com habilidades, tais como: a qualificação adquirida pela formação técnica profissional; o comportamento social; a aptidão para o trabalho em equipe; a capacidade da iniciativa; o gosto pelo risco; a atuação crítica e reflexiva; a interação com a ecologia; o convívio com o outro e consigo mesmo.

Se acrescentarmos a essa nova exigência a busca de um compromisso pessoal do cidadão, considerado como agente de mudança, torna-se evidente que serão desenvolvidos qualidades por meio de aspectos subjetivos, inatos ou adquiridos.

A nova forma de educar desenvolverá novas habilidades no cidadão que emerge nesse início de milênio, apresentando competências, assim enunciadas: capacidade de comunicar, interagir, respeitar e trabalhar com o outro, interagir e respeitar o meio ambiente (Desenvolvimento Sustentável), gerir conflitos e resolver problemas cada vez mais complexos de sua área profissional. O ensino militar deve ser capaz de gerar essas competências. Isso será realizado aliando-se o seu comportamento individual/social ao entendimento de si e do outro. A competência individual e social torna-se cada vez mais importante para a formação do profissional militar.

No novo cenário da educação militar, os dois pilares da educação **“o reaprender a ser e a conviver”** são desafios que a Filosofia pode muito contribuir com duas de suas sub-disciplinas: **a Ética e a Lógica**, para facilitar a educação dos profissionais da Ciência Militar.

Seguindo essa linha de raciocínio, as Academias Militares, deveriam incluir nos currículos a Filosofia para desenvolver seus discentes (cadetes ou assemelhados) as atitudes comportamentais (Ética) e a capacidade de exercer influência e convencimento no seu relacionamento com seus superiores, pares, subordinados e demais integrantes da sociedade, por meio da técnica de argumentação, para que possam de um lado, entendê-los e, de outro convencê-los (Lógica). O aspecto central da questão educacional envolve a necessidade de examinar a relação entre a Filosofia e a Ciência Militar basicamente por duas vertentes: uma **epistemológica**, o por quê ensinar; e a outra **didático-pedagógica**, o como ensinar.

Além disso, deve-se ter o cuidado de não descaracterizar nem a Filosofia nem a Ciência Militar. Para isso torna-se imprescindível adotar procedimentos didáticos que sejam especificamente filosóficos e dentro do cenário aplicado às atividades militares. Desta forma, a disciplina ao ser aplicada, deveria ter os seguintes objetivos:

1. Geral.

- Desenvolver um modelo epistemológico e didático-pedagógico para ser utilizado pelo estudioso militar no cenário extremamente desafiador do Terceiro Milênio.

2. Específicos

- Empregar a disciplina para o aprendizado do ser e do conviver.
- Operacionalizar a Ética e a Lógica no contexto da Ciência Militar.
- Desenvolver no discente militar a competência discursiva, criando condições para que ele possa: problematizar, ter pensamento crítico, conceituar e argumentar conforme as especificidades dos saberes filosóficos e militar.

É importante que esses objetivos devam responder os seguintes questionamentos:

- De que forma a Filosofia deve desenvolver a Ética e a Lógica no contexto militar ?

- Qual competência deve ter o(a) oficial das Forças Armadas à luz do reaprender a ser e a do conviver?

- Como adotar procedimentos didáticos que sejam especificamente filosóficos e dentro do cenário aplicado às atividades militares?

- Como despertar o interesse do(a) discente militar para a aula de Filosofia?

- Como esta disciplina pode desenvolver conteúdos com significados para o discente e/ou estudioso (a) militar?

O desafio que envolve a área educacional bem como a relação Filosofia e Ciência Militar nos remete a questionamentos que nos atacam. Este artigo propõe soluções, se não as definitivas, pelo menos uma forma nova de caminhar no sentido de dar à Filosofia o seu lugar no processo educacional militar, dentro do cenário desafiador pós- moderno.

A Ética e a Lógica são competências e exigências pós-modernas para os futuros oficiais das Forças Armadas. Exige um esforço educacional que deve ser executado, de maneira investigativa e analítica, de forma transversal com outras disciplinas que constituem a Ciência Militar. Dessa forma as disciplinas, dentro dos conceitos filosóficos inerentes à atividade profissional militar, devem ser direcionadas para as suas especificidades. Para isso deverão ter como finalidade educar seres humanos investigativos, capazes de pensar criticamente sobre problemas inéditos e chegar às suas próprias conclusões fundamentadas. Também o estudo da Filosofia deve contribuir para a formação ética do discente realizando estudos que apresentam os valores fundamentais à profissão militar.

Assim, a formação dos futuros chefes e desejáveis líderes militares deve ser caracterizada por um esforço epistemológico e didático-pedagógico no sentido de proporcionar aos discentes conhecimentos para conduzir suas ações visando ao seu desenvolvimento profissional, compatível às exigências pós-modernas, através de atitudes coerentes com os compromissos éticos e atitudes estoicas próprias da profissão militar.

A Escola Superior Militar forma oficiais dos níveis subalterno e intermediário (tenentes e capitães sem o aperfeiçoamento ou assemelhados). O desenvolvimento educacional proporcionado pela Filosofia tem a finalidade de desenvolver a ética e a Lógica neste nível de chefia e liderança. Porém, não devemos esquecer que a Escola Superior Militar, nível bacharelado, é a única da Força Armada onde a Filosofia é aplicada.

Portanto, essa ação educacional que envolve a área de suas competências, do ser e do conviver, irá repercutir durante toda a carreira militar do oficial, evidentemente agregado à sua futura vivência e por outros conhecimentos adquiridos nas outras Escolas de níveis mais avançados da profissão militar.

Ressalte-se que as atividades realizadas numa Academia Militar estão relacionadas com o compromisso de desenvolver no seu discente uma sólida base moral. Para isso deverá educar, treinar e inspirar o seu Corpo de Cadetes (ou assemelhado), de forma que cada um de seus integrantes seja um futuro chefe ou desejável líder com um caráter baseado de valores éticos necessários a toda a sua carreira de oficial das Forças Armadas, vocacionado para uma vida de abnegação à nação.

Deve ser considerado que a Força Armada enfatiza suas bases morais em valores tais como: verdade, prudência, lealdade, responsabilidade, dever, solidariedade, camaradagem, respeito, sentimento, honra, integridade, coragem pessoal e patriotismo, que refletem os valores morais do cidadão e do militar.

Talvez o aspecto mais evidente da existência moral para o (a) cadete é o código de honra, que desenvolve competências morais de uma forma que ele(a) não cometa nenhum ato desabonador. As condicionantes da ética militar do código de honra são estabelecidos como normas e internalizadas no espírito do código de honra, devendo ser honradas por todos (as) os (as) cadetes ao invés de uma mera adesão às suas prescrições.

Desta forma, ordem e obediência serão como fatores de uma mesma matriz e fluirão com naturalidade dentre os (as) cadetes, futuros chefes e desejáveis líderes. Então, a disciplina passa a ser a iniciativa obediente/preventiva exercida pelos liderados como se fosse resposta espontânea a ordens emitidas por eles mesmos. Isso é a disciplina consciente desenvolvida pelo código de honra. Essa ideia nos remete a frase de Fernand Baldensperger: “Nos Exércitos de disciplina antes consentida que imposta, mostrou-se apto a aguçar o senso de honra sem aumentar as exigências do instinto de guerreiro”⁵.

A Ciência Militar é decisiva quando se estabelece a Guerra ou a Paz, e a Filosofia é fundamental para o entendimento da Humanidade, da Sociedade, da Guerra e da Paz.

Contextualizou-se, neste artigo, o pensamento de renomados filósofos e pensadores para melhor compreensão dos por quês da Ciência Militar e das razões do comportamento humano.

Este é um artigo com um enfoque especial direcionado à Ciência Militar, com o suporte de Filosofia. A narrativa seguiu a cronologia linear e investigativa, do passado ao presente, tendo como foco a ação interativa entre a Filosofia e as lides militares.

Tanto a história da Filosofia quanto a da Ciência Militar buscaram estabelecer esquemas para interpretar a realidade da sociedade. Logo há algo em comum desde o início dos tempos. Ambas constituem tentativas de compreender o mundo e nossa forma de sobrevivência.

A Filosofia nasceu da admiração que busca “compreender” ou verificar, continuamente, a finalidade desse entendimento do ser no mundo. Uma tentativa de de-

5 Citação contida no prefácio do livro *Servidão e Grandeza Militares* de Alfred de Vigny- Biblioteca do Exército Editora- RJ-1975-pag 18.

marcação refere-se à compreensão da Filosofia como atividade cuja vontade exaustiva de percepção nos levaria a prolongar, indefinidamente as interrogações.

A Ciência Militar constitui o desejo intrínseco de conhecer o ser humano, de buscar a sua sobrevivência, de se superar, de transcender metas e também de obter conquistas, tudo na defesa de sua Pólis (Estado/Nação).

A Filosofia tem desempenhado papel determinante para compreensão de problemas que surgem do decurso da prática científica através dos tempos.

A História revela que a Ciência Militar recorreu a ela para encontrar, pela via da reflexão e do debate, resposta para seus questionamentos.

Figura representativa, no contexto atual, de ALEXANDRE Magno e seu mestre Aristóteles.



Na Antiguidade o pensador Aristóteles foi o preceptor de Alexandre Magno e contribuiu, com os seus saberes filosóficos, para os projetos políticos-militares daquele grande estadista e militar do passado. Na idade Moderna, o filósofo Descartes desenvolveu o “Discurso do Método”. A partir desses saberes filosóficos, a Ciência Militar desenvolveu o método cartesiano denominado “estudo de situação” e o “estudo de cenário” que são empregados pelas Forças Militares até a nossa contemporaneidade pós-moderna.

Devendo interagir a Ciência Militar, a Filosofia deve apresentar suas duas sub-disciplinas: a Ética no que diz respeito ao comportamento humano; e a Lógica referente à capacidade de argumentar, dar sentido lógico e desenvolver, também, além do pensar crítico, o questionamento referente ao “para que” ou a finalidade dos problemas afeitos à Ciência Militar.

Para finalizar, de forma bem sintética, neste Terceiro Milênio, o estudante do ensino superior militar deverá ser preparado para as seguintes competências: raciocínio crítico, capacidade argumentativa, elevado senso de valores, comportamento ético e patriotismo. A Escola Superior Militar para obter essas competências teria necessariamente de ter em seu currículo a Lógica (a lógica matemática e a Aristotélica ou Formal) e a Filosofia Moral (apresentada por filósofos e pensadores⁶).

6 Com ênfase para os filósofos e pensadores, neste artigo apresentados, que desenvolveram ensinamentos éticos e de valores compatíveis e fundamentais para a Ciência Militar.

Referências

ARISTÓTELES. Ética a Nicômacos. Livro II. Tradução do grego, introdução e notas de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª edição, c 1985,1992. P. 35.37.49.50.

BENNET, M.R.; HACKER,P.M.S Philosophical foundations of neuroscience. Blackwell Publishing, 2008.

CARDOSO, Alberto Mendes. Os Treze Momentos. Análise da obra de Sun Tzu. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.

_____. Historia de la Lógica Formal. Trd. Millan Bravo Lozano. Madrid Editorial Gredos S.A.,1966.

COUTINHO, Júlio Raphaël de Freitas. 1ª ed. Filosofia e Política: Platão e Aristóteles os mestres do saber Político. Rio de Janeiro. Editora SESI, 2009.

COUTINHO, Júlio Raphaël de Freitas. 1ª ed. Filosofia e Ciência Militar no Terceiro Milênio. Resende RJ. Editora Patronato, 2020.

SCHWAB Klaus e DAVID Nicholas. Aplicando a Quarta Revolução Industrial. 1ª ed. São Paulo. Câmara Brasileira do Livro,2018.

SEARLE, J. R. Speech acts: an essay in the philosophy of language. Cambridge: At the University Press 1969.

UNESCO – Relatório Jacques Delors – publicado no Brasil com o título “Educação, um tesouro a descobrir (2000) os quatro pilares necessários à Educação do século XXI”.

WITTGENSTEIN, L. Generally Known as The Blue and Brown books: preliminary studies for “Philosophical investigations”. New York: Harper & Row,1965.

“A força bruta não é o ponto mais importante”: a participação de mulheres do Exército Brasileiro em Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas

Emily de Souza Braz¹

Marília Araújo Fernandes²

Resumo

O objetivo do estudo consiste em apresentar dados sobre a participação de mulheres do Exército Brasileiro em Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas, bem como as percepções dessas peacekeepers sobre as experiências vividas nas missões que integraram. O arcabouço teórico situa-se nas discussões sobre a Agenda Mulheres, Paz e Segurança e sobre a evolução dessa pauta no Brasil. A metodologia da pesquisa, por abranger dados objetivos e subjetivos, caracteriza-se como qualitativa e quantitativa. Os resultados indicam a necessidade de tornar as políticas brasileiras mais incisivas quanto à equidade de gênero, a fim de desdobrar mulheres em paridade numérica e funcional.

Palavras-chave: Exército Brasileiro; Gênero; Missão de paz; Organização das Nações Unidas.

Abstract

The aim of the study is to present data on the participation of women of the Brazilian Army in Peacekeeping Operations of the United Nations Organization, as well as the perceptions of these peacekeepers about the experiences lived in the missions they have integrated. The theoretical framework is located in the discussions on the Women, Pea-

1 Academia Militar das Agulhas Negras, Resende, RJ, Brasil

2 Instituto Militar de Engenharia, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

ce and Security Agenda and on the evolution of this agenda in Brazil. The research methodology, because of its objective and subjective data, is characterized as qualitative and quantitative. The results indicate the need to make brazilian policies more incisive regarding gender equity, in order to unfold women in numerical and functional parity.

Keywords: Brazilian Army; Genre; Peacekeeping operation; United Nations.

1 Introdução

Em 2000, foi aprovada a Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325, em que se constatava não apenas o importante papel das mulheres em processos de consolidação da paz, mas também os impactos específicos que a população feminina sofre com os conflitos armados. Depois dessa, outras Resoluções buscaram consolidar a equidade de gênero e desenharam a Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS) (GIANNINI, 2014).

O Brasil, como Estado-membro da Organização das Nações Unidas (ONU), esforçou-se para implementar a Resolução 1325. Traçou, em 2017, um Plano Nacional de Ação (PNA), cujo propósito é promover a integração de gênero em todos os níveis, sobretudo no que diz respeito ao aumento da participação de mulheres das suas Forças Armadas (FFAA) nas Operações de Manutenção da Paz (OMP).

Vale lembrar que a inclusão de mulheres nas FFAA brasileiras é um fato recente e que o Exército Brasileiro (EB) foi a última das três Forças a recebê-las em seus quadros regulares. As primeiras chegaram ao Quadro Complementar de Oficiais (QCO) em 1992. Em 1996, foram admitidas no Serviço Militar Feminino Voluntário para Médicas, Dentistas, Farmacêuticas, Veterinárias e Enfermeiras. Em 1997, ingressaram no Quadro de Engenheiros Militares (QEM) e no Serviço de Saúde pela Escola de Saúde do Exército (EsSEx) e, em 19989, chegaram ao Serviço Técnico Temporário (OTT) (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2021). Na linha combatente, esse processo foi iniciado apenas em 2017, quando a primeira turma mista adentrou a Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx).

Esse histórico impacta a participação de mulheres do EB em OMP e, portanto, faz-se necessário que estudos acompanhem continuamente o processo de inserção dessas brasileiras nas diversas missões de paz. Assim, este artigo pretende apresentar dados sobre a participação de mulheres do Exército Brasileiro em Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas, bem como as percepções dessas peacekeepers sobre as experiências vividas nas missões que integraram.

2 Referencial Teórico

O arcabouço teórico deste trabalho perpassa pelas discussões sobre as Operações de Manutenção da Paz, a Agenda Mulheres, Paz e Segurança da ONU e sobre a evolução das pautas de gênero no Brasil a partir da Resolução 1325.

2.1 As Operações de Manutenção da Paz da ONU

As Operações de Manutenção da Paz da ONU (OMP) surgiram no contexto pós 1945 como um instrumento de segurança coletiva, a fim de cumprir o previsto no Art. 1º da Carta das Nações Unidas (ANDRADE; HAMANN; SOARES, O cenário estabelecido durante a Guerra Fria gerou conflitos armados internos de origem étnica, religiosa e cultural.

Nesses embates, a reconciliação nacional era dificultada, pois o Estado não estava pronto para proteger seus cidadãos, a infraestrutura básica era destruída no conflito e a busca por refúgios em países vizinhos tornou se comum (FAGANELLO, 2013). Assim, as peacekeeping operations foram o principal instrumento para manter a paz e a segurança internacionais, bem como para proteger os direitos humanos.

A primeira delas foi autorizada em 1948, denominada Organização das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua (UNTSO), e teve por objetivo monitorar o cessar fogo entre árabes e israelenses. A expressão manutenção da paz foi usada somente em 1956, pelo então secretário geral, Dag Hammarskjöld, para se referir à Primeira Força de Emergência da ONU (UNEF I) (REBELO, 2012).

Analisando o histórico das OMP, observam se dois períodos distintos em que a situação mundial suscitou profundas modificações nas características e na execução dessas missões. Ao primeiro, delimitado entre a criação da ONU e o fim da Guerra Fria, deu se o nome de OMP tradicionais. No segundo período, pós Guerra Fria, as operações ganharam volume e se tornaram multidimensionais (FAGANELLO, 2013).

As operações tradicionais eram essencialmente militares, centradas em manter cessar fogo, estabilizar a situação e construir confiança para acordos pacíficos. As tropas eram enviadas de poucos países e eram compostas quase unicamente por homens (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

As OMP tradicionais deram espaço para as multidimensionais, uma vez que urgiam adaptações doutrinárias e organizacionais. Seus objetivos tornaram se complexos, incluindo facilitar processos políticos, proteger os direitos humanos, ajudar a implementar acordos de paz e reorganizar o pessoal civil e militar (NAÇÕES UNIDAS, 2018).

Esse novo modelo exige novos valores de um soldado da paz, tais como a sensibilidade e o esforço de conciliação. Sendo assim, a valorização do cuidado e da negociação face a face faz com que as mulheres se tornem as mais indicadas para tais missões. Ainda que essa requisição esteja pautada em argumentos sexistas (REBELO, 2013), este novo olhar da ONU sobre o perfil adequado de sua tropa foi capaz de abrir as portas para muitas mulheres atuarem nesses ambientes hostis.

2.2 Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança

A defesa da participação igualitária das mulheres nos processos de promoção da paz tem seu marco inicial na Resolução 1325, de 2000, aprovada por unanimidade pelo CSNU. Objetivando combater a impunidade em crimes de gênero, promover a igualdade e aumentar a participação de mulheres na prevenção e resolução de conflitos, essa diretriz fomentou a discussão sobre as consequências dos conflitos armados

para mulheres e meninas, além do aumento das disparidades entre os sexos. A partir desse marco, outras RCSNU adotadas abordaram a Agenda MPS, salientando a importância do tema (FRITZ, 2010; COSTA, 2018).

Em uma OMP multidimensional, a probabilidade de êxito nos acordos de paz aumenta em 35% quando mulheres participam. Apesar de constatados os resultados positivos, elas são somente 3% de militares e policiais em OMP. Em muitos relatos, verifica-se a atuação de homens no ambiente operacional e de mulheres em atividades de apoio. Isso se deve à visão tradicional de que as mulheres são fracas física e emocionalmente, sem os estímulos violentos exigidos para operar em conflitos (REBELO, 2013). Além disso, os cargos-chave de missões políticas e de departamentos da ONU são majoritariamente preenchidos por homens (GIANNINI; FOLLY, 2017).

Rebello (2013) defende que as características próprias da socialização das mulheres são essenciais para assegurar o desempenho de missões complexas, como a sensibilidade e a empatia, as quais facilitam a comunicação com os habitantes da região. Dessa forma, a demanda por mulheres em OMP cresceu, à medida que ocupam funções que os homens não podem ou não desejam, baseados em preconceitos sexistas (REBELO, 2013).

Em 2017, com a finalidade de cumprir o determinado nas RCSNU, o Secretariado da ONU definiu a primeira meta de participação das mulheres nas Forças Armadas: alcançar 15% de mulheres entre os militares desdobrados em missão individual (entre observadores militares e oficiais de Estado-Maior) até o final daquele ano. Para o ano de 2019 e 2028, foram traçadas as metas de 16% e 25%, respectivamente, para as missões de oficiais de Estado-Maior e observadoras militares. No contingente, estão previstas 5,25% e 15% (HAMANN; GIANNINI; PEREIRA, 2019).

2.3 A evolução brasileira na Agenda MPS

O Brasil empenha-se em investir recursos para contribuir com os esforços do CSNU em busca da segurança internacional (JÚNIOR; GOES, 2010). Diante das orientações do Conselho, com especial atenção à RCSNU 1889 (2009), o Brasil, como forma de participar e monitorar a operacionalização efetiva da Agenda MPS, elaborou, no ano de 2017, seu PNA. Esse plano define as políticas e estratégias para a concretização dos esforços assumidos a partir da Resolução 1325 (DRUMOND; REBELO, 2018).

No que se refere à participação feminina nas OMP, há uma dificuldade na precisão das informações, posto que não existe no Brasil uma base única de dados oficiais, além de estarem incompletos. A ONU, por sua vez, também não possui esse controle, pois, apesar de contabilizar o pessoal em missões desde 1990, começou a separar por gênero apenas em 2005 para policiais e 2009 para as Forças Armadas (HAMANN; GIANNINI; PEREIRA, 2019).

Outro obstáculo é a falta de uma lista nominal de peacekeepers, incluindo a função desempenhada, o que dificulta saber se uma mesma mulher foi para mais de uma missão. Dessa forma, não é possível ter conhecimento acerca do número exato

de mulheres que já foram para as missões de contingente. (HAMANN; GIANNINI; PEREIRA, 2019).

Já em missões individuais, o EB enviou cinco mulheres no período de 2009 a 2020: uma para a UNMIL, três para a MINURSO e uma para a UNAMID. Apesar do crescente avanço, o Brasil ainda não alcançou as metas do Secretário Geral da ONU. Conforme informações do Departamento de Operações de Paz da ONU (DPO), havia 5 brasileiras entre os 61 militares desdobrados em missões individuais em 2019, isto é, 8% do efetivo (HAMANN; GIANNINI; PEREIRA, 2019).

Quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos referentes à participação feminina em OMP, o Instituto Igarapé, por meio de um estudo realizado, observou que 60% das respondentes possuíam idade superior a 35 anos, 56% não possuíam um companheiro e 80% não tinham filhos quando foram para a missão. Dessa forma, as pesquisadoras concluíram que há uma grande expectativa da sociedade sobre as atribuições femininas relativas à família e que isso se torna um fator impeditivo quanto à participação na missão (HAMANN; GIANNINI; PEREIRA, 2019).

3 Percurso Metodológico

Este estudo utilizou-se de pesquisa bibliográfica e levantamento. Trata-se de um trabalho descritivo, de abordagem quali-quantitativa. Como instrumento, foi utilizado um questionário on-line construído pelas autoras no Google Formulários. As questões foram respondidas por mulheres do Exército Brasileiro que já integraram alguma Operação de Manutenção da Paz da ONU. A escolha desse instrumento de pesquisa se justifica pela facilidade no fluxo de divulgação e obtenção de respostas. Além disso, proporcionou um maior alcance, visto que, por uma peculiaridade da Força Terrestre, as respondentes se encontram distribuídas por todo o território nacional, servindo nas cinco regiões do país.

Foram realizadas tanto perguntas objetivas quanto abertas. As primeiras buscavam obter dados gerais sobre quais missões participaram, as missões desempenhadas nas OMP, bem como a formação inicial/quadro dessas profissionais. As últimas interrogações tinham por objetivo levantar detalhes subjetivos, incluindo fatos, impressões e sentimentos relativos às missões. O questionário foi divulgado por aplicativos de mensagens multiplataforma e respondido no período compreendido entre os dias 19 de outubro de 2020 e 15 de fevereiro de 2021, totalizando 62 respostas.

Todas as militares tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que explicava os objetivos do estudo e a manutenção do sigilo quanto às suas identidades. Essa declaração registrou se todas as respondentes eram voluntárias, bem como se estavam de acordo com a atividade.

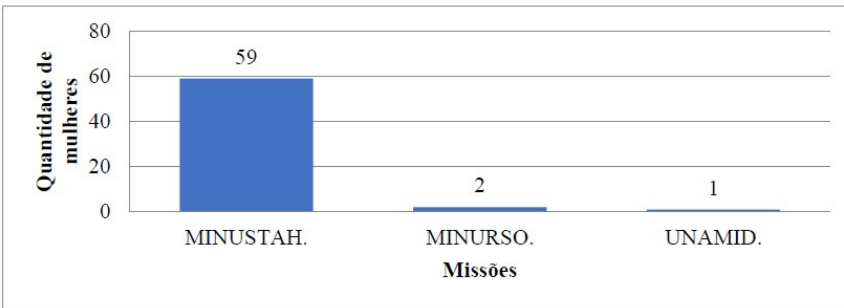
Após a coleta de dados, realizou-se uma análise estatística, com a construção de gráficos para melhor visualização das informações obtidas. Também se analisaram as respostas estruturadas textualmente pelas voluntárias.

4 Resultados e Discussões

As 62 boinas-azuis que responderam ao questionário desta pesquisa foram fundamentais para o levantamento de dados recentes sobre a participação de mulheres do Exército Brasileiro em Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas, bem como as percepções dessas peacekeepers sobre as experiências vividas nas missões que integraram.

No que diz respeito à qual missão, observa-se no gráfico 1 que a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) recebeu 95% das participantes. Já a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO) teve a participação de cerca de 3% e a Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur (UNAMID) menos de 2%.

Gráfico 1 - Quantidade de mulheres por missão de paz

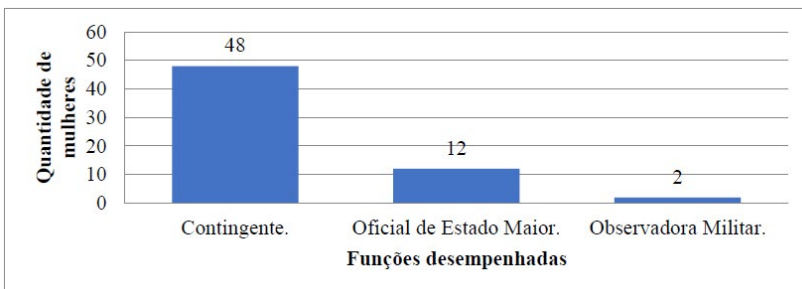


Fonte: AUTOR (2021)

O número expressivo da MINUSTAH deve-se, principalmente, aos 13 anos de sua duração. Todo esse tempo permitiu um grande efetivo desdobrado e a uma ampla divulgação positiva entre as companheiras do EB. O Brasil enviou mais de 37 mil militares das três Forças Armadas, sendo 203 mulheres. Foi a operação de maior vulto do país (BRAGA; FERREIRA, 2019).

Quanto à função desempenhada, foi preponderante a participação junto ao Contingente, com cerca de 77% das pesquisadas:

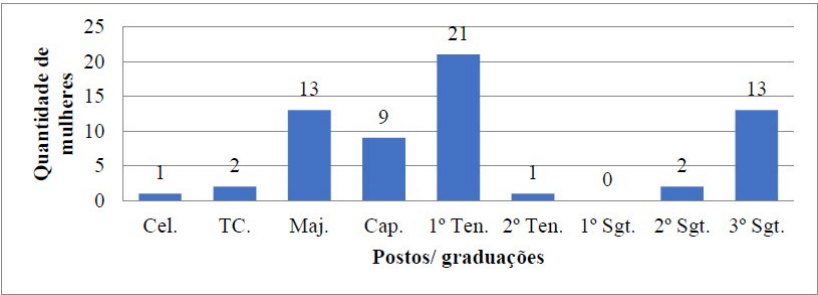
Gráfico 2 - Funções desempenhadas pelas militares nas OMP



Fonte: AUTOR (2021)

Quanto aos postos ou graduações das respondentes à época das missões, observa-se no gráfico 3 que aproximadamente 34% das mulheres foram como Primeiro-Tenente, seguido pelo posto de Major e a graduação de Terceiro-Sargento, ambas com 21%. Destaca-se ainda o posto de Capitão, com 14,5% das mulheres. Os resultados restantes foram poucos expressivos, sendo cerca de 3% para Segundo-Sargento e Tenente-Coronel; menos de 2% para Coronel e Segundo-Tenente.

Gráfico 3 - Quantidade de mulheres por posto ou graduação

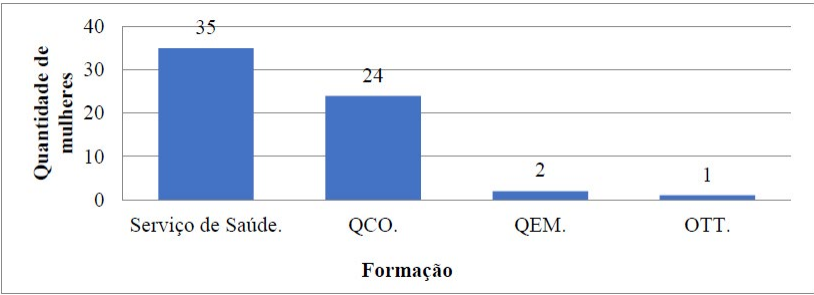


Fonte: AUTOR (2021)

Os números apresentados nos dois primeiros gráficos apontam para um panorama de distribuição de missões relacionadas aos cargos. Há um número majoritário de mulheres desempenhando papéis que não são de liderança. Essa realidade está relacionada aos postos hierárquicos das militares em tela. Como a inclusão do sexo feminino no âmbito das Forças Armadas é recente, e, mais ainda, a sua participação em missões de paz, a maior parte das mulheres que foram às OMP está na base da pirâmide hierárquica. Isso representa um impedimento para o exercício de funções de efetiva liderança, como de Oficial de Estado-Maior e de Observadora Militar. É por essa razão que se nota um número tão elevado de militares que atuaram junto ao contingente.

Quanto à formação das militares, o gráfico 4 ilustra a subdivisão entre quadros e serviços dos quais são oriundas:

Gráfico 4 - Quantidade de mulheres por tipo de formação



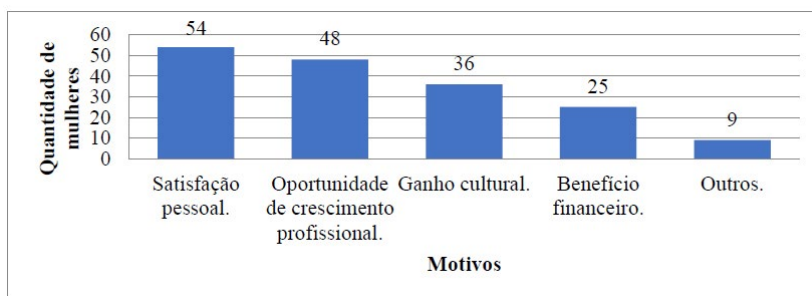
Fonte: AUTOR (2021)

Constatou-se que mais de 56% das participantes são do Serviço de Saúde, incluindo médicas, técnicas em enfermagem e odontologistas. Cerca de 39% são do QCO, com formação em magistério inglês, francês, informática, comunicação social, contabilidade, direito ou administração. Aproximadamente 3% são do QEM e menos de 2%, OTT de fisioterapia.

Esses resultados tendem a refletir a preponderância do efetivo feminino no EB, com destaque para o Serviço de Saúde e para o QCO. Além disso, demonstram a necessidade de médicas, dentistas e técnicas em enfermagem na missão, ratificando os relatos descritos por Rebelo (2013) de que, geralmente, as mulheres realizam atividades de apoio e os homens, de combate propriamente dito.

Quanto aos fatores que motivaram a participação na OMP, foram apresentadas as seguintes opções objetivas às pesquisadas: satisfação pessoal, oportunidade de crescimento profissional, ganho cultural, benefício financeiro e outros. Cada uma pôde selecionar todos os itens que se aplicavam à sua situação e/ou sugerir alguma motivação específica.

Gráfico 5 - Fatores motivadores para o voluntariado

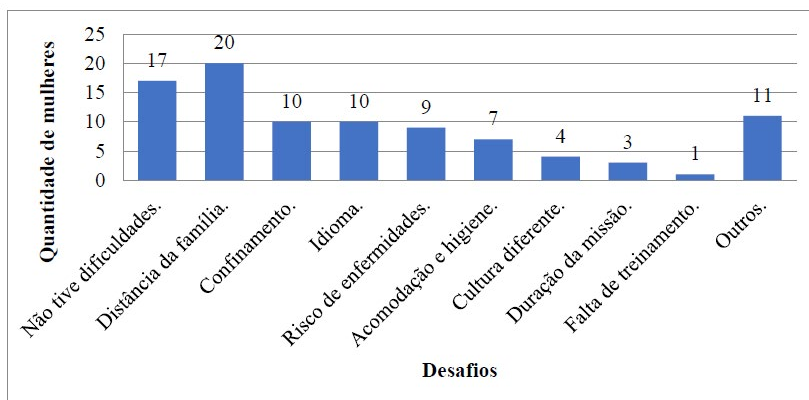


Fonte: AUTOR (2021)

Nota-se no gráfico 5 que satisfação pessoal e oportunidade de crescimento profissional tiveram destaque, com 54 e 48 marcações, respectivamente. Seguidos por ganho cultural, com 36, e benefício financeiro, com 25. Algumas mulheres sugeriram outros fatores, como a oportunidade de ajudar o próximo e de servir ao mais vulnerável, além da possibilidade de sair da rotina e de que essa experiência deve ser intrínseca à carreira militar. Também mencionaram o sonho de ir às missões de paz, a alavanca familiar e a caracterização de um desafio pessoal a ser vencido.

No gráfico 6, observam-se os maiores desafios elencados pelas militares:

Gráfico 6 - Desafios encontrados pelas mulheres em OMP



Fonte: AUTOR (2021)

Dezessete mulheres alegaram não terem sentido dificuldades na missão. As demais selecionaram uma ou mais opções. Das adversidades, a distância da família ficou em evidência, com 20 votos, seguida pelo confinamento e idioma, cada uma com dez. Em seguida, o risco de enfermidades e as condições de acomodação e higiene, com nove e sete, respectivamente. De forma menos expressiva, verifica-se a adaptação a uma cultura diferente, com quatro; a duração da missão, com três; e a falta de treinamento específico para a função desempenhada, com um.

Além desses, foram citados outros desafios: o estresse diário com os riscos que a tropa enfrentava ao cumprir as missões; o subaproveitamento das especializações profissionais; o pequeno período de tempo de preparação para o embarque; a falta de experiência profissional fora do país e o pouco conhecimento sobre o local de destino; o clima inóspito e a geografia hostil; a pandemia de COVID-19; a quantidade de trabalho e as limitações impostas pela ONU; as mazelas encontradas nos orfanatos, como corrupção e maus-tratos; a necessidade de administrar o moral de alguns companheiros.

A maioria dos desafios apontados configura adversidades que são comuns a homens e mulheres. No entanto, também foi citada a falta de credibilidade no desempenho das missões. Essa situação está comumente vinculada a preconceitos de gênero, que reduzem a condição de mulher à fragilidade física e emocional (REBELO, 2013):

A necessidade de provar, constantemente, que eu era capaz de desenvolver as missões que me eram atribuídas, sem ser preciso cobranças e confrontamentos diferentes dos que eram impelidos aos militares homens. Outro desafio era estar sempre sob a tutela e controle, algumas vezes de militares mais antigos, e muitas vezes de mais modernos, que me advertiam e orientavam por acreditarem que a mulher é frágil e precisa ser cuidada ou por uma simples demonstração de força (Mulher militar que participou de missão de paz, 2020).

Apesar das dificuldades, 95% das militares declararam que são voluntárias para participar de outra OMP, como se pode observar no gráfico seguinte. De forma geral, as brasileiras se sentem motivadas a voltarem ao exterior, devido aos benefícios para a própria carreira e para o engrandecimento da Força.

Gráfico 7 - Quantidade de mulheres voluntárias para outras OMP



Fonte: AUTOR (2021)

Dentre as justificativas, grande parte afirmou que é uma experiência enriquecedora, gratificante e com significativo aprendizado em termos culturais e de auto-conhecimento: “as missões reais trazem um conhecimento sobre a Força e sobre si mesma que em dias comuns demora-se a adquirir” (Mulher militar que participou de missão de paz, 2020).

Além do crescimento pessoal, algumas chegaram a mencionar que a experiência em OMP foi o “ápice” de suas carreiras, demonstrando terem se sentido efetivamente em ação. Para o Serviço de Saúde, por exemplo, foi uma “grande oportunidade de unir teoria e prática” (Mulher militar que participou de missão de paz, 2020).

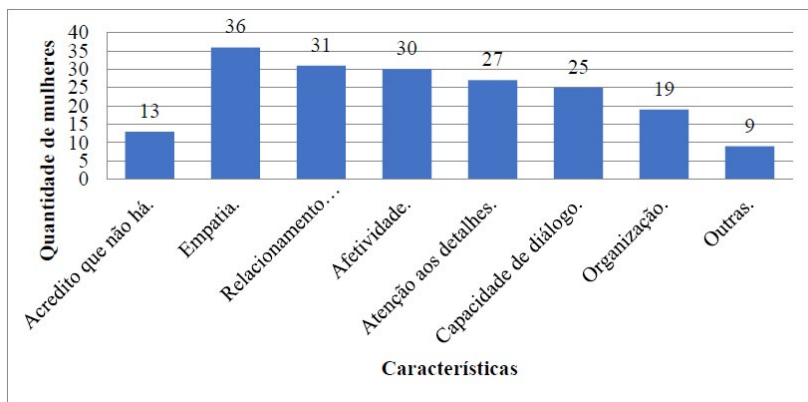
Algumas mostraram-se dispostas a um novo voluntariado a depender do tipo de função a ser desempenhada, do local, da duração, das condições da missão ou do momento da carreira: “na próxima vez, também já gostaria de ser Oficial Superior e desempenhar uma função de Staff ou Observadora (Mulher militar que participou de missão de paz, 2020).

Houve, ainda, mulheres que se identificam com os princípios pregados pela ONU:

A ONU é uma organização de respeito e se preocupa com questões de gênero. Tive a oportunidade de representar a MINUSTAH em solenidade em homenagem aos capacetes azuis que faleceram no terremoto. A cerimônia aconteceu na sede das Nações Unidas em Nova Iorque. A solicitação feita ao Comando do BRABAT foi que a pessoa designada fosse do sexo feminino. E do outro Batalhão foi solicitado um homem. Existe a preocupação constante por parte da ONU com o equilíbrio e a representatividade (Mulher militar que participou de missão de paz, 2020).

Sob a óptica das diferenças de gênero, as boinas-azuis foram questionadas sobre quais características vulgarmente consideradas como femininas foram relevantes para o êxito de sua missão.

Gráfico 8 - Características importantes para o sucesso da missão



Fonte: AUTOR (2021)

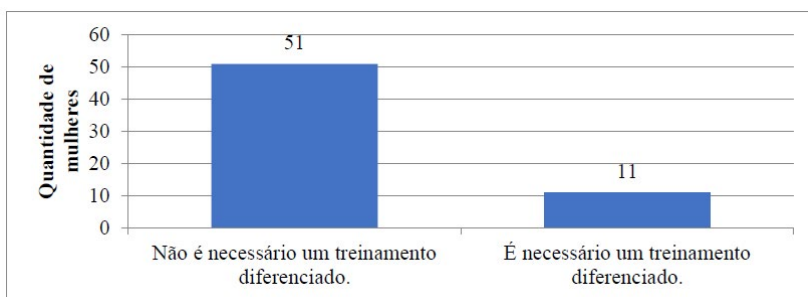
Treze mulheres acreditam não haver particularidades femininas nesse contexto, como explicita o gráfico 8. As demais optaram por selecionar um ou mais dos aspectos apresentados objetivamente, em ordem de relevância: empatia (36), relacionamento humano (31), afetividade (30), atenção aos detalhes (27), capacidade de diálogo (25) e organização (19).

Algumas respondentes do questionário registraram outras características, tais como: tenacidade, resiliência, criatividade, equilíbrio, espírito de corpo, sororidade e inteligência emocional. Ademais, citaram o discernimento na escolha do melhor momento e da forma de expressar opiniões. Ressaltaram também uma maior facilidade na interlocução com as mulheres nativas, o que possibilitou reduzir a caracterização de assédio moral ou sexual.

Segundo Rebelo (2013), mulheres são socializadas para serem melhores ouvintes e negociadoras, além de desenvolverem mais traços de empatia. A afetividade e a capacidade de diálogo facilitam a comunicação com as nativas e com as lideranças locais nas operações complexas. Essas características fundamentais ao pakeeper, aliada à atenção aos detalhes e à organização, possibilitam a obtenção de informações relevantes para o êxito das missões multidimensionais.

Ainda sobre diferenças de gênero, o gráfico a seguir revela que cerca de 82% das respondentes defendem que não há necessidade de treinamento diferenciado entre homens e mulheres ao ocuparem as mesmas funções. 18% justificam tal exigência devido às diferenças fisiológicas e biológicas, como força e resistência.

Gráfico 9 - Necessidade de treinamento diferenciado para homens e mulheres



Fonte: AUTOR (2021)

Houve respondentes que defenderam textualmente que não deve haver uma preparação distinta, como exemplo:

É necessário que homens e mulheres tenham a mesma capacidade de resolver problemas. Devem receber o mesmo treinamento em técnicas e teorias (...). A mulher tem que ter bom condicionamento físico, bem como o homem, mas essa não é a condição preponderante para o êxito em uma missão, a força bruta não é o ponto mais importante nas guerras atuais (Mulher militar que participou de missão de paz, 2020).

Por fim as questões subjetivas, referiram-se aos aprendizados da missão. Dentre muitos, pode-se destacar: o amadurecimento pessoal e profissional, o desenvolvimento do idioma, a empatia, a humildade, a tolerância, o relacionamento interpessoal, a resiliência, a camaradagem, a autoconfiança, a superação, a vivência internacional, a liderança e a valorização da família e do país. A revisão de valores e o trabalho em equipe, pois a solução para os problemas é mais efetiva quando tomada em conjunto. Valorizar o próximo, lidar com as diferenças culturais, bem como ouvir e respeitar opiniões distintas.

Além do crescimento profissional, saber superar e administrar crises. Vivenciei o terremoto no Haiti, em 2010. O trabalho coeso da equipe de saúde foi primordial, trabalhamos muito, incansáveis, com o cenário de precariedade e devastação causado pelo terremoto. Foi a missão da minha vida, onde me senti valorizada e reconhecida. Os valores da instituição seguiam em paralelo com a missão. Aprendi a honrar meu país e a farda verde-oliva que visto (Mulher militar que participou de missão de paz, 2020).

A partir desses relatos, nota-se a importância da preparação pessoal e profissional para o melhor cumprimento das missões. Dessa forma, o EB disporá de homens e mulheres cada vez mais preparados para atuarem em missões de paz, ombreando com militares, civis e policiais de outras nações.

5 Considerações Finais

Este estudo buscou apresentar dados sobre a participação de mulheres do Exército Brasileiro em Operações de Manutenção da Paz da Organização das Nações Unidas, bem como as percepções dessas *pacekeepers* sobre as experiências vividas nas missões que integraram. As considerações finais aqui expostas não pretendem findar o tema, dada sua amplitude e importância, mas contribuir para aprofundar o conhecimento sobre o assunto.

Em primeiro lugar, cabe destacar as dificuldades observadas na realização deste trabalho. Uma delas é que não há uma base única e sólida de dados na ONU referentes à presença das brasileiras em OMP, tampouco nos órgãos federais, que deveriam enviar as informações consolidadas para as Nações Unidas. Há metas para aumentar o número de mulheres desdobradas, mas não há relatórios nominais que relacionem a missão e a função, tornando difícil saber se uma mesma mulher foi para mais de uma missão e qual função desempenhou. Além disso, os poucos dados quantitativos encontrados não separam as militares por Força Armada, não sendo possível saber o efetivo exato de militares do EB que já foram para missões de pacificação.

Acerca das motivações, são muitos os fatores: a satisfação pessoal, a oportunidade de crescimento profissional, o ganho cultural, o benefício financeiro e a possibilidade de ajudar o próximo. Nota-se que a grande maioria das militares são voluntárias para retornarem para o exterior e que há características predominantemente femininas que facilitam o cumprimento da missão, como a comunicação com a população local e a descaracterização de assédio sexual.

Quanto aos aprendizados, foram de natureza profissional e pessoal. Evidencia-se o aprimoramento linguístico, a ampliação do conhecimento de mundo, a abertura de horizontes profissionais e a melhoria nos relacionamentos interpessoais. Pode-se ressaltar também a oportunidade de conhecer na prática as políticas de gênero da ONU, contribuindo direta ou indiretamente com os estudos que as fomentam.

Cabe destacar que, apesar dos avanços, o Brasil ainda não atingiu de forma satisfatória as metas da Secretaria Geral da ONU. Quanto às funções desempenhadas, poucas militares conseguem ocupar funções de combate propriamente dito, pois a maior parte destina-se a realizar atividades de apoio, como saúde, tradução e assessoria jurídica. Além disso, a proporção das militares que exercem função de observadoras militares e de oficiais de Estado-Maior ainda é bastante reduzida se comparado ao efetivo masculino.

Diante do exposto e partindo do princípio defendido pela ONU de que a paz duradoura somente será alcançada com a participação plena e igualitária das mulheres nesse processo de consolidação, há a necessidade de tornar as políticas brasileiras de gênero mais incisivas para que se tenha a equidade em termos numéricos e qualitativos. Assim, será possível a dissolução de preconceitos quanto à distribuição de funções e ao desempenho nas atividades de maior rigor físico.

Referências

COSTA, 2018. A presença de mulheres militares na MINUSTAH: contexto, expectativas e repercussões. Doutrina Militar Terrestre em revista, Brasília, ano 006, n 013, 2018.

DEFESANET. Primeira turma de mulheres completa um ano de estudo na AMAN, em Resende. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/33009/Primeira-turma-de-mulheres-completa-um-ano-de-estudo-na-Aman--em-Resende/>. Acesso em: 28 jan. 2021.

EXÉRCITO BRASILEIRO. A história da mulher no Exército. Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/ingresso/mulheres-no-exercito/-sset_publisher/6ssPDvx-qEURI/content/a-historia-da-mulher-no-exercito.

DRUMOND, P.; REBELO, T. Implementando a agenda sobre “Mulheres, Paz e Segurança” no Brasil: uma revisão do Plano Nacional de Ação. Artigo Estratégico nº 31. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, mar/2018. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/03/2018-03-07-AE-31_Plano-Nacional-Mulheres-web.pdf. Acesso em: 5 set. 2020.

FRITZ, J. M. Mulheres, Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas 1325 e a necessidade de planos nacionais. Sociologias, Porto Alegre, ano 12, n 23, p. 340-353, 2010.

GIANNINI, R. A.; FOLLY, M. Desafios e boas práticas para implementação da Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança. Nota Estratégica nº 28. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, nov/2017. Disponível em: <https://igarape.org.br/boas-praticas-agenda-mulheres/>. Acesso em: 5 dez. 2020.

GIANNINI, Renata. Promover gênero para consolidar a paz: a experiência brasileira. Artigo Estratégico nº 9. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, set/2014.

HAMANN, E.; GIANNINI, R.; PEREIRA, P. A. Mulheres brasileiras em Missões de Paz: a coragem em dados e relatos. Artigo Estratégico nº 44. Rio de Janeiro: Instituto Igarapé, dez/2019. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/01/2019-12-23-AE44_mulheres-brasileiras-em-missoes-onu.pdf. Acesso em: 5 dez. 2020.

JÚNIOR, A. O; GÓES, F. L. A presença brasileira nas Operações de Paz das Nações Unidas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Texto para Discussão nº 1516, Rio de Janeiro, 2010.

REBELO, T. R.. O equilíbrio de gênero nas operações de paz: avanços e desafios. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 817-837, Dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2013000300004&lng=en&nrm=iso. Acesso em 17 jan. 2021.

O Pensamento Militar Brasileiro e sua influência na Geopolítica do País

Uma visão sobre Obras de Pensadores Militares, no Século XX, suas influências e seus reflexos para o Brasil

Marcus Antonio Rodrigues Junior¹

Resumo

Este ensaio acadêmico visa aprofundar os conhecimentos abordados no tema Pensamento Militar Brasileiro, na vertente geopolítica, realizando uma revisão bibliográfica em obras de militares brasileiros que se destacaram no cenário nacional. No início do Século XX, surge o termo Geopolítica, oriundo de autores europeus que abordaram a “Geografia Política” como tema de estudos na busca por soluções para a realidade europeia, à época. No Brasil, o estudo da geopolítica foi capitaneado, também, por militares que interpretaram as realidades da geografia brasileira e de seu entorno estratégico, buscando pensamentos que fomentassem a ascensão do país ao posto de potência regional, baseados em análises criteriosas, reforçando os potenciais e potencialidades presentes no território da América do Sul, nos oceanos que a cercam e nas relações entre as nações presentes nesse contexto, inclusive extra mar. Os momentos históricos que cercam as abordagens dos autores são distintos e sequenciais, começando pela obra de Mário Travassos, *Projeção continental do Brasil*, 1938, passando pela obra de Golbery do Couto e Silva, *Geopolítica e poder*, 1952-1960 (ed. 2003); e finalizando com a obra de Carlos de Meira Mattos, *Brasil: geopolítica e destino*, 1975. Pelo caráter atemporal de muitos tópicos abordados pelos autores, se buscará resgatar iniciativas e pensamentos do passado que perduram ou até foram concretizados, no decurso histórico até os dias atuais, ressaltando a colaboração desses autores para o desenvolvimento e crescimento nacionais.

Palavras-chave: Pensamento Militar. Geopolítica do Brasil.

¹ Coronel de Cavalaria do Exército Brasileiro. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (1997). Pós-Graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (2006). Pós-Graduado em Bases Geo-históricas para Formulação Estratégica pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (2011). Mestrando em Estudos Estratégicos Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa “Política Internacional”.

Abstract

This academic essay aims to deepen the knowledge addressed in the theme Brazilian Military Thought, in the geopolitical aspect, carrying out a bibliographic review on works of Brazilian military that stood out in the national scenario. At the beginning of the 20th century, the term Geopolitics appears, originating from European authors who approached “Political Geography” as a theme of studies in the search for solutions to the European reality, at the time. In Brazil, the study of geopolitics was also led by military personnel who interpreted it as realities of Brazilian geography and its surroundings, seeking thoughts that would encourage the country’s rise to the rank of regional power, based on careful analysis, reinforcing potentials and potentialities present in the territory of South America, in the oceans that surround it and in the relations between the nations present in this context, including overseas. The historical moments surrounding the authors’ approaches are distinct and sequential, starting with the work of Mário Travassos, *Continental projection of Brazil*, 1938, and the work of Golbery do Couto e Silva, *Geopolitics and power*, 1952-1960 (2003 ed.); and ending with the work of Carlos de Meira Mattos, *Brazil: geopolitics and destiny*, 1975. Due to the timeless character of many effective by the authors, if we seek to rescue initiatives and thoughts from the past that last or have even been realized, without a historical course until today, highlighting the collaboration of these authors for national development and growth.

Keywords: Military Thought. Geopolitics.

1 INTRODUÇÃO

O pensamento militar brasileiro permeia a história do Brasil, em diversos momentos, desde os tempos do império. A forma como o território brasileiro foi moldado, em muito, expressa a impulsão e a visão estratégica dos conquistadores portugueses, passando pelos governantes e os povos que migraram para a América do Sul, à procura de oportunidades e posses. Pouco a pouco, as fronteiras do Brasil que conhecemos foram expandidas, até sua extensão atual, fornecendo os recursos e ofertando a possibilidade de desenvolvimento da nação brasileira.

Dentre as ações realizadas pela população brasileira, na formação do território e de seu aproveitamento, vem a integração e o desenvolvimento de regiões anecúmenas. Nesta linha, está a contribuição do pensamento militar focado na geopolítica.

Ao estudar os pensamentos de geopolítica no país, em particular o realizado por militares, é imprescindível a abordagem de obras consagradas como as de: Mário Travassos, em a “Projeção Continental do Brasil”, Golbery do Couto e Silva, em “Geopolítica e Poder” e Carlos de Meira Mattos, em “Brasil: Geopolítica e Destino”. As visões destes militares, cada um a seu tempo, foram influenciadas por correntes de pesquisa de geopolítica, aliadas aos pensamentos de especialistas de grandes potências mundiais. A interpretação desses pensamentos permite uma visão dos cená-

rios nacional e internacional, em cada momento, distintamente, extrapolando nosso território.

Os conceitos da geopolítica do Séc. XX, foco do estudo e que serão abordados, tiveram início na década de 30, estendendo-se até o fim do século passado. Em uma análise sequencial das obras, seguindo a cronologia de publicação, é possível notar a magnitude dos conhecimentos gerados naquela época, tão desprovida de tecnologias e aparatos científicos para atestar as hipóteses e conclusões firmadas pelos autores. Esta é a proposta deste trabalho.

A seguir, serão abordados trechos das obras de Mário Travassos, seguido da obra de Golbery do Couto e Silva, terminando com obra de Carlos Meira Mattos, sucessivamente, para firmar conceitos e revelar a grandiosidade das colaborações desses autores nacionais, em particular, suas colaborações ao pensamento militar brasileiro, focados na geopolítica.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A OBRA DE TRAVASSOS

Para compreender as abordagens dos autores, faz-se necessária uma pequena ambientação sobre o contexto político, econômico e social do país, de seu entorno estratégico e do mundo, bem como das características mais marcantes nas carreiras desses militares que incidiram na evolução e na dinâmica de áreas e setores estratégicos da nação brasileira.

A obra de Travassos foi lançada em um período delicado das relações internacionais, em 1938, ou seja, no período entre guerras. Os pós I Guerra Mundial (I GM) trouxeram à tona análises das condicionantes e dos resultados desse conflito que marcou a história mundial, por sua envergadura e extrema radicalização dos conflitos bélicos. Travassos era um Oficial jovem, mas experiente e estudioso das questões relevantes na geopolítica ligada aos interesses das nações, principalmente as europeias, para transpor essas dinâmicas para a realidade do Brasil. Além de estudioso de geopolítica, Travassos comandou a Academia Militar das Agulhas Negras e Batalhão na Força Expedicionária Brasileira, na II GM, chegando ao generalato.

Na introdução da obra “A Projeção Continental do Brasil”, o autor resume, em breves parágrafos, as dissidências históricas de povos e nações, espalhadas pelo globo, enfatizando as motivações desses conflitos e seus desdobramentos para a evolução de blocos e alianças. Em suas abordagens, Travassos foca nas razões dos conflitos, ou seja, a busca por acidentes capitais, julgados fundamentais ao desenvolvimento e à autonomia de recursos “estratégicos”, além de eixos de comunicação, necessários para as relações com outras nações e, desta forma, projetar poder.

O domínio ou o controle de rotas marítimas e fluviais seriam os grandes motivadores dos conflitos, na visão do autor. Essa análise é realizada em épocas distintas e direcionada às mais expressivas rivalidades da história militar mundial, na busca por ligações entre oceanos e cursos d’água de envergadura suficiente para a navega-

ção ligando o continente aos oceanos e daí, os portos espalhados pelo mundo.

Em um trecho da introdução, é possível captar os padrões de percepção conclusivos do autor, como neste trecho:

As lutas pelo domínio do Mediterrâneo; as guerras médias; as campanhas de Carlos Magno, para levar a sua soberania de Atenas a Índia, a ocupação da Península Itálica e da Sicília, em consequência da aparição de Roma e suas campanhas pela conquista da Península Balcânica, toda a história das invasões dos tempos antigos forneceria exemplos dos mais edificantes. O mesmo se passaria nos tempos modernos, sob a forma de unidade nacional, de que são provas a criação do Império Alemão, o Reino Unido da Itália, a aspiração á Grande Grécia, á Grande Bulgária e á Grande Servia. A Guerra Mundial é o desfecho destes esforços em rematar o domínio em nome da unidade nacional, traduzida pela coesão política de blocos étnicos, do mesmo modo que o Tratado de Versailles é a reação inguinal e contraria a essa ação. O pós-guerra se processa em forma da recuperação do terreno perdido... (TRAVASSOS, 1938).

Ao voltar as atenções à América do Sul e ao Brasil, o autor enfatiza:

A arrancada das “entradas” e das “bandeiras” e os esforços em plantar suas lindes meridionais às margens do Prata, no que respeita ao Brasil, são exemplos por demais significativos. Contemporaneamente, a magnífica expansão do Estado Argentino, que cada vez mais consolida a irradiação incomparável de uma influência, a sombra de uma mesma língua, de uma mesma religião e da continuidade territorial que inspiraram os antigos vice-reinados - é mais que um exemplo porque é verdadeira lição. O Estado Argentino, com o acionamento das comunicações platinas, exprime a mais perfeita à compreensão do seu destino geopolítico - em face dos dois antagonismos em redor e no quadro da massa continental – principalmente porque, entre as formas de expansão, se decidiu pelo fomento das comunicações terrestres (TRAVASSOS, 1938).

Quando o foco é voltado ao Brasil, é perceptível a rivalidade pelo protagonismo regional. O autor deixa claro que a Argentina possui fatores que conduzem aquela nação à uma posição “ideal” nas relações com outras nações, em virtude de diversos fatores associados, como: a língua, a estrutura da produção e a logística para escoamento de seus produtos, para qualquer ponto do mundo, por conseguir ligar suas estruturas ferroviárias e rodoviárias à Bacia do Prata e ao Oceano Atlântico. Essa sinergia entre a produção e o comércio colocava a Argentina em posição privilegiada. Esses “privilégios” já haviam tornado a Argentina numa “potência” regional.

Dessa premissa, vem a necessidade do autor de expressar o que deveria ser

de conhecimento notório, para buscar o protagonismo do Brasil, regionalmente e mundialmente.

O fim da introdução do autor evidencia que:

É preciso, pois, que se não perca de vista, no complexo dos fenômenos geopolíticos sul-americanos:

- Que para o Brasil, assumem a mais alta relevância os problemas decorrentes do antagonismo oceânico, justo porque se projetam através da oposição hidrográfica das bacias do Amazonas e do Prata; - que o Brasil é fator comum em quatro dos cinco casos geopolíticos representados pelas grandes bacias sul-americanas, que afinal se totalizam no antagonismo entre. o Amazonas e o Prata.

- Bem definido pela oposição de suas águas, pelos quadros climático-botânicos das respectivas bacias e pela latitude em que desembocam no Atlântico - constituindo dois compartimentos diferentes, por onde tendem a manifestar se as forças antagônicas oriundas do Pacífico e do Atlântico. - que a amplitude da influência do Estado Argentino, remontando a bacia do Prata por vales e divisores, repercutindo já para além de sua própria órbita hidrográfica, tendendo a rematar seu domínio por onde o tráfego seja capaz de leva-lo, traduz-se praticamente, num desequilíbrio geopolítica em favor do Prata, na luta multissecular entre a bacia do Prata e a bacia do Amazonas, ludo como se pode deduzir da sumaria exposição dos principias e dos fatos constantes nesta Introdução... (TRAVASSOS, 1938).

Até este ponto, o autor evidencia as diferenças entre os dois países, o Brasil e a Argentina, e reafirma a importância geopolítica de ambos, ressaltando as Bacias do Prata e do Amazonas, para cada economia e ascendência regional.

No primeiro capítulo, são tratadas as relações antagônicas entre os oceanos que banham a América do Sul, o Pacífico e o Atlântico e as duas bacias hidrográficas mais relevantes, a do Prata e a do Amazonas.

Em uma primeira abordagem, são revelados os antagonismos entre os oceanos, para a América do Sul, a começar pela automática divisão do subcontinente em duas massas terrestres, divididas pelas cordilheiras dos Andes, uma totalmente voltada ao Pacífico e outra ao Atlântico, onde se encontram o Brasil e a Argentina. Ao traçar fatores de comparação, o autor deixa evidente a maior potencialidade do Atlântico:

E as vertentes, correspondendo a cada um desses oceanos que enquadram o território sul-americano, não fazem mais que levar terras adentro a oposição litorânea de suas próprias características. Na vertente ocidental, a do Pacífico, nenhum grande rio; as terras descem bruscamente de alterosos planetas e píncaros, preferindo as águas o sentido dos meridianos, percorrendo, como torrentes, os vales longitudinais andinos antes de abordarem o

litoral. Ao litoral, pobre de articulações (enseadas, baías, golfos etc.), isento, no rigor do termo, de ecúmeno marítima, corresponde um interior caracteristicamente montanhoso pela altitude, tão bem como pela produção mineira dos tratos e a mentalidade estática das populações. Na vertente oriental, do mesmo modo, tudo harmonizado com o oceano que lhe banha o litoral. As terras, e com elas as águas, se alongam, desde os confins mediterrâneos, até alcançarem, tranquilas, o oceano. Imensos rios navegáveis prolongam, terra adentro, todas as magnificências atlânticas, vinculando destarte o interior aos grandes feixes de circulação marítima. Atividade pastoril e agrícola, espírito dinâmico. Não há dúvida que estamos diante bem-marcado antagonismo, se dos cumes dos Andes lhes pesquisamos as vertentes e os oceanos que as enquadram (TRAVASSOS, 1938).

Vem, então, uma comparação entre as bacias hidrográficas do Prata e do Amazonas, que se projetam ao Atlântico em pontos distintos, o Prata mais a Sul, ligando-se a correntes e vias de comércio “secundárias”, mas consolidadas e ativas, já o Amazonas, ao Norte, próximo a faixa equatorial e voltado a correntes “principais” de comércio, já consolidadas, como as com a Europa, o que revela o potencial do Amazonas:

Destas causas surgem os dois outros aspectos capitais, que se podem traduzir na competição carreadora dos dois compartimentos da vertente atlântica, mesmo para além das culminadas andinas. É o que nos vai demonstrar um relance sobre a política de comunicações platina e sobre as possibilidades vitorias da Amazonia... (TRAVASSOS, 1938).

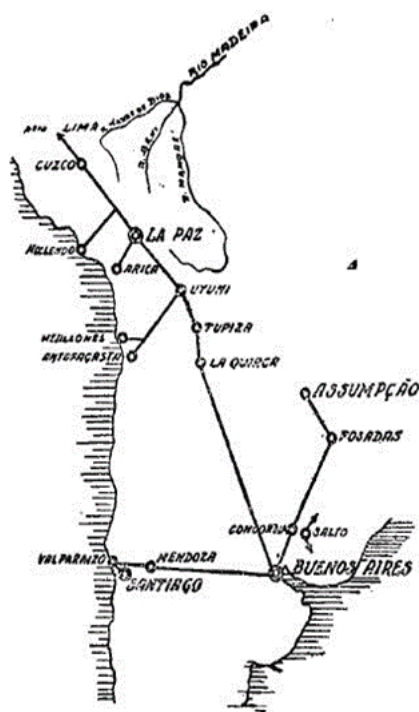
No segundo capítulo, a política de comunicações Platina é analisada, revelando a importância da ação humana, no aproveitamento dos recursos, para que estes venham a ampliar as capacidades e possibilidades de uma nação. Ao tratar da Argentina, o autor revela as assertivas do país vizinho em termos de equilíbrio e fatores de sucesso, como a população e os meios de transporte disponíveis, além de razões políticas, ou seja a forma de ocupação do território. Sobre a malha ferroviária, destaca-se a sua extensão, distribuição e conexões, onde o autor cita:

Como se vê, Buenos Aires, está ligada, diretamente, por estrada de ferro, com as capitais e de três países limítrofes. Com Asunción, dobrando a via fluvial, e, de passagem, assegurando o contacto (Concordia - Salto), entre as redes argentina e uruguaia. Com Santiago (e Valparaíso) por meio da via férrea de montanha que vincula a riqueza andina com o Atlântico. Com La Paz, pela soldagem em Tupiza, da via argentina, com as linhas bolivianas, após seus trilhos percorrem até La Quiaca a bagatela de 1.795 km. Quanto ao caráter concêntrico do sistema, torna-se evidente sua importância, se considerarmos certas particularidades. De um lado, as vias navegáveis nada perderam. Não há competição,

mas cooperação. Além disso, o serviço portuário e as condições técnicas da navegabilidade fluvial cada dia se desenvolvem mais e o Estado argentino mantém a dragagem permanente dos rios navegáveis. De outro, está o jogo dos transportes, quer por esses dois meios de comunicação, quer pelas transversais, que permitem “rocar” os transportes de um feixe de comunicações sobre outro, o que se pode facilmente apreciar numa carta ferroviária argentina... (TRAVASSOS, 1938).

Continuando o estudo, é apresentada a repercussão sobre o Pacífico e a Amazônia. A ligação entre Buenos Aires e La Paz, que pode ser vista em imagem, abaixo, e é revestida de grande importância política econômica para o subcontinente. Essa importância ocorre pela conexão possível, entre os oceanos. Essa ligação tem grande importância, alinhando-se à conexão realizada pelo Canal do Panamá. Na visão do autor, essas conexões são envoltas de aspirações altamente desejáveis.

Figura 1 – Ligações ferroviárias, partindo de Buenos Aires, em 1938.



Fonte: TRAVASSOS (1938)

Nesse prolongamento de ferrovias, na direção da Amazônia, às margens do Rio Madeira, vem a grande importância e “decisiva barreira econômica, verdadeira calha coletora, em favor do Prata.” O autor enfatiza as dificuldades e “gargalos” enfrentados por essas iniciativas de ligação Sul-Norte (Prata-Amazonas):

Dentre essas estão as distancias colossais palmilhadas por via simples de bitola estreita, muitas vezes com seu reduzido rendimento apoucado ainda pela cremalheira e por más condições meteorológicas locais. De Buenos Aires a Antofagasta, 2.701 km.; a Arica, 3.020; a Mollendo (inclusive a travessia do Titicaca), 3.433! Realmente são cifras quase astronômicas. Problemas de tarifas, questões de transbordo, enfim custo dos transportes (TRAVASSOS, 1938).

Fica então esclarecida a vantagem com a qual a Bacia do Prata conta para sua estabilidade e crescimento, com diversos pontos favoráveis, tecnicamente.

No terceiro capítulo, último a ser analisado sobre a obra de Travassos, o autor destaca a Capacidade de Reação da Amazônia. Neste trecho, ganha protagonismo o Planalto Boliviano (Altiplano) e sua relação com a Amazônia.

Figura 2 – Mapa da Bolívia



Fonte: internet – Wikimedia (acesso em 7 de março 2021).

Travassos revela a grande aspiração por ligações entre a Amazônia e o Planalto Boliviano, onde afirma: “A chave desses problemas se encontra no chamado triângulo econômico Cochabamba - Santa Cruz de la Sierra - Sucre, verdadeiro signo da

Além dos tópicos tratados, o autor busca identificar as regiões de passagem, cordilheiras Andinas. Nessa ótica, fica mais vultosa a importância da Bacia Amazônica como linha de escoamento “principal”, em detrimento da do Prata.

87

Ao analisar a região e seu potencial, Travassos revela que: “As linhas d’água, que sempre foram obstáculo ilusório no ponto de vista militar, economicamente se mostram até como vinculadores das vertentes que lhes correspondem. Os grandes vales são verdadeiros eixos de compartimentos econômicos. Essa a verdade que ninguém hoje pode contestar.”

Ganham importância todos os fatores de ligação entre as regiões da América do Sul, inclusive os “pasos” e “nudos”, como são chamadas as passagens pelos Andes, a ver:

Se se examina a Cordilheira dos Andes em suas grandes linhas, verifica-se que as vias de transfusão entre suas vertentes se encontram, seja nas regiões dos Pasos, seja na dos Nudos, formas topológicas estas que balizam os centros de dispersão orográfica das várias secções da grande cordilheira. Os Pasos, como por si mesmo traduzem, indicam as passagens, por assim dizer naturais (colos), de uma para outra vertente. Dessas, os dignos de nota são o de Uspalata (Chile-Argentina) e o de Santa Rosa (Chile- Bolívia). Os Nudos, como centros de dispersão d’águas em relação as várias ramificações dos sistemas de montanha, que, de quando em vez, neles se enfeixam, apresentam-se sob a forma aproximada de planaltos em torno de um alto pico, exprimem linhas de menor resistência, dentre que constituem a formidável antepara divisória. Traduzem, por isso, embora de modo indireto, a permeabilidade transversal da Cordilheira... (TRAVASSOS, 1938).

Em sua análise minuciosa do território sul-americano, Travassos vislumbra o grande potencial do Amazonas, nas migrações e na economia, pontuando as principais ligações transversais, possibilitadas pelos “pasos” e “nudos” existentes, à época, além da postura política dos países envolvidos. As inquietações apresentadas pelo autor ressaltam a grande potencialidade da região amazônica no crescimento político-econômico da América do Sul, inspirando estudos futuros.

A seguir, abordaremos a visão do General Golbery de Couto e Silva, em trecho de obra publicada, algumas décadas depois de Travassos.

2.2 A OBRA DE GOLBERY

A obra Geopolítica e Poder, idealizada entre os anos de 1952 e 1960, traz em seu segundo capítulo, o texto de Golbery, “Geopolítica e Estratégia I”. O momento político, nesse período, era bastante difuso, pois o retorno dos integrantes da Força Expedicionária Brasileira (FEB), da II GM, trouxe uma série de ideais sociais e políticos, antagônicos à administração de Getúlio Vargas, então Presidente da República, até agosto de 1954, mês de seu suicídio. Golbery era um militar experiente e escreveu o artigo a ser tratado, quando era aluno na Escola Superior de Guerra (ESG), vindo a galgar o Posto de Oficial General do Exército, fruto de seu desempenho pessoal e dedicação à Pátria.

No texto de Golbery, percebe-se uma análise filosófica sobre a democracia e as divergências entre grupos políticos, suas lideranças, bem como o papel do Estado, em meio à todas essas condicionantes. Ele cita:

Sem dúvida, ou a democracia se renova e avigora ou irá sucumbir, exangue de forças e de vontade, nos braços ásperos do cesarismo. Nessa flutuação de correntes e contracorrentes em que oscilam ameaçados, os quadros estruturais das sociedades modernas, todos os limites antes bem definidos entre conceitos fundamentais e entre categorias jurídicas e sociais se esboroam e se indeterminam em faixas”. difusas de marginalidade; as contradições, ao revés, antes difusas e apagadas, aos poucos se individualizam melhor e’ acabam por polarizar tal como os cromossomos na mitose celular, gerando tensões internas que mais e mais se avolumam até que, por um impulso dialético se produza afinal a síntese libertadora que inaugurara novo ciclo de evolução (GOLBERY, 2003).

De acordo com o autor, uma solução para as falhas do Estado é a integração. Esta seria a saída para uma situação pacífica, por meio das relações internacionais e da aceitação de contradições profundas entre os povos. No entanto, logo em seguida são formuladas duras críticas à algumas iniciativas de integração, tais como:

A Liga das Nações nascera já moribunda, triste aborto de um grande idealismo utópico, e a ONU e seu estranho sistema de paternalismo político, por mais que se lhe reconheçam os méritos e as realizações no setor da cultura e da assistência técnica, serviu apenas para criar, a luz meridiana, um palco encruente onde se digladiam tenazmente nações inimigas e irreconciliáveis, e onde ressoam as tensões violentas que dissociam o mundo de nossos dias. (GOLBERY, 2003).

Após abordagens contextualizadas de teorias aplicadas nas relações internacionais, o realismo se aflora dentre as demais, pelo desgaste das demais. São abordadas questões como o desenvolvimento tecnológico, em relação ao uso do terreno e da compartimentação, por nações oponentes. Mas, à época, ficava claro o distanciamento real entre nações fortes e fracas ou ricas e avassaladoras, contra as demais. Nesse diapasão, é abordada a velocidade dos transportes e suas decorrências para os conflitos, como no trecho a seguir:

E, num mundo em que as distâncias dia a dia minguam, em que os continentes viram ilhas ou penínsulas, os mares tornam-se apenas lagos e os oceanos se confundem todos em um único mar universal, em que todas as barreiras físicas, desde as águas e as montanhas até as florestas, os pantanais e os desertos de areia ou de gelo, vão perdendo sua histórica significação de obstá-

culos intransponíveis a vida de relação dos estados, pela interdependência acrescida com que a estes vincula, sobrepõe-se à sua vida própria, individual, vegetativa, como a comprimi-la e asfixiá-la em fôrmas cada vez mais estreitas e menos elásticas (GOLBERY, 2003).

Numa ligação com essa integração nas relações, Golbery enfatiza que para se ter “liberdade”, os Estados deveriam ser autossuficientes, o que ocorria, na prática com três, ou melhor, apenas duas nações no globo. Essa auto suficiência deveria acontecer em tempos de paz e de guerra.

Surge aí a importância do conceito de “segurança nacional”, onde o Estado participa ativamente na formulação do planejamento político, da economia e em tópicos de natureza social, além dos planos militares. Com essa linha de pensamento, o autor alça as responsabilidades da guerra total, onde todos os esforços e habitantes têm que se empenhar na busca da vitória. O termo guerra passa a ter maior abrangência, retendo a participação de outras áreas da sociedade, como a financeira, psicológica, científica, dentre outras. As guerras passam a uma escala global e perdem as fases de pré-guerra e pós-guerra:

A “guerra branca” de Hitler ou a “guerra fria” de Stalin substitui-se à paz e, na verdade, não se sabe já distinguir onde finda a paz e onde começa a guerra uma evidência a mais, e está sob todos os ângulos funesta, da geral confusão de valores em que periga soçobrar a civilização do mundo ocidental (GOLBERY, 2003).

Nessa circunstância multifacetada da guerra, surgem novas armas, como: alianças, acordos secretos, sanções, embargos, boicotes, dumping, propaganda e contrapropaganda, psicológicas, ideológicas, de slogans e o terror. Assim, caberia as forças armadas servir de “trunfo poderoso”, tanto nas negociações, como nos campos de batalha. Ratificasse o uso da estratégia, em seu sentido mais amplo e histórico, como ferramenta de emprego em vários setores da sociedade, revelando-se em uma “política de segurança nacional”. Ele cita: “Sem dúvida, Clemenceau já o havia previsto quando afirmou, em frase célebre, que: - a guerra é assunto importante demais para que se possa confiá-lo inteiramente às mãos dos generais.” Dessa afirmação extrai-se que o Estado é quem deveria coordenar as ferramentas direcionadas à segurança, nas áreas que mais o afetam, ou seja, gerir estratégias para a economia, a política, a esfera psicossocial e o poder militar.

Para orientar os esforços de aplicabilidade de estratégias e de geopolítica o autor cita:

Ora, para situar a geopolítica no amplo quadro dessa estratégia de nações, isto é, de homens, de espaços e de recursos, importa antes do mais distinguir entre a geopolítica-geografia de Whittlesey, de George Renner, de Demangeon e, de um modo geral com

a exceção duvidosa de Jacques Ancel de toda a escola francesa, fiel à ciência geográfica e à tradição possibilista de Vidal de la Blache, de Vallaux e de Brunhes, e a geopolítica política de Kjellén, Mackinder, do próprio Mahan, indiscutível precursor das práticas geopolíticas, de Nicholas Spykman, o último grande cultor das análises geográficas do poder mundial, e, sobretudo, da escola alemã de Haushofer, que se arvorou em herdeira legítima do determinismo ratzeliano. Entre correntes tão antagônicas não é apenas a diversidade de propósitos que abre nítida vala de separação; é também, em sociologia, uma divergência fundamental de fundo doutrinário, mas, principalmente, uma oposição entre duas irreconciliáveis filosofias da vida (GOLBERY, 2003).

Para contrastar os papéis que o Estado deveria adotar, Golbery expõe duas teorias antagônicas, as de Ratzel e de Kjellén. Na primeira, o Estado surge como uma junção de imperfeições e, na segunda, o Estado é tido como algo em constante evolução, como o corpo humano. Como conclusão, resta a afirmação: “Se o estado é um organismo, necessita crescer... O poder (estatal) é um conceito fisiológico... A geopolítica é a teoria do estado como organismo geográfico”.

É realizada, então, uma abordagem sobre a visão alemã, segundo o Instituto de Munique, da geopolítica. Dessa análise, revela-se que:

Geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política, que é a ciência do organismo político no espaço e, ao mesmo tempo, de sua estrutura. Ademais, a geopolítica proporciona as armas para a ação política e diretrizes para a vida política em seu conjunto. Assim, a geopolítica se converte numa arte, a arte de guiar a, política prática. A geopolítica é a consciência geográfica do estado (GOLBERY, 2003).

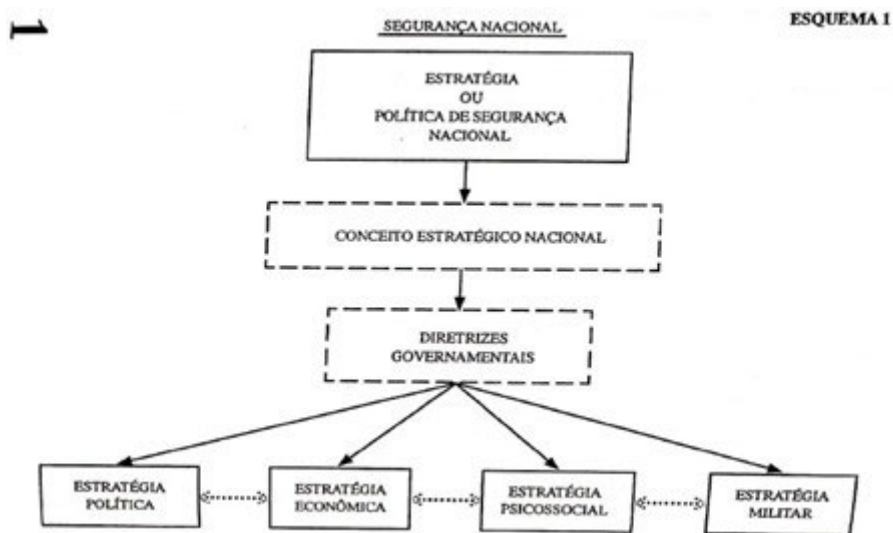
Além de delimitar o conceito determinante de geopolítica, o autor busca referências em teóricos geopolíticos, como Mahan e Makkynder, para evidenciar que as teorias na verdade seriam “premissas básicas”, para a formulação de estratégias políticas internas e externas:

Ora, tanto Mahan, ao propugnar pela criação do poderio naval norte americano, como Makkynder ao alertar seus compatriotas quanto às tremendas ameaças que se avolumavam contra a Inglaterra nas estepes da Rússia, foram ambos inspirados pelo ideal da grandeza das respectivas pátrias. E se o primeiro alcançou um êxito maior, motivando a política indisfarçavelmente imperialista de Theodore Roosevelt, deve-se, sem dúvida, a que propunha para seu país objetivos claramente positivos de afirmação de poder, enquanto a tese de Makkynder se mostrava “incapaz de galvanizar a vontade cansada de seu povo com o objetivo ‘claramente negativo da conservação de uma hegemonia que periclitava e não só por causas externas (GOLBERY, 2003).

Dentre outros vários pensadores citados pelo autor, Spykman e Griffity Taylor, ganham protagonismo, por suas proposições na busca de uma “estratégia da paz” e na formulação de conceitos mais precisos sobre a geopolítica, como: “o planejamento da política de segurança de um estado, em termos de seus fatores geográficos”. E, também, Backheuser quando disse que a geopolítica é: “a política feita em decorrência das condições geográficas”.

Com essas premissas, por vezes divergentes ou antagônicas, Golbery começa a traçar o que seria a melhor alternativa para o Brasil, considerando estratégias ou políticas de segurança nacionais: “buscando orientá-las à luz da geografia dos espaços politicamente organizados e diferenciados pelo homem. Seus fundamentos se radicam, pois, na geografia política, mas seus propósitos se projetam dinamicamente para o futuro”. Surge, então, a orientação da existência de políticas internas e externas, buscando o progresso crescente e aproveitando os aspectos físicos positivos e neutralizando os negativos. Para a concretização desse feito, faz-se necessária a indicação de objetivos permanentes que traduzam a intenção da população, por meio de uma doutrina. Esta seria uma geopolítica nacional.

Figura 4 – Esquema 1



Fonte: GOLBERY, 2003.

2.3 A OBRA DE MEIRA MATTOS

Antes de iniciar a análise da obra de Carlos de Meira Mattos, “Brasil: Geopolítica e Destino”, cabe ressaltar breves aspectos de sua carreira militar e o contexto político, econômico e social, à época em que o texto foi produzido.

O General Carlos de Meira Mattos é um Oficial de currículo brilhante, de carreira voltada à atuação operacional continuada, aliada a dedicação ao ensino e à

pesquisa. Em sua carreira, Meira Mattos participou de revoluções, da II GM, de intervenção na República Dominicana e foi instrutor em diversas escolas, como na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e na Escola Superior de Guerra (ESG).

A obra foi publicada em 1975. O período que antecedeu a obra foi marcado pelos governos militares, ainda atuantes no Governo Federal, pelo “milagre econômico” e pela crise do petróleo (1973). Nesse período, o crescimento da economia brasileira despertou rivalidades regionais e mundiais, além de direcionar a política externa ao pragmatismo e aos interesses nacionais.

No primeiro capítulo a ser abordado, Meira Mattos inicia a sua abordagem tratando sobre o conceito de potência mundial. Dentre vários atributos e “engenhos” necessários a uma nação alcançar tal “status”, o autor cita Rudolf Kjellén, onde as potências deveriam ter: espaço, liberdade de movimento e coesão interna. Além dessas características Meira Mattos relaciona vários conceitos de diversos especialistas, chegando à um compilado para aquele cenário, ora vivido:

Já em nossos dias, o mais reputado historiador contemporâneo, Arnold Toynbee, assim conceitua o que seja uma grande potência: “Uma força política que exerce seu poder coordenador num campo de ação maior do que o da sociedade que lhe serve de base”. Tibor Mende, escritor francês, comentarista de vários jornais e revistas europeus, no seu livro *Entre la peur et Vespoir* (Paris, 1958), analisando a conceituação de Toynbee, dá-lhe maior extensão interpretativa, tornando-a mais clara e completa. Eis a interpretação de Tibor Mende à lacônica conceituação do historiador inglês: Hoje em dia, grande potência é somente aquela cuja força coordenadora se exerce em dimensões mundiais; sua soberania deve estender-se sobre um vastíssimo território; deve dispor de imensas reservas de matérias-primas e de mão de obra especializada; sua capacidade de produção deve permitir-lhe a fabricação, em grande quantidade, de armas modernas de alto custo, e ceder, gratuitamente, enormes porções de produtos manufaturados, pois este é o método contemporâneo de fazer aliados; as grandes potências da atualidade devem ser unidades multinacionais e multirraciais, pela simples razão de que algumas das condições precedentes não podem ser satisfeitas por um único povo que não disponha senão de seu próprio território. Para Nicholas J. Spykman, professor da Universidade de Yale, os fatores do poder político são: superfície do território, natureza das fronteiras, quantidade de população, ausência ou presença de matérias-primas, desenvolvimento econômico e tecnológico, capacidade financeira, homogeneidade étnica, grau de integração social, estabilidade política e coesão nacional. O prof. Morgenthau, um dos mais citados especialistas de ciência política dos Estados Unidos, encontra sete fatores característicos de poder político: geografia, recursos naturais, capacidade industrial, grau de eficiência militar, população, caráter nacional, moral nacional, aptidão diplomática (MEIRA MATTOS, 1975).

Além das características inerentes à uma potência, Meira Mattos se utiliza de um estudo realizado pelo prof. Steven Spiegel (*Dominance and diversity*, 1973), que gradua as nações em sete categorias, sendo as primeiras ou superpotências de primeira classe os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Segundo Spiegel: é o estado capaz de exercer um poder de âmbito mundial, ou seja, ter influência decisiva, na defesa de seus interesses, sobre acontecimentos que se derem em qualquer parte do planeta. O grau de limitação desse poder, em termos de área geográfica, é que coloca os demais países, nas categorias sucessivas.

Continuando na gradação das potências, vêm as superpotências de segunda classe, como a China, o Japão e algumas nações da Europa Ocidental. Em um terceiro nível estariam nações como: Brasil, Índia, México e Argentina, que seriam potências médias. Ainda, segundo Spiegel, o Brasil e a Índia seriam as nações mais prováveis de alcançar o segundo nível.

Reunindo conceitos do início do século XX, como os de Ratzel e Kjellén, passando pelo meio do século com Toynbee e Tibor Mende e atingindo a atualidade com Raymond Aron, Spykman, Morgenthau, Spiegel e Schneider, verifica-se um direcionamento em relação aos atributos, a saber: a dimensão geográfica, a população, a posse de recursos naturais, a capacidade tecnológica e científica e a coesão interna.

Ao elencar esses atributos desejáveis, condensados dos especialistas, Meira Mattos inicia uma reflexão sobre o Brasil, seus potenciais e suas potencialidades. Cabe uma reflexão extensa sobre a população que, em mais de um enfoque é o alicerce para se construir uma grande potência. Na análise sobre a população surgem questões como a mão de obra, o mercado consumidor, o recrutamento para o combate e a possibilidade de desenvolver tecnologia. Numa estimativa, a população “base” deveria ter em torno de 200 milhões de habitantes, para poder diversificar-se nas tarefas da nação.

Neste ponto da obra, Meira Mattos sintetiza a situação brasileira:

A apreciação dos atributos essenciais de potência selecionados por tantos estudiosos da ciência política e da geopolítica revela a nós, brasileiros, que possuímos todas as condições para aspirarmos a um lugar entre as grandes potências do mundo. Em termos de geografia, temos um território de dimensões continentais, com imenso litoral debruçado sobre o Atlântico Sul, e uma maior fronteira terrestre — 15.700 km confinando com 10 países sul-americanos. Nosso litoral vis-à-vis à África ocidental é a maior extensão costeira nacional (7.400 km) no ecúmeno do Atlântico Sul. Ao nosso território, o quarto em extensão geográfica compacta do globo, não faltam recursos naturais: solo fértil, potência hidroelétrica e riquezas minerais. Estamos, ainda, longe de uma exploração intensiva de nossos recursos, muitos ainda desconhecidos. Nossa liberdade de movimento está se comprovando, dia a dia, pelo domínio da tecnologia e da ciência, aplicadas à estratégia do desenvolvimento nacional. Coesão interna,

para enfrentarmos a nossa “batalha do século” — arrancar o país ao nível das nações desenvolvidas — também não nos tem escasseado, particularmente nestes últimos 11 anos da Revolução. A coesão nacional é um fator inseparável da liderança. Sem essa liderança, as maiorias e minorias nacionais se perderão nos desvãos sectários da polêmica estéril e a nação se desencontrará de seu destino. Sem liderança não haverá objetivo, não haverá convergência, não poderá haver força, potência (MEIRA MATTOS, 1975).

As observações realizadas pelo autor retratam, naquela época, potencialidades da nação brasileira. É mister alinhar este pensamento em análises realizadas com outras nações e acatar que para tantos atributos e suas dimensões, vêm desafios, em mesma proporção.

Ainda nessa apreciação das condições e requisitos ao almejado posto de potência mundial, Meira Mattos cita afirmações de Geisel: “O Brasil, hoje ainda em busca de seus altos destinos, será proximamente um país diferente, decolando, em segurança, para o plano das nações mais desenvolvidas”. Além disso, é reafirmado o papel da Revolução de 1964, focada em:

Para chegarmos a esse desiderato, a estratégia há de ser da produção acelerada de bens e serviços e a conquista tenaz da tecnologia moderna, a fim de assegurar, em ritmo rápido, o progresso social, corrigir as desigualdades de renda, absorver os contingentes anuais de mão de obra e alcançar a tranquilidade e a paz social (MEIRA MATTOS, 1975).

Na afirmação fica clara a intenção e objetivos que deveriam ser conquistados para o desenvolvimento, mas isso tinha um preço, “a segurança interna e externa” — “A Revolução brasileira escolheu a trilha da democracia com autoridade, e chegará lá.” (MEIRA MATTOS, 1975).

Em seguida, o autor inicia sua análise sobre a posição geoestratégica do Brasil, o que seria a exteriorização de nossas potencialidades, sobre o território. Quanto a essa questão, Meira Mattos enquadra o Brasil em duas grandes dimensões estratégicas, a da América e do Oceano Atlântico. As dimensões e a posição do Brasil trazem uma “imposição física incontornável” da defesa da América do Sul e na porção Sul do Atlântico, que se debruça sobre a costa africana. Vem aí a necessidade de se ter planos defensivos para o continente e ofensivos voltados ao entorno estratégico, em particular à costa da ocidental da África. Dessas observações, vem um breve resumo da importância das relações com países africanos:

No quadro da defesa continental e da estratégia ocidental, a África interessa, hodiernamente, muito mais ao Brasil do que qualquer outra área do universo. É ali que passam as principais linhas do tráfego marítimo, essenciais à nossa segurança, entre elas a chamada “rota do Cabo”. Será ali que teremos que prote-

ger o nosso próprio território. Ocupada a vertente atlântica da África por uma potência militar hostil, o grau de ameaça que nos envolverá será permanente (MEIRA MATTOS, 1975).

Com isso, fica clara, ao autor, a importância estratégica do Brasil para a defesa da América e de se assegurar a liberdade de movimento no Atlântico Sul, com a África, assim como os EUA teriam que ter o mesmo comportamento, com a costa ocidental da Europa, montando uma “segurança afastada” direcionada ao oriente.

Em continuidade à obra, Meira Mattos aborda “a viabilidade para potência”. É realizada uma reanálise de todos os fatores de projeção do Brasil, abordados anteriormente e o seu posicionamento, perante as demais aspirantes à potência, como China e Índia, além da obviedade em aceitar os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) como potências mundiais. Além disso, o autor relembra o vertiginoso crescimento brasileiro, dos 20 anos anteriores, antes de 1975.

Após essa digressão, vem um ponto muito interessante do texto, ao abordar as visões de outras nações em relação ao Brasil. Surgiram, inclusive, estudo do Brasil e suas peculiaridades, em outras nações, como na França e nos EUA, a ver:

Surgiu até, nas universidades norte-americanas, uma categoria de estudiosos tão apaixonados pelas peculiaridades desconcertantes do nosso gigantismo geográfico e de nosso vertiginoso desenvolvimento, que passaram a ser conhecidos por brasileiros, entre os quais, em meio a muitos, salientamos os profs. Ronald Schneider, da Queen's University de Nova York, Charles Wagley, da Universidade de Colúmbia, Lewis Tams, do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, Alfred Stepan, da Universidade de Yale, Norman Bailey, da Queen's University de Nova York, Zbigniew Brzezinski, da Universidade de Colúmbia, e, por último, Martin Kazman (MEIRA MATTOS, 1975).

Em meio à essa “admiração” e “reconhecimento” internacionais, surgem questões conflituosas e ambíguas que tornariam a posição política brasileira um fiel, que poderia guinar para rumos não muito virtuosos. Dentre as afirmações, surgem abordagens sobre a região Amazônica que, em nossa história, já havia sido palco de cobiça e disputas e que, na ótica da época, representava um grande repositório de matérias primas, em maioria, desconhecidas e imensuráveis:

A presente disputa visando ao domínio das imensas extensões banhadas pela bacia amazônica é, do ponto de vista geopolítico, a continuação da luta histórica de superação dessa mesma área por Portugal e Castela, pela hegemonia na América do Sul. Os brasileiros vêm provando a sua notável capacidade na superação dos espaços, e particularmente dos espaços amazônicos, através de seus métodos de domínio da natureza hostil. Os peruanos, depois de cerca de quatro séculos, alternando esforço e negligên-

cia, agora, afinal, resolveram também interessar-se pelas áreas a leste dos Andes. Os brasileiros contam já com uma rede rodoviária que foi projetada para apoiar ou, mesmo, substituir o sistema fluvial. A certeza de quem sairá vitorioso dessa luta contra um território hostil, despertando as energias adormecidas através da colonização e do povoamento, ainda não está completamente clara, mas recordando-se que os geopolíticos enfatizam o herói, e que este homem e não as montanhas e rios por si sós são os autores da história, as apostas favorecem os brasileiros (“Lewis Tambs, *Geopolitics of the Amazon*”) (MEIRA MATTOS, 1975).

Com as circunstâncias envoltas por essa necessidade de preservação da soberania sobre o território, o autor apresenta tabelas comparativas, elencando as nações mais proeminentes e suas capacidades de crescimento, evidenciando as possibilidades de seus territórios, as características das populações e a possibilidade de crescimento dessas nações. O Brasil enumera vários fatores favoráveis, assim como outros países, como: a China, a Índia, a Europa Ocidental, dentre outros.

Volta a ser tratada a situação da população, que possui papel fundamental no desenvolvimento e no crescimento do país, não devendo apenas ser numerosa, mas qualificada e adequada:

O conceito de superpopulação não é de valor absoluto, depende da capacidade do desempenho do Estado no campo econômico e social - educação, alimentação, habitação, saúde e mão de obra. Segundo Organsky, uma grande população pode ser tanto uma tragédia social quanto um instrumento de potencialidade. Os estudos mais recentes, de Organsky e Spiegel, chegam à cifra de 200 milhões de habitantes como o quantum ótimo mínimo para uma grande potência contemporânea. Na projeção que apresentamos, baseada em avaliação fundamentada em dados do Departamento de Estudos Econômicos e Sociais da ONU, a taxa de crescimento populacional para o Brasil, no período 1975/2000, foi prevista em 2,8. Será possível, por interesse nacional e decisão nossa, convirmos sobre a necessidade de diminuir essa taxa. Mas somente ao nosso governo e a nenhum outro organismo nacional ou internacional cabe-nos querer impor uma taxa “ideal” (MEIRA MATTOS, 1975).

Após essa análise, vem a questão ligada ao desenvolvimento da capacidade industrial, científica e tecnológica. São tratadas as situações, à época, da escala desses setores, no Brasil, na Índia e na China, elencando fatores favoráveis e desfavoráveis a cada um. Desses países, sobressaem o Brasil e a China, que já vinham de uma aceleração nos setores e, um pouco abaixo, a Índia, por questões ideológicas (religiosas) e de subserviência, ainda, aos ingleses, como ex-colonizadores, mas ainda presentes nas decisões estratégicas. Cabe, neste ponto, uma reflexão sobre os sistemas econômicos e políticos que regiam essas nações, lembrando que “o Brasil se orienta pelo

desenvolvimento capitalista sob controle e no âmbito de uma sociedade democrática aberta” (MEIRA MATTOS, 1975), enquanto as outras tinham sistemas mais rígidos.

Na análise de projeção das nações, para os anos 2000, vem a inserção de tabelas comparativas que elucidam os raciocínios do autor:

Figura 5 – Dados para o ano 2000

DADOS SOBRE SUPERFÍCIE E PROJEÇÃO DAS POPULAÇÕES PARA O ANO 2000 (Dados do Departamento de Estudos Econômicos da ONU)					
País	Extensão (km²)	POPULAÇÃO			
		1975 (mil h)	Taxa de cresc. (1%)	2000	
				População (mil km)	Densidade demográfica
China	9.597.000	841.462	1,7	1.200.841	121,08
Japão	369.662	109.948	1,1	132.055	13,20
Europa ocidental	2.248.616	318.950	0,7	422.595	42,25
Brasil	8.511.965	107.262	2,8	275.665	27,56
Índia	3.053.597	632.533	2,6	1.622.447	162,24
Canadá	9.221.001	23.284	1,7	59.947	5,99
Argentina	2.808.602	26.062	1,4	66.057	6,61
México	1.972.546	60.237	3,4	155.712	15,57
África do Sul	1.221.042	22.792	2,5	58.405	5,84
Austrália	7.686.900	16.962	2,0	42.540	4,25

Fonte: MEIRA MATTOS, 1975.

Figura 6 – Dados da Europa

EUROPA OCIDENTAL POR NAÇÃO INTEGRADA					
País	Extensão (km²)	POPULAÇÃO			
		1975 (mil h)	Taxa de cresc. (1%)	2000	
				População (mil km)	Densidade demográfica
Inglaterra	230.609	57.653	0,6	72.152	23,06
França	551.601	53.138	0,8	66.528	6,65
Alemanha Occidental	248.593	59.912	0,4	61.654	6,16
Itália	301.195	55.733	0,8	70.222	7,02
Espanha	504.879	34.817	0,9	43.912	4,39
Portugal	91.631	9.916	0,7	12.481	1,25
Holanda	33.540	13.696	1,1	20.971	2,10
Bélgica	30.513	9.904	0,5	12.503	1,25
Áustria	83.849	7.589	0,4	9.990	9,99
Grécia	130.918	9.202	0,7	12.307	1,23
Suíça	41.288	7.390	1,2	10.337	1,03
Europa ocidental	2.248.616	318.950	0,7	422.595	42,25

Fonte: MEIRA MATTOS, 1975.

Na sequência, passa a ser abordada a coesão interna, que é evidenciada pela sinergia da população em prol de objetivos nacionais. Sob a ótica do autor, essa sinergia se apresenta da seguinte forma: “Essa lealdade à nação criou as grandes civilizações — egípcia, grega, romana e ocidental — e foi a alavanca do progresso da humanidade. O nacionalismo moderno se condensa e cristaliza na sobrevivência da nação como grupo superiormente integrado, em prosperidade e crescente bem-estar” (MEIRA MATTOS, 1975).

Ao equiparar a China, o Brasil, o Japão, a Índia e a Europa Ocidental, na questão da coesão interna, grandes disparidades se revelam, como a unicidade da língua, a “idade” da população e sua evolução histórica. O autor resume da seguinte forma:

Em síntese, a análise comparativa entre China, Brasil, Índia, Europa ocidental integrada e Japão, que nos abalancamos a fazer, coloca China e Brasil entre os primeiros aspirantes a grande potência. Os fatores território, população, recursos naturais, indústria, tecnologia e ciência e coesão interna melhor se harmonizam e se completam, oferecem maiores perspectivas para o futuro, nos dois países considerados. Os outros três carregam como fator desfavorável, essencialmente: a Índia, o fraco índice de desenvolvimento e os ainda frouxos laços de coesão; a Europa ocidental, difícil integração em termos de estruturas e atitudes de poder supranacional; o Japão, sua limitada base territorial e consequente crítica dependência de recursos naturais (MEIRA MATTOS, 1975).

Como fechamento desta análise, Meira Mattos afirma que:

As possibilidades do Brasil, anteriormente destacadas, irão depender muito de nossa capacidade de atuação política, econômica e social. Do ponto de vista militar, como enfrentaremos, inelutavelmente, uma competição internacional, teremos que dimensionar uma força de dissuasão capaz de garantir a tranquilidade de nosso desenvolvimento (MEIRA MATTOS, 1975).

Seguindo a obra, vem a questão energética. Nesta seção, o autor inicia a questão enfatizando a iniciativa acertada do governo brasileiro em buscar acordos que fizesse o país ingressar na produção de energia nuclear, já presente em outras nações. A motivação pela busca dessa tecnologia, à época, acordada com a Alemanha, foi motivada pelo pessimismo na continuidade ou projeção da exploração das reservas de combustíveis fósseis, como vemos abaixo:

Figura 7 – Tabela – esgotamento de recursos energéticos

RESERVAS MUNDIAIS DE ENERGIA

Ano de esgotamento das reservas			
		Previsões otimistas	Previsões pessimistas
Carvão	6.641.200 milhões de t	2500	2083
Petróleo	76.200 milhões de t	2100	1992
Gás natural	49.900.000 milhões de m³	2045	1994

Fonte: MEIRA MATTOS, 1975.

Com esse prognóstico negativo, em relação às reservas energéticas de petróleo, carvão e gás, e projetando o crescimento populacional, já comentado, a geração de energia nuclear se revelava uma alternativa necessária para a manutenção do crescimento do país, e foi estimulada por novas jazidas nacionais:

Até há bem pouco tempo, o ponto fraco de nossa aptidão para a era do átomo constituía-se na pobreza das reservas de urânio conhecidas no país. Ultimamente, vivemos uma fase de otimismo. As reservas de Poços de Caldas, reavaliadas com modernos equipamentos de pesquisa, revelaram-se muito maiores do que eram consideradas. Em Figueiras, no Paraná, foram encontradas e testadas novas reservas. E o que é mais importante e alvissareiro são as imensas perspectivas de jazidas de urânio que o Projeto Radam, de sensoriamento remoto, revela em ampla região do norte amazônico, nas imediações do sistema da Guiana (MEIRA MATTOS, 1975).

Na continuação das tratativas com a Alemanha, a pressão externa se intensificou, em muito, pela possibilidade de a tecnologia ser usada para a confecção de armas. Mesmo com a afirmação de uso pacífico para tal tecnologia. A pressão vinha, é claro, dos que já detinham armas nucleares, que formularam tratados para a não proliferação desse tipo de armamento:

Pactuaram os cinco grandes, que são os cinco membros do Conselho de Segurança da ONU, um tratado de não proliferação que deveria assegurar-lhes, e somente a eles, o conhecimento completo da tecnologia nuclear. Aos outros países, forneceriam uma tecnologia “empacotada e indevassável”. Teriam, os outros, que viver à custa deles, proibidos de desvendar todos os segredos dessa nova tecnologia. Após a primeira explosão da China, em 1964, também feita membro do Clube Atômico e do Conselho de Segurança da ONU, em substituição a Formosa, conseguiram os cinco grandes que durante 10 anos nenhum outro país entrasse para o clube privilegiado. Em 1974 foram surpreendidos com a bomba indiana. Estava rompido o privilégio. E o processo de

inconformismo com o diktat das potências atômicas começou a proliferar. Anuncia-se que Israel está prestes a estourar a sua bomba. Sabe-se que Suécia, Canadá, Austrália, Japão, África do Sul, Alemanha Ocidental, Brasil e Argentina possuem condições de, em curto ou médio prazo, também fazerem detonar os seus artefatos (MEIRA MATTOS, 1975).

Na continuação das tratativas sobre o compartilhamento da tecnologia nuclear, o país se deparou com barreiras, até então desconhecidas ou nunca tratadas. Percebeu-se uma nítida retenção dos recursos estratégicos de energia pelas grandes potências, deixando as demais nações em uma desvantagem inquietante. O representante brasileiro, Almirante Álvaro Alberto, nas tratativas revelou que:

Contestou que a reparação das injustiças da natureza só seria possível, se fosse completa, isto é, se os Estados Unidos e a Inglaterra repartissem, generosamente, as reservas de petróleo e carvão com que a natureza os favorecera. A proposta do almirante Álvaro Alberto foi recusada, e não foi suficiente para conter as aspirações dos países de tecnologia nuclear mais avançada. Presidia a delegação norte-americana o cientista e diplomata Bemard Baruch, que propôs a criação de uma Autoridade Internacional de Desenvolvimento Atômico. Essa autoridade, no seu primeiro item de resolução, estabelecia: Estar habilitada a assegurar o controle completo, ou mesmo a propriedade, de todo o urânio, de todo o tório, e de todas as outras fontes potenciais de energia atômica. De regresso ao Brasil, em 1947, o almirante Álvaro Alberto manifestou publicamente sua discordância com as atribuições dadas a essa Autoridade Internacional de Desenvolvimento Atômico. Assim se manifestou o nosso delegado: “É minha convicção de que nos encontramos em face de um dilema decisivo e irreconciliável; ou nos preparamos para tomar posse de nossas riquezas naturais — no caso específico as atômicas — ou nós veremos constrangidos ao espetáculo degradante de assistirmos, impotentes, à evasão delas, por bem ou por mal” (MEIRA MATTOS, 1975).

Essa discordância diplomática gerou a insatisfação e provocou diversas declarações dos decisores brasileiros, que reconheciam o hiato a ser provocado pelo não compartilhamento da tecnologia nuclear. Como pode-se perceber por esta declaração do General Artur da Costa e Silva, Presidente da República de 1967 a 1969, contida na obra:

“Estamos persuadidos de que só conseguiremos reduzir a distância que nos separa das nações industrializadas se nos engajarmos num programa intensivo de aplicação da ciência e da tecnologia do qual a energia nuclear é peça-chave. Para salientar a firmeza de nossa intenção, designei o embaixador Sérgio Correia da Costa para que em Genebra, no Comitê de Desarmamento das

Nações Unidas, declare que o Brasil não aceitará compromisso em matéria de não proliferação nuclear que implique nossa condenação a uma nova forma de dependência. Não nos detemos, contudo, na simples preservação do direito de explorar livremente, para fins pacíficos, todas as potencialidades de átomo (COSTA E SILVA)”; (MEIRA MATTOS, 1975).

Após inúmeras tratativas e grande desidratação dos projetos e das aspirações brasileiros, restou firmar um contrato menor, mas que permitiria, ao menos, iniciar o desenvolvimento na área, como destacado pelo autor:

Por esses protocolos e contratos, ambos os países se comprometem a desenvolver um projeto de implantação no Brasil, no prazo de 15 anos, de oito centrais nucleares, terminando a construção das quatro primeiras até 1986, e das restantes até 1990. Compromete-se, ainda, a Alemanha Ocidental a construir em nosso país duas fábricas, uma de enriquecimento de urânio e outra de reatores. A Alemanha Ocidental adquire, em contrapartida, o direito de participar da exploração do urânio brasileiro. Como sabemos, nossas reservas até há bem pouco tempo restritas às minas situadas na região de Poços de Caldas e Figueiras foram substancialmente aumentadas com novas ocorrências descobertas no norte da Amazônia na região próxima à fronteira com as três Guianas (MEIRA MATTOS, 1975).

Em uma breve conclusão sobre a questão energética, Meira Mattos reafirma a importância do Brasil, mesmo que lentamente, passar a dominar a tecnologia nuclear, em parceria com a Alemanha Ocidental. A repercussão de tal feito ecoou em importantes periódicos europeus, ressaltando a autonomia das nações, em relação aos EUA. Já nos periódicos norte-americanos, como no “The New York Times” e “Washington Post”, jornais de larga tiragem, à época, o acordo germano-brasileiro incidiu em propaganda contrária à iniciativa.

Com a intensão de seguir progredindo com essa tecnologia, o Brasil também firmou contratos com a França:

A tecnologia dos reatores rápidos da família francesa dos Phoenix e Cobra poderá abrir-nos o caminho para o aproveitamento de nossas imensas reservas de tório. Por outro lado, colocará a tecnologia brasileira a par da evolução da série dos reatores rápidos que serão, segundo tudo indica, os reatores do futuro. O acordo com a França, portanto, vem-nos em hora muito oportuna, quando abrimos o campo para ingressarmos na era nuclear; e nos trará a cooperação científica e tecnológica com uma visão de futuro. Revela nossa disposição de não nos atrasarmos no campo de tecnologia do átomo (MEIRA MATTOS, 1975).

Por fim, nessa almejada corrida pela tecnologia, Meira Mattos enfatiza a solução de controvérsias e o estabelecimento de contratos e cooperações com os EUA:

“Somos duas nações que só terão a lucrar reciprocamente com o bom entendimento e a firme aliança nos setores da segurança e do desenvolvimento do mundo ocidental... O tratado nuclear virá assegurar-nos uma completa mudança de estágio tecnológico na comunidade mundial” (MEIRA MATTOS, 1975).

O décimo e último capítulo, da obra de Meira Mattos, a ser analisado neste ensaio, trata da meta 2000, ou seja, em 1975, o Brasil deveria traçar metas e cumprir objetivos, abordados nas projeções realizadas nos capítulos anteriores, para ocupar lugar de destaque ou ser reconhecido como potência. Nessa abordagem, o autor cita o conceito de poder nacional, segundo a ESG: “É a expressão integrada de meios (ou recursos) de toda ordem de que dispõe efetivamente a Nação, numa época considerada, para promover a consecução ou manutenção dos objetivos nacionais.” Ainda nessa toada, o autor expõe sua concepção sobre o futuro e como uma nação deve ser conduzida:

Uma nação tem objetivos, metas a alcançar, no campo interno e no internacional, e para atingi-los ou preservá-los usará de todos os recursos de que dispõe num momento dado. Esse “todos os recursos de que dispõe” é o seu poder. Poderá ter muito poder como os Estados Unidos, que dispõem de recursos que lhes permitem investir bilhões de dólares em guerras externas e programas espaciais sem que isto, nem de leve, abale a sua segurança ou a sua economia. Poderá ter pouco poder, como Bangladesh, cujos recursos reunidos mal dão para manter as condições inferiores do subdesenvolvimento em que vive a sua população (MEIRA MATTOS, 1975).

Por fim, o autor faz uma reflexão sobre a democracia, o desenvolvimento e a participação dos diversos “atores” necessários à construção de uma nação robusta, eixada em princípios sociais adequados e ao esforço da nação para alcançar uma posição que reflita os números reais do Brasil, ou seja, grandiosos e que despertam olhares de oposição, negação e competição. A manutenção na impulsão do crescimento seria o objetivo permanente da nação brasileira, mesmo diante de desafios já vislumbrados, como a escassez de recursos ou as manobras políticas para blindar as tecnologias de emprego estratégico, pelas potências de primeiro e de segundo níveis. O autor conclui afirmando que:

Nosso ritmo de desenvolvimento terá que ser mantido. Todos os sacrifícios terão justa compensação. Escolhemos o caminho certo, o do desenvolvimento pela via democrática e da construção de uma sociedade democrática com autoridade. Dele não haveremos de nos afastar. Não se constrói uma obra ciclópica,

gigantesca, como a de transformar este grande país em nação poderosa, próspera e feliz, de alçá-la ao grupo das que decidem em nível mundial, sem sacrifícios. Faremos estes sacrifícios e chegaremos lá (MEIRA MATTOS, 1975).

Em suma, o esforço principal da obra de Meira Mattos aglutina as possibilidades da nação brasileira, à época, medindo-as, avaliando-as e comparando-as com potências de nível superior e de mesmo nível. Na busca pelo desenvolvimento e crescimento, foram lançadas metas futuras, para que o Brasil alcançasse, nos anos 2000, o patamar de potência, equivalente ao que seus números refletiam, ou seja, seus potenciais e potencialidades, avaliados como bastante promissores e positivos. Para que isso ocorresse, o Estado deveria pautar a democracia pela autoridade julgada necessária ao cumprimento dos objetivos nacionais, com pragmatismo nas relações exteriores e buscando acordos com nações, que fugissem do alinhamento automático com as “superpotências” e de demais nações que pretendiam monopolizar tecnologias estratégicas, particularmente voltadas à geração de energia, recurso indispensável para o desenvolvimento e projeção de qualquer nação.

3. CONCLUSÃO

Os pensadores analisados: Travassos, Golbery e Meira Mattos realizaram trabalhos intelectuais de alta relevância para a nação brasileira, no que diz respeito aos conceitos, pensamentos e interpretações referentes à geopolítica, ao longo do século passado. O século XX, sem dúvidas, marcou a história, pelas diversas revoluções e guerras de grande magnitude e totais (I e II GM), assim como pela escalada da rivalidade dos Estados nacionais, em busca de recursos, mercados e influência, não pelos objetivos, mas pela forma.

Na obra de Travassos, do final da década de 30 (período entre Guerras), pode-se perceber uma preocupação extremada com a projeção nacional, no contexto sul-americano. O autor discorre, com bastante maestria, os fatores necessários à integração do Brasil com os demais países deste subcontinente e rincões (pasos e nudos), que permitiriam a ligação transversal do Atlântico com o Pacífico, pelo território brasileiro. Naquela época, a grande articuladora regional era a Argentina, com eixos de ligação marítimos, fluviais e ferroviários, entre importantes regiões, como o altiplano boliviano, considerado o “heartland” da massa terrestre sul-americana, pelo autor, que também despejou grandes atributos ao Atlântico, em detrimento do oceano contrário, o Pacífico. Para retirar a importância regional da Argentina, fazia-se necessária a roçada do eixo principal de escoamento da produção para o Amazonas, tirando o protagonismo do Prata e, conseqüentemente, daquela nação tida como “rival”.

Em seguida viu-se a obra de Golbery, que remonta ao período pós-II GM, época em que se ressalta o caráter determinante do Estado (em seu caráter securitário), no protagonismo e na coordenação dos projetos estratégicos da nação, que abrangem

não só o campo militar, mas a economia, a política e a sociedade, em uma política de “Segurança Nacional”. Nessa ótica, tanto o panorama interno, quanto externo teriam que ser acompanhados e, de certa forma, controlados para evitar convulsões ou crises imprevisíveis, o que revela um certo descrédito em integrações ou organismos internacionais que, à época, revelaram-se ineficientes, como a Liga das Nações. Para atingir os objetivos nacionais, a nação deveria se mobilizar e extrair o máximo possível de suas potencialidades, em termos de recursos e força de trabalho.

Por derradeiro, neste estudo, chega-se ao pensamento militar destacado de Meira Mattos, que vivenciou a evolução tecnológica vertiginosa dos anos 60 e 70, registrando suas observações sobre a geopolítica mundial, em 1975. Diante de tantas variáveis, incluída a do vetor bélico nuclear, o autor realiza uma priorização de matices ou campos para comparação e estudos, como a geografia (fisiografia e posição estratégica), a população, a coesão interna, recursos estratégicos e a tecnologia (ciências), criando fatores de comparação e projeção de metas possíveis, para estimar e desenvolver a evolução do Brasil, até o ano 2000.

Dentre as diversas observações sobre o Brasil e o mundo, Meira Mattos elenca categorias de nações, de acordo com seus “atributos” e desempenhos, em cada campo de poder, considerando os potenciais e potencialidades. Segundo ele, para se chegar aos anos 2000, como potência, ou seja, com a possibilidade de não ter interferência externa, o país deveria reforçar qualidades e buscar aprimorar suas deficiências, como nas áreas tecnológica e industrial, que já eram defasadas, em relação às potências de primeiro nível. Além disso, suas relações deveriam ser voltadas aos interesses nacionais, privilegiando acordos que trouxessem a prosperidade almejada, sem alinhamentos automáticos, que viessem a limitar ou restringir o acesso do Brasil à determinados recursos e tecnologias, como os usados para o desenvolvimento de energia, por fissão nuclear.

Pode-se verificar que os autores, todos eles militares de grande relevância e importância para a história do Brasil e do Exército Brasileiro, tiveram seus pensamentos trilhados em momentos diferentes da carreira e em contextos diversos, no tocante ao cenário e às conjunturas nacional e internacional e revelaram, em seus brilhantes trabalhos e colaborações, pontos convergentes e similares. Essa convergência ocorreu, em maior monta, na avaliação da grandiosidade do potencial brasileiro, mas refletiram, gradativamente, a necessidade de se envidar esforços para traduzir essa grandiosidade em metas palpáveis e que trouxessem riqueza ao povo brasileiro, soberania ao país e, desta forma, buscassem posições superiores na hierarquia das nações e maior segurança e estabilidade para seu território e, conseqüentemente, nossos países vizinhos.

Por fim, conclui-se que muitas ações de destaque do governo brasileiro, na direção da integração, do desenvolvimento e da urbanização de áreas do território, antes anecúmenas e as que, ainda estão em fase de urbanização, foram orientadas pelo estudo geopolítico desses pensadores militares, no século passado. Desde a instalação de Organizações Militares nas regiões de fronteira, à criação de núcleos populacionais na Amazônia, passando pela criação de usinas termonucleares e assessoramentos na estruturação do Estado, passaram por estudos criteriosos da geopolíti-

ca, visando objetivos futuros, assim como a preservação da soberania e o progresso.

Fica então a constatação da alta relevância dessas abordagens para o país, que conseguiram manter o regime democrático e a progredir, mesmo com todas as dificuldades que os tempos modernos trouxeram e continuam trazendo aos governantes. O estudo dessas obras merece o reconhecimento e a reflexão para compreendermos as condicionantes que nos trouxeram a situação atual de povoamento, urbanização e desenvolvimento, tanto do Brasil, como das nações vizinhas e de nosso entorno estratégico.

REFERÊNCIAS

TRAVASSOS, Mário. Projeção continental do Brasil. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1938. (Introdução e caps. 1 a 3)

SILVA, Golbery do Couto e. Geopolítica e poder. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003. (cap. 2 – Geopolítica e Estratégia I)

MEIRA MATTOS, Carlos de Meira. Brasil: geopolítica e destino. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. (caps. 6 a 10)



O patrimônio cultural presente na Biblioteca Marechal José Pessoa como referência para o cadete da Academia Militar das Agulhas Negras

Alexandre Neves Lemos Esteves¹

Resumo

A Academia Militar das Agulhas Negras possui variado e rico patrimônio cultural. Boa parte dele encontra-se na Biblioteca Marechal José Pessoa - seu espaço cultural mais importante. Quando a formação dos oficiais da linha bélica do Exército Brasileiro viveu o momento histórico da transferência do antiga Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, para a cidade de Resende, em 1944, o novo ambiente de formação dos cadetes era um espaço novo, que aos poucos foi sendo preenchido de história, valores e tradições. Nesse sentido, entre os anos de 1944 e 1947, a então Biblioteca Acadêmica foi sendo organizada seguindo as diretrizes dos primeiros comandantes. Além da vultosa coleção de livros e outras publicações, o lugar foi preenchido com inúmeras esculturas, objetos de valor histórico e mais de quarenta quadros (pinturas a óleo). O objetivo da elaboração desse artigo foi o de verificar se a composição dessa pinacoteca se constitui em boa referência destinada ao enriquecimento cultural dos cadetes, fazendo-os praticar espontaneamente a interdisciplinaridade e o aprimoramento do saber. Para isso, cada pintura foi analisada sob o ponto de vista da técnica artística, dos autores das obras e o seu vulto no cenário artístico nacional, o tema trabalhado e a sua significação sob o ponto de vista da cultura e

1 Oficial superior do Exército Brasileiro (Ministério da Defesa), atualmente no posto de Coronel da Reserva. Possui formação acadêmica militar e licenciatura civil. Na área de Defesa, é Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, 1993), concluiu o Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO -RJ) (2003) e conclui o Curso de Comando e Estado-Maior pela Escola de Comando e Estado-Maior, (ECEME - 2010). Tem experiência na área de Defesa, atuando principalmente nos temas de COMUNICAÇÃO SOCIAL e GESTÃO DE PESSOAL. Na área civil possui pós-graduação em Política e Estratégia pela Universidade Pan-Americana (PR)(2005) e Licenciatura em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Brasil. É professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018 e Assessor Cultural desde 2020.

história. Usando a metodologia da pesquisa bibliográfica e documental, foi revelado que a organização da pinacoteca se destinou a proporcionar ao cadete a compreensão das passagens importantes da história militar e dos personagens históricos mais relevantes para a Força Terrestre. Referências à instituição e às tradições castrenses são outros temas que compõem a coleção, com especial atenção ao então Comandante da Escola Militar do Realengo, o Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque - o idealizador da AMAN.

Palavras-chave: Escola Militar; Resende; Educação Militar.

1. Introdução

O saber cultural é indispensável para qualquer estudante. Diferentes instituições de ensino definem com maior ou menor prioridade os conteúdos de seus currículos voltados para essa área. Na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) a cultura permeia a elaboração de vários planos e legislações ligadas ao ensino e à gestão. O próprio planejamento estratégico dispõe de objetivo específico ligado ao tema, que será descrito neste artigo.

Além disso, a proposta pedagógica da AMAN também prevê o desenvolvimento da cultura. Isso está presente nos regulamentos, nos conteúdos programáticos, nos perfis profissiográficos, nos planos de disciplinas e nas diretrizes de educação, elaboradas tanto pelo comando da academia, quanto por seus escalões superiores.

Dessa forma, percebe-se uma grande preocupação da instituição com o enriquecimento cultural dos cadetes das Agulhas Negras. A estrutura escolar possui ferramentas, ambientes e meios para que isso seja operacionalizado. Assim, o patrimônio contido na instituição deve ser um aliado na busca desse objetivo e nesse contexto a Biblioteca Marechal José Pessoa constitui-se de um local que deve ser visitado por todo cadete. Naquele ambiente, além obviamente da grande coletânea de livros, existem numerosos itens que podem ser explorados para o ganho de saber cultural e histórico, além de serem propícios para o reconhecimento sobre as tradições e os valores da Força Terrestre ao longo do tempo.

Desde a inauguração da Escola Militar de Resende, a organização da biblioteca acadêmica se faz continuamente. Ela foi oficialmente inaugurada em 1947, conforme placa existente em seu interior, que registra essa data histórica. Desde essa data até os dias atuais, o conjunto pictórico acabou se formando e se constituindo de obras de arte cujo conteúdo temático é singular. Trata-se de pinturas que representam batalhas e fatos relevantes da historiografia do Brasil, retratam personagens históricos e heróis nacionais e mostram fatos ligados a história militar da instituição. Nesse sentido, é necessário se estudar: os quadros presentes na pinacoteca servem de referência cultural para os cadetes da AMAN?

Para se responder a essa pergunta foi necessário se relacionar duas variáveis importantes. A primeira foi a de descobrir, no âmbito da academia e do exército, as referências de ensino e pedagógicas que estabelecem os objetivos propostos para

educação do cadete que tenham relacionamento com a necessidade de enriquecimento cultural deles. A segunda variável está relacionada ao estudo das obras de arte em si, verificando cada uma segundo o seu conteúdo temático e a relação dele com os objetivos traçados para o cadete, achando a pertinência, a qualidade e o valor de cada uma. Dessa forma se poderá concluir sobre o valor cultural dessa pinacoteca, sua pertinência e relevância para o ensino voltado á formação dos Oficiais na AMAN.

2. Desenvolvimento

Um pouco de história

Em 1808, com a chegada da Família Real ao Brasil, funda-se a Academia Real Militar em 1810, que inicia suas atividades no ano seguinte, no Rio de Janeiro. Daí em diante a trajetória histórica da formação de oficiais da linha bélica passará por inúmeras transformações – que incluem as mudanças de local (sede). Ao todo foram quatro importantes mudanças, até que se chegou a um bairro do subúrbio distante do Rio de Janeiro onde passaria a existir, a partir de 1912, a Escola Militar do Realengo. Em 1931, o Coronel Jose Pessoa Cavalcanti de Albuquerque assumiu o comando dessa escola e empreendeu uma série de transformações em sua estrutura. Atribuiu o título de cadete ao aluno, mudou uniformes, criou o Corpo de Cadetes e estabeleceu um personagem histórico que seria a referência para os discentes - o Duque de Caxias. (CÂMARA, 2011).

Mas o mais ambicioso projeto do Coronel José Pessoa foi a transferência da Escola Militar do Realengo para uma outra cidade e nela construir uma academia modelo, nas melhores concepções que as suas vivências profissionais pudessem conceber. Essa cidade acabou sendo Resende, no estado do Rio de Janeiro. A construção da academia se deu de meados do ano de 1938 e terminou em 1944, quando foi aberta para as atividades de formação dos oficiais. (CÂMARA, 2011).

A então Escola Militar de Resende² recém-inaugurada possuía uma estrutura completa. Contava com pavilhões de apartamentos, para admitir os cadetes em sistema de internato. Foram planejadas e construídas instalações para a administração, refeitórios e cozinhas, depósitos, salas de aula e ambientes de instrução militar, complexos esportivos e de atividade de equitação, estandes de tiro, cinema e uma biblioteca. Nesta última estrutura está o foco de nossa pesquisa. (AMAN, 2011)

Importa saber que a Pinacoteca presente na Biblioteca Marechal José Pessoa é uma coleção composta ao longo do tempo, com quadros trazidos da Escola Militar do Realengo, outros adquiridos por meio de permuta com diversos museus e muitos que não se pode precisar a sua origem, nem por meio da pesquisa de registros históricos e nem por anotações administrativas do patrimônio.

2 Essa foi a denominação oficial do estabelecimento de ensino quando foi inaugurado. Somente no ano de 1952, por meio de uma portaria ministerial é que a denominação mudou para a Academia Militar das Agulhas Negras.

As legislações gerenciais e de ensino

Há uma sistematização no Exército Brasileiro para expedir diretrizes que contribuam para o bom cumprimento de suas missões e para que se tenha a gestão em ótimo desempenho. Elas são elaboradas dentro das diversas áreas de atuação da Força Terrestre. No campo cultural, o Comando do Exército, por meio do seu Estado-Maior, expediu em 2020 as suas diretrizes para a cultura. Entre os objetivos previstos (Seção II do documento) estão:

I - estimular os públicos externo e interno a conhecer e valorizar os feitos da História Militar Brasileira, incentivando o culto aos símbolos da pátria e aos heróis nacionais; II - fomentar o desenvolvimento cultural, no âmbito do EB, buscando: a) ampliar o conhecimento cultural dos integrantes do EB [...] (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2020, p. 58).

Esse documento também acaba orientando o conteúdo do plano de gestão da AMAN. Nesse sentido, o Livro 2 do Plano de Gestão, inserido no mapa estratégico da AMAN, estabelece o objetivo estratégico organizacional de número nove (OEO 09), com o seguinte texto – “aprimorar o conhecimento de história, raízes e tradições do EB” (ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS, 2021, p. 79). Esse objetivo está ligado intrinsecamente ao que se deseja de todo o efetivo do estabelecimento de ensino, que inclui o corpo discente – os cadetes. Ele assinala os indicadores previstos para esse objetivo, os entes gerenciais do mesmo e as ações planejadas para a realização de projetos e processos ligados ao tema

Há várias ações que podem ser programadas para o aprimoramento do citado objetivo. O contato com o patrimônio contido na Biblioteca Marechal José Pessoa pode ser incluído como uma dessas ações. Logicamente que isso deve ser sistematizado, o que é feito por meio de visitação programada para os cadetes que chegam na Academia, nas primeiras semanas de seu período de adaptação³, uma das oportunidades oficiais de contato com o ambiente.

A documentação pedagógica, no perfil profissiográfico de formação do cadete⁴ estabelece como missão do estabelecimento de ensino o texto abaixo.

Formar o Aspirante-a-Oficial da arma de Infantaria, habilitando-o para os cargos de Tenente e Capitão não aperfeiçoado. Graduar o bacharel em Ciências Militares e iniciar a formação do chefe militar. Desenvolver a visão sistêmica sobre a sua atuação na esfera política, social, jurídica, cultural, científico-tecnológica, humanística, educacional e ambiental nas organizações mili-

3 Período de adaptação é uma fase da formação do cadete que se dá logo após a sua apresentação e antes da aula inaugural. Destina-se a que o cadete conheça os ambientes internos da AMAN e se familiarize rapidamente com a rotina de formação.

4 O perfil citado é o do cadete de infantaria, no entanto ele é comum as outras armas, quadro (material bélico) e serviço (intendência).

Ou seja, há embasamento de legislações e ele é suficiente para se afirmar que a cultura está presente nos objetivos do estabelecimento de ensino. Isso torna indispensável a existência de uma coleção de bens voltados para a cultura, especialmente a cultura militar, o culto às tradições e às raízes do Exército Brasileiro. Resta investigar se a pinacoteca da Biblioteca Marechal José Pessoa possui conteúdo coerente com esses entendimentos.

O Estudo sobre a pinacoteca da Biblioteca Marechal José Pessoa.

Inicialmente é importante explicar a existência de uma pinacoteca dentro de um ambiente que conceitualmente é planejado para ser propício ao estudo e leitura. A biblioteca da AMAN apresenta três espaços distintos, denominados “naves” – a central, a nave oeste e a nave leste. A nave leste possui diversos armários destinados ao armazenamento dos livros, um amplo espaço preenchido por mesas e cadeiras decorado com armaduras, armamentos históricos, gravuras, fotos emolduradas e bustos de personagens históricos estrangeiros (doados em visitas de autoridades de seus respectivos países).

A nave central é a mais ampla, com grande espaço preenchido por mesas e cadeiras do antigo patrimônio da Escola Militar do Realengo. Nas extremidades, há grandes mosaicos em gesso, representando a hidrografia e a altimetria do Brasil. Vitrines espalhadas pelo ambiente guardam variado acervo, desde obras bibliográficas raras até espadas e documentos históricos – como as atas de fundação da Escola Militar de Resende (de 1938) e da Ampliação da AMAN (de 1989). O ambiente pode ser reconfigurado, realocando o mobiliário, criando assim um grande espaço útil para solenidades e apresentações diversas, muito comumente realizadas na AMAN.

A nave oeste é a que possui o acesso ao corredor externo de onde se vê o Pátio Tenente Moura, local de referência para os cadetes. Ela não possui prateleiras para livros. No lugar dessas estruturas, há amplos espaços de parede, todos preenchidos com inúmeras obras de arte – praticamente todas elas se constituindo de pinturas a óleo sobre tela. O espaço também contém duas galerias formais de fotos oficiais. A que está situada na extremidade norte é a reunião de todos os comandantes da escola de formação até o ano de 1944. Ou seja, todos os comandantes que estiveram à frente do estabelecimento de ensino quando este não se localizava na cidade de Resende. Na extremidade sul, vê-se a galeria dos comandantes em Resende, ainda com espaços para o preenchimento dos generais futuros. Predominante então, são as pinturas, daí se entende o porquê de nos guias de visita da AMAN, o local é referido como pinacoteca⁵.

Ao se percorrer a coleção de obras de arte da Biblioteca Marechal José Pessoa depara-se com dezenas de pinturas. Todas elas podem servir de auxílio para que se

⁵ Aqui entendida como uma coleção de pinturas, não como uma estrutura complexa, com características de museu, onde se reúnem vários quadros.

explique a História do Brasil e do Exército, sob o ponto de vista político, social e militar. As pinturas são adequadamente classificadas como excelente fonte de pesquisa. Como destaca CHRISTO (2019), quando fala de Debret como um artista importante para o Brasil do Primeiro Reinado, a coleção de seus cadernos de desenhos e aquarelas retratando o cotidiano brasileiro, conhecidos sob o título de *A Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil* “é constantemente utilizada pelos historiadores brasileiros como fonte iconográfica pertinente ao estudo dos mais variados temas” (CRISTHO, 2019, p. 740). Da mesma forma, podemos destacar as obras presentes na biblioteca com a mesma serventia - a de pesquisa. Mas não só ela, esses documentos iconográficos são meios valiosos para o ensino.

A seguir serão apresentadas as obras de arte mais destacadas (todas são pinturas a óleo sobre tela) e seus significados explorados por meio das pesquisas bibliográficas que foram realizadas e interpretações objetivas das obras (todas elas incluídas como referências neste trabalho. No final, se procurará concluir sobre a relevância dessa coleção como referência na formação dos jovens cadetes, tudo alinhado com a investigação que esse artigo propõe.

a. Quadro “Primeira Missa no Brasil”.

Esta obra não é a original pintada por Victor Meirelles, pintado em 1860. Trata-se de uma cópia de grande valor, de autoria do pintor Joaquim da Rocha Ferreira, feita na década de 1930. A presença de uma cópia dessa pintura revela a preocupação na acessibilidade a esse patrimônio, haja vista que o quadro original pertence ao Museu Nacional de Belas Artes que fica na cidade do Rio de Janeiro. A pintura (Figura 1) retrata uma parte importante e significativa dos episódios escritos em detalhes por Pero Vaz de Caminha, escrivão da expedição de Pedro Álvares Cabral, em sua carta ao Rei de Portugal, no ano de 1500.

Figura 1 – Primeira Missa no Brasil (pintura a óleo sobre tela, medindo 3,22m x 1,98m)



Fonte: PERES; SAVIAN (2017)

O quadro foi pintado em um contexto de exaltação nacional e dos feitos “enaltecedores da dedicação e altruísmo dos portugueses” (CHRISTO, 2009, p. 1154). Essa fase da pintura brasileira, que se ancorou na década de 1840, foi bem expressiva durante todo o Segundo Reinado, tendo o próprio imperador Dom Pedro II como um dos maiores mecenas do Brasil. Foi pintado por Victor Meirelles por aconselhamento de Araújo de Porto Alegre, que foi professor e diretor da Academia Imperial de Belas Artes (AIBA) entre os anos de 1854 e 1857. Meirelles inicia a pintura do quadro em 1859, quando estava na Europa. (CHRISTO, 2009).

Nele, índios e portugueses, integrados por uma elipse, assistem harmoniosamente à missa celebrada num altar erguido em meio à paisagem tropical. O núcleo central, onde encontra-se o altar, fora inspirado na obra de Horace Vernet (1789-1863), a Primeira missa em Kabylie, apresentada no Salon de 1855, em Paris. (CHRISTO, 2009. p 1154).

A representação dos personagens no quadro foi feita de forma suavizada, no posicionamento das pessoas, nos gestuais, relacionando os elementos da composição do trabalho com leveza, como se espera encontrar em um ato religioso. Aquele que vê o quadro admira a cerimônia, observa os índios espontaneamente integrados ao ambiente, não sendo estes representados de forma idealizada. (CHRISTO, 2009)

No contexto cultural da AMAN, a presença dessa pintura serve para transmitir os ensinamentos de história ligados à exploração portuguesa no descobrimento e nos primeiros anos de colonização, bem como da composição inicial da sociedade brasileira, por meio do contato entre os portugueses e os nativos do Brasil. Ainda se tem informações sobre a arte no Brasil e a possibilidade de se explorar a produção no Segundo Reinado e do vulto do artista Victor Meirelles, que além dessa obra, ainda pintou temas importantes como “Juramento da Princesa Isabel” (Museu Imperial de Petrópolis), a Batalha dos Guararapes (Museu Nacional de Belas Artes), Moema (Museu Arte de São Paulo) e o Combate Naval do Riachuelo (Museu Histórico Nacional).

b. Quadro “Entrega do Estandarte da Escola Militar do Realengo.

Essa obra de arte, em se tratando da História da formação dos oficiais do Exército Brasileiro, é quase a síntese de todo o trabalho do Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque – o idealizador da AMAN. A tela é de autoria de Joaquim da Rocha Ferreira⁶, pintor paulistano nascido no ano de 1900. Ao ser observada, nos leva a focar primeiramente o Chefe do Governo Provisório do Brasil de 1931⁷ segurando um estandarte que será entregue a sua guarda, vista à esquerda da pintura (Figura 2). No lado direito é visto o Ministro da Guerra, o General Leite de Castro e logo atrás dele, ambos em uniforme cáqui, o comandante da Escola Militar do Realengo, o então Coronel José Pessoa. Ao fundo, os cadetes estão dispostos em formatura e no último plano é possível ver a fachada da escola. (CÂMARA, 2011).

⁶ DICIONÁRIO brasileiro de artistas plásticos

⁷ denomina-se governo provisório tendo em vista os acontecimentos do ano de 1930, quando uma revolução depôs o presidente eleito Washington Luís. Getúlio Vargas foi o chefe desse governo e permaneceu no poder nessa condição até implantar o Estado Novo, no ano de 1937.

Figura 2 – Entrega do Estandarte da Escola Militar do Realengo
(pintura a óleo sobre tela, medindo 1,68m x 2,58m)



Fonte: PERES; SAVIAN (2017)

O quadro retrata a data de 25 de agosto de 1931, data escolhida pelo então Coronel José Pessoa para o cumprimento do Aviso Ministerial 01, de 2 de janeiro de 1931, do Ministério da Guerra, que determinava a criação do Corpo de Cadetes, por proposição do Comando da Escola Militar do Realengo (CÂMARA, 2011). Os cadetes componentes da guarda ao estandarte, bem como os demais que estão em forma, trajam o uniforme de gala característico, bem como o Espadim de Caxias, ambos criados naquele ano, por determinação de José Pessoa e com a colaboração do artista José Wasth Rodrigues (CASTRO, 2002).

A significação maior do quadro está presente no estandarte que será entregue a sua guarda. Ele foi idealizado com um propósito – dar materialidade e significação ao Corpo de Cadetes, que estava sendo criado naquela data. Segundo Câmara (2011), o Corpo de Cadetes deveria ser a expressão da coletividade disciplinada. Sua criação tinha o papel de desenvolver o sentido pertencimento entre eles, com o estabelecimento de um compromisso, de um espírito de corpo. Essas ideias fazem parte de um conjunto de reformas que foram pensadas pelo comandante da Escola Militar do Realengo. (CÂMARA, 2011)

Percebe-se que a criação do estandarte, 1931, é muito anterior ao início das atividades na Escola Militar de Resende que foi o ano de 1944. Mas já aparece “o perfil estilizado das Agulhas Negras do Itatiaia”. Qual seria a explicação para isso?

Naquela ocasião a Escola Militar estava situada no subúrbio carioca do realengo, bastante longe da região das Agulhas Negras, para onde só seria transferida em 1944! O que pode parecer uma premonição tem uma explicação mais simples. Na época, essa montanha era considerada a mais alta do Brasil. Além disso, fazia parte do maciço central brasileiro - espinha dorsal do território nacional - outro aspecto de forte apelo simbólico. O Pico das Agulhas Negras era visto, portanto, como um símbolo da unidade estrutural do Brasil, da mesma forma que o Exército seria da nação e a Academia Militar, do Exército. (CASTRO, 2002, p. 30).

O quadro é um valioso meio de transmitir aos cadetes a importância do Marechal José Pessoa, personagem histórico que dá nome à biblioteca. Mostra a gênese dos símbolos do cadete, a saber – o Corpo de Cadetes, o estandarte, o uniforme de gala e o espadim, bem como, de forma indireta, a importância do Duque de Caxias como modelo de soldado para as futuras gerações de oficiais. É ainda possível ser uma ferramenta para contextualizar as primeiras décadas da república no Brasil, em especial o marco que foi a revolução de 1930, mostrando-se Getúlio Vargas representado na pintura.

c. Quadro “A Volta dos Expedicionários”.

O pintor Manuel Madrugá representa nessa pintura alegórica o registro do desfile triunfante, ocorrido no Rio de Janeiro, das tropas da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na ocasião do retorno do seu primeiro contingente.

O retorno da FEB ao Brasil se deu em um cenário de certa instabilidade política, haja vista o prolongado período do governo ditatorial de Getúlio Vargas (desde pelo menos 1937), um contraste incômodo com a própria atuação do “pracinhas” – que foi a de lutar contra governos ditatoriais e totalitários. Nesse sentido, foram dadas ordens para que houvesse a formal dissolução das tropas que foram lutar na Itália assim que chegassem ao Rio de Janeiro, o que não impediu o desfile da vitória, ocorrido na Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro. (DA CÁS, 2015).

Figura 3 – A Volta dos Expedicionários (pintura à óleo sobre tela, medindo 2,84m x 1,84m)



Fonte: PERES; SAVIAN (2017)

O desfile ocorreu após a chegada do primeiro de cinco contingentes, transportados da Europa para o Brasil em navios norte-americanos e brasileiros. Foi realizado no dia 18 de junho de 1945. Na pintura, a tropa desfilando aparece em segundo plano, logo atrás das representações das alegorias, como se o observador estivesse no meio da Avenida Rio Branco no Rio de Janeiro, então capital federal. Há muitas pessoas na representação artística, muito coerente com a descrição do episódio, feita pelo General Mascarenhas de Moraes.

Todos os escalões foram recebidos pela população carioca, entre delirante demonstração de júbilo e ao calor apoteótico das ovações. jamais a nossa metrópole viveu momentos de maior exaltação patriótica. Para a chegada do primeiro escalão ao Rio de Janeiro, sob o comando do General Zenóbio da Costa, foi organizada a Parada da Vitória. [...] a capital brasileira se engalanou para receber, num espetáculo de civismo e reconhecimento os expedicionários do Brasil [...] (MASCARENHAS DE MORAES, 1960, p. 300).

Há grande destaque, na pintura, para as figuras femininas compondo as alegorias. O carro de guerra (triga), um elemento de poder bélico, carrega três delas. A alegoria da liberdade é representada por uma figura feminina carregando uma tocha; a da paz, trajando vestes azuis e a da república, no centro da triga, carregando numa das mãos a deusa da vitória (Niké) e na outra um ramo de oliveira. (PERES; SAVIAN, 2017).

Em complemento, a Bandeira do Brasil encontra-se a retaguarda do carro de guerra, como se emoldurasse e protegesse o cortejo. O quadro se constitui em excelente meio de transmissão dos valores, explorando-se os feitos da Força Expedicionária Brasileira (FEB), valores esses exaltados em diversas bibliografias. Há também na pinacoteca, duas telas de tema paisagístico do pintor italiano Roberto Sigrilli, do interior de seu país, particularmente de elevações que foram palco de batalhas nas quais a FEB lutou - como Monte de Castelo e Castelnuovo. Elas também podem servir de complemento sobre ensinamentos a serem transmitidos sobre esse assunto.

d. Quadro “A Proclamação da República”.

O quadro é admirado pelas pessoas que visitam a biblioteca é citado como famoso, conhecido e presente na maioria dos livros didáticos de História do Brasil. Essa pintura foi executada Henrique Bernardelli, famoso artista da virada do Século XIX para o XX e professor da Escola Nacional de Belas Artes, nova denominação da então Academia das Belas Artes, situada no Rio de Janeiro. Foi pintado pouco tempo antes da morte do Marechal Deodoro, por encomenda do Barão de Itaipu, que exigiu do artista, entre outros tópicos “maior semelhança possível entre a figura pintada e o modelo” (DAZZI, 2012, p. 183).

Figura 4 – A Proclamação da República (pintura a óleo sobre tela, medindo 3,08m x 1,98m)



Fonte: PERES; SAVIAN (2017)

Ainda segundo a historiadora da arte Camila Dazzi, esse quadro teve a revolucionária colaboração, dentro do contexto histórico da segunda metade do Século XIX, do uso da fotografia como auxílio nas referências que os artistas poderiam se valer na confecção de suas obras de arte realistas. Na foto do Marechal, tirada especificamente para a realização dessa pintura, Camila Dazzi assinala que “a atitude do modelo sugere um agradecimento a Deus, o que vincularia o ato da proclamação à uma intervenção ou favorecimento divino” (DAZZI, 2012, p. 183). Isso é visto na fotografia mostrando Deodoro olhando ligeiramente para cima e para a sua direita, pose que seria representada na pintura.

No quadro, Deodoro aparece montado em um cavalo erguendo seu quepe. Praticamente toda a tela é preenchida por esses dois elementos (o homem e o cavalo). Em segundo plano há outros homens montados em cavalos e outros de pé, alguns com poses semelhantes a de Deodoro. Entre eles é possível se distinguir algumas personalidades ligadas ao processo de proclamação, como Benjamim Constant.

O fato histórico é a representação do clímax dos acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889, quando civis e militares avessos à monarquia proclamaram a república. No contexto dessa data, o Marechal Deodoro foi colocado à frente do movimento que depôs o Ministro Visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo) e que convidou Dom Pedro II a se retirar do Brasil, o que foi feito no dia 17 de novembro. (DA SILVA, 2015).

A pintura é cheia de ensinamentos. É possível usá-la para exemplificar o conjunto social da proclamação, movimento que não provocou lutas e nem acarretou mortes. O gesto de erguer o quepe contrasta com de erguer a espada, presente em um outro quadro presente na pinacoteca – o do gesto de Dom Pedro I na Indepen-

dência do Brasil. A atuação de Henrique Bernardelli é outro ponto a ser explorado, no rol dos artistas colaboradores com as representações da História Militar, como seu próprio irmão, Rodolfo Bernardelli, importante escultor, autor de obras como as estátuas equestres de Osório e Caxias. Ainda no cabedal de ensinamentos, sendo a pintura de alto valor para o patrimônio nacional, é imperativo salientar o papel dado à AMAN da guarda e preservação desse patrimônio cultural.

e. Quadro “Guerra do Paraguay”.

Essa pintura se destaca no interior da pinacoteca por ser o único trabalho de retratação de uma cena de guerra noturna, elaborada por Eduardo de Martino. A tela mostra uma picada larga, aberta em uma mata, com a presença de espessa vegetação nos arredores e alguns troncos cortados no chão. Nota-se que o pintor reproduziu a cena de uma noite de luar intenso, mostrando uma fraca iluminação do ambiente, mas permitindo que se possa distinguir os diversos personagens presentes. Eles são militares a cavalo e a pé, outros acampados no caminho.

Figura 5 – Guerra do Paraguay (pintura a óleo sobre tela, medindo 3,40m x 2,00m)



Fonte: PERES; SAVIAN (2017)

O episódio mostrado é o da manobra do Piquiciri. O fato aconteceu na Guerra do Paraguai, quando os aliados estavam prosseguindo para o norte, em direção a Assumpção, capital do Paraguai. Ao enfrentar posições de defesa paraguaias no corte do Rio Piquiciri, a situação foi avaliada por Caxias, que resolveu empreender uma grande manobra de flanco para surpreender o inimigo, atingindo-o pela retaguarda. Esse movimento exigiria a construção de uma estrada em região alagada e de matas, o que exigiu um esforço muito grande da engenharia aliada. O plano foi executado conforme o previsto.

Caxias pretendia atingir a região de S. Antônio, ao norte, mantendo o máximo sigilo sobre os locais do desembarque e da transposição, para atuar na retaguarda da posição do Piquiciri, com a finalidade de conquistar Angustura e Ita-Ivaté e destruir as forças paraguaias na região. (LACERDA, 2015, p. 192).

Após o desembarque das tropas em Santo Antônio, os aliados passaram a combater de norte para o sul, sob o comando de Caxias, na fase da guerra conhecida como “dezembrada”, uma série de vitórias em Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angustura (LACERDA, 2015)

Há muitos ensinamentos nessa obra de arte em relação à Guerra do Paraguai e a arte da guerra. A manobra estratégica realizada por Caxias é uma grande lição de aplicação do princípio de guerra da surpresa, quando a realização do deslocamento visto no quadro resultou no desdobramento das tropas em local não esperado pelos paraguaios. Assim o quadro guarda grande relação com as aulas de História Militar da AMAN e com o culto ao Patrono do Exército, também pelas capacidades de liderança militar e visão estratégica.

f. Quadro “Luís Alves de Lima e Silva”.

A tela de grandes dimensões presente na Biblioteca Marechal Jose Pessoa é também uma cópia feita por J.R. Ferreira, da obra do pintor Rocha Fragozo, esta última presente no Curso de Infantaria da Academia. A tela original foi uma obra realizada após o término da Guerra do Paraguai, pintada com base em uma fotografia de Caxias, tirada quando ele já se encontrava no Rio de Janeiro. Já a cópia, foi uma encomenda ao pintor J.R. Ferreira em 1932, feita pelo Coronel José Pessoa quando comandava a Escola Militar do Realengo.

Figura 6 – Luís Alves de Lima e Silva (pintura a óleo sobre tela, medindo 3,10m x 2,51m)



Fonte: PERES; SAVIAN (2017)

O quadro fica localizado na entrada da Biblioteca. Quem adentra ao recinto fica de frente para o intervalo entre a nave leste e a nave central. Ao olhar para a esquerda vê o quadro do Barão do Rio Branco, ao olhar para a direita vê o de Caxias. Esse dispositivo, segundo o professor da Cadeira de História Militar, o Coronel Luiz Emílio Da Cás, tem a intenção de dar destaque a dois grandes estadistas brasileiros, colaboradores e peças fundamentais em todas as ações de manutenção da conformação do território nacional (DA CÁS, 2021).

A tela de Caxias mostra o Patrono do Exército em grande uniforme, típico do exército do Século XIX, ao lado de uma peça de artilharia. Nas proximidades há um armamento individual (provavelmente uma carabina), munições de artilharia, um instrumento de percussão e uma corneta. Nos planos de fundo do quadro é possível se distinguir tropas em formatura, numa região de acampamento. A atmosfera do quadro mostra uma região de margens de rio, em horário vespertino, com o céu tingido do laranja típico do pôr do sol de verão. Essa pintura ambienta Caxias na Guerra do Paraguai e destaca o seu comando das tropas, ocorrido desde a sua nomeação como comandante-chefe das forças do Império em operações contra Solano Lopes (10 Out 1966), até o seu retorno ao Brasil, ocorrido em 21 de janeiro de 1969, após a conquista de Assunção (DE CARVALHO, 1976. p 299).

No contexto de referência para os cadetes, a própria história do quadro já mostra a sua importância – ele foi encomendado pelo Coronel José Pessoa quando comandava a Escola Militar do Realengo. Na época, o Comandante da Escola estava empreendendo um grande projeto de engrandecimento de Caxias e o estabelecimento do mesmo como referência de líder militar para os cadetes, por meio da elaboração de diversos símbolos, como o espadim, o estandarte e a constituição do Corpo de Cadetes (CÂMARA, 2011). Esse quadro possui ligação estreita com o da entrega do Estandarte, presente na mesma biblioteca.

Vale citar que próximo à pintura existem vários objetos históricos ligados ao patrono do Exército. Há, por exemplo, uma caixa com um lenço histórico, onde são representados as promoções de Caxias, seus títulos nobiliárquicos, as ações de combate e guerras que participou.

g. Quadro “Aguilhas Negras Serra do Itatiaia”.

A tela mostra o maciço das Agulhas Negras, presente no interior do Parque Nacional de Itatiaia. O pintor desse trabalho foi Funchal Garcia (1889-1979), artista reconhecido e que dá denominação histórica à Cadeira nº 12 da Academia Leopoldina de Letras e Artes (ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS E ARTES, 2008). O quadro impressiona pelas suas dimensões e pelo realismo da técnica acadêmica da pintura. A montanha é representada de um ponto de observação que faz com que ela pareça muito alta (Figura 7). O Pico das Agulhas Negras “é a principal elevação no planalto, seu pico atinge 2.791,55 m, o ponto mais alto do Parque e quinto mais alto do país [...]” (IBAMA, 2021, p.1). Ele é representativo para o cadete por diversas razões. Entra na heráldica do Brasão da Academia, na denominação do estabelecimento desde a Escola Militar do Realengo e é escalado por todos no Estágio de Montanha da Seção de Instrução Especial da AMAN. Ainda sobre o autor do quadro,

a Academia ainda possui outras quatro telas do pintor. Todas representando a região de Canudos, no sertão da Bahia, local que foi palco de uma insurreição sangrenta, entre novembro de 1896 e outubro de 1897. (DA SILVA , 2019).

Figura 7 – Agulhas Negras Serra do Itatiaia (pintura a óleo sobre tela, medindo 1,39m x 0,64m)



Fonte: PERES; SAVIAN (2017)

h. Quadro “Marechal José Pessoa”.

Figura 8 – Marechal José Pessoa (pintura a óleo sobre tela, medindo 1,84m x 1,27m)



Fonte: PERES; SAVIAN (2017)

Uma Pintura a óleo sobre tela denominada “Marechal José Pessoa”, de autoria do pintor “WAMBACH” pode ser apreciada na pinacoteca. Ela mostra o então Coronel José Pessoa em corpo inteiro, trajando o uniforme típico da década de 1930, portando a sua espada. É possível ver a bandeira do Brasil o Estandarte do Corpo de Cadetes logo atrás do oficial. A composição possui um cavalete montado sobre o solo e contendo sobre ele papéis abertos. Uma análise visual deles mostra que são projetos, possivelmente os de construção da Escola Militar de Resende. Em um plano distante distingue-se os portões de entrada da AMAN e a Serra da Mantiqueira fechando o horizonte. (CÂMARA, 2011)

O quadro é representativo, simbólico e mostra o grande projeto do então comandante da Escola Militar do Realengo – a construção da academia. Ele serve para se penetrar na História do estabelecimento de ensino, em particular a fase empreendedora de José Pessoa e o ideal a ser buscado. É possível ser explorada a montagem, por José Pessoa, do que ele chamou de “pequena cruzada”. Um grupo liderado por ele e destinado a percorrer o Brasil na busca de uma cidade sede para a nova Academia que se queria construir (CÂMARA, 2011)

i. Quadros retratando Conde D’eu, Andrade Neves, Barão do Rio Branco e Osório.

São obras de arte de caráter retratístico, que trazem a figura desses personagens para o ambiente da pinacoteca, a saber: o genro de Dom Pedro II, comandante das forças brasileiras na fase da Campanha da Cordilheira na Guerra do Paraguai; General participante da mesma guerra, o patrono da diplomacia brasileira e o patrono da arma de Cavalaria, respectivamente.

As pinturas mostram o conteúdo da arte de se representar personagens civis e militares que foram vultos para a História do Brasil.

Ao término da análise das obras de arte presentes na biblioteca da AMAN há a necessidade de relacionarmos a coleção com a historiografia brasileira e identificar a sua pertinência com a linha do tempo e com os conteúdos mais importantes. Dessa forma, podemos utilizar como guia a própria documentação pedagógica da Academia. O livro sobre Introdução à História Militar do Brasil, elaborado pelos docentes da Cadeira de História Militar, foi organizado segundo o plano de disciplinas aprovado pela Academia. O livro, que contém dez capítulos, ordena os assuntos seguindo a linha do tempo desde o descobrimento até o contexto político militar pós Segunda Guerra Mundial. Assim, é possível se chegar à conclusão sobre a pertinência dessa pinacoteca como meio auxiliar para a obtenção de conhecimento histórico pelos cadetes e para o reforço da absorção do ideal sobre as raízes e as tradições do EB. (FARIA, 2015).

Assim são ordenados, segundo o organizador do livro Introdução à História Militar do Brasil, o Coronel Durland Puppim de Faria, professor da AMAN, os seguintes assuntos: as primeiras expedições militares, as instituições militares do Século XVI; as Invasões Holandesas; a expansão colonial e a consolidação das fronteiras - séculos XVII e XVIII; a ação militar da Independência até a eclosão da Guerra da Tríplice Aliança; a Guerra da Tríplice Aliança; a ação do Exército Brasileiro na

manutenção da ordem Interna da Proclamação da República até a II Guerra Mundial; A participação do Brasil na II Guerra Mundial; A ação do Exército Brasileiro na manutenção da ordem interna, no desenvolvimento nacional e no contexto internacional, após a II Guerra Mundial; a evolução da formação militar: escolas e reformas no ensino do Exército Brasileiro e a evolução doutrinária do exército: da Independência ao Início do Século XXI.

Pode-se dizer que dos assuntos tratados em sala, muitos podem ser até complementados por meio de observação e exploração das obras de arte da Biblioteca Marechal José Pessoa. Como exemplo pode-se citar o quadro “A Volta dos Expedicionários”. A Cadeira de História Militar explora a o conteúdo sobre os acontecimentos da II Guerra Mundial e sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira. Esse tema é tratado segundo o ponto de vista da doutrina militar e sobre a linha do tempo dos acontecimentos na Europa. Somente estando de frente para a tela em questão é que será possível se explorar o conteúdo interdisciplinar presente nela. No caso, a interação entre a História Militar e a filosofia.

CONCLUSÃO

O presente artigo buscou analisar a documentação iconográfica presente na pinacoteca da Biblioteca Marechal José Pessoa, um dos espaços culturais da AMAN. Nesse sentido, diversas pinturas a óleo foram examinadas sobre o ponto de vista da sua representação e significação. A análise procurou investigar o significado de cada uma dessas pinturas relacionado com a história, com a cultura, com as raízes e com as tradições do Exército Brasileiro e do estabelecimento de ensino militar. Um segundo grupo analítico se propôs a um exame objetivo da documentação ligada aos aspectos gerenciais e pedagógicos. O que se quis foi fazer a verificação dos objetivos do Academia e daquilo que foi proposto oficialmente como diretriz para a formação dos cadetes, particularmente no que se relacione aos aspectos históricos e culturais. Também foi explorado o conteúdo disciplinar da Cadeira de História Militar. Isso serviu para se ter um entendimento geral daquilo que o cadete estuda no âmbito dessa disciplina em particular.

Ao se chegar ao final do estudo das obras de arte, o resultado de uma apreciação conjunta revela que elas são ótimas referências sobre História do Brasil e a cultura militar ligada aos heróis do Exército Brasileiro e nacionais, sobre as batalhas de algumas das principais guerras das quais o Brasil participou e sobre as referências anímicas ligadas aos cadetes – como as representações sobre o Marechal José Pessoa. Observou-se também que todo o conteúdo está coerente com os objetivos estratégicos e pedagógicos propostos, que foram extraídos de documentos da AMAN. Dessa forma, é possível afirmar que o acervo cultural presente neste artigo atende em muito boas condições o critério de serem referências culturais para os cadetes da AMAN, além de todo o seu público interno e os inúmeros visitantes que vão ao estabelecimento de ensino.

Logicamente que a coleção não é completa. Alguns fatos históricos relevantes

se constituem em lacunas, como por exemplo as retratações da reconquista de Pernambuco no Século XVII, fato que inclusive é apontado como gênese do Exército Brasileiro. Não há nenhum quadro sobre esse assunto ou cópia de obras como a da “Batalha de Guararapes”, de Victor Meirelles. Também há fatos mais recentes que não estão representados, como as diversas participações do Brasil em missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU). No entanto, há a possibilidade de se completar ou ir sendo ampliada a coleção, por meio de concursos direcionados à aquisição de obras de arte, fato perfeitamente viável no contexto das diretrizes do sistema cultural do EB.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. Plano de Gestão da AMAN, BIÊNIO 2022/2023, LIVRO 02. Boletim Interno AMAN: nº 215, de 23 de novembro de 2021, Resende, RJ, p. 3255, 2021.

_____. Assessoria Cultural. Visitação na Biblioteca Marechal José Pessoa. Caderno guia de visitação na AMAN, [s. l.], 2021.

AMAN. Academia Militar das Agulhas Negras. Academia Militar: dois séculos formando oficiais para o Exército. Resende: Ipsis - Gráfica e Editora, 2011.

BERNARDELLI, Henrique. Proclamação da República. Pintura, óleo sobre tela, 280 x 195 cm.

BRAILE NETO, Pedro. Almanaque do “O Municipal”. Resende: Papelaria São José, 1944.

CADEIRA nº 12: FUNCHAL GARCIA. [S. l.]: Antônio Márcio Junqueira Lisboa, 2008. Disponível em: <http://www.academialeopoldinense.com.br/p/cadeira-n-12-funchal-garcia.html>. Acesso em: 24 nov. 2021. (ACADEMIA CATARINENSE DE LETRAS E ARTES, 2008).

CÂMARA, Hiram de Freitas. Marechal José Pessoa: A Força de um Ideal. 2ª rev. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2011.

DA CÁS, Luiz Emílio. A participação do Brasil na II Guerra Mundial (Cap7). In: Faria, Durland Puppim de (org.). Introdução à História militar brasileira. Resende: Editora Acadêmica, 2015. DAZZI, Camila. O USO DA FOTOGRAFIA POR ARTISTAS BRASILEIROS AO FINAL DO SÉCULO XIX. Revista Esboços, Florianópolis, v. 19, ed. 28, p. 169-191, Dez 2012.+.

CASTRO, Celso. A Invenção do Exército Brasileiro: Descobrindo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002. 90 p.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. A PINTURA DE HISTÓRIA NO BRASIL DO SÉCULO XIX: PANORAMA INTRODUTÓRIO. ARBOR : Ciencia, Pensamiento y Cultura, Espanha, ano 2009, v. CLXXXV, n. 740, p. 1147-1168, Nov-Dez 2009

2009. DOI 10.3989. Disponível em: <https://arbor.revistas.csic.es/index.php/arbor>. Acesso em: 21 set. 2021. DA SILVA, João Barbosa. A ação do Exército Brasileiro na manutenção da ordem interna da proclamação da República. In: Faria, Durland Puppín de (org.). Introdução a História Militar do Brasil. Resende: Acadêmica, 2015. cap. 6, p. 205-228.

DE CARVALHO, Affonso. Caxias. 2ª. ed. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1976. 306 p. ISBN 923.281. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Portaria nº 266, de 4 de dezembro de 2020. Aprova a Diretriz para o Sistema Cultural do Exército Brasileiro. Boletim do Exército, Brasília, DF, ano 051, p. 58-69, 18 dez. 2020.

EXECUTIVO MUNICIPAL. Um Século de História – 1913-2013. Resende, 2013.

EXÉRCITO BRASILEIRO. 2010. Perfil Profissiográfico do Concludente do Curso de Formação e Graduação de Oficiais da AMAN: PORTARIA Nº 152, do Estado Maior do Exército, Brasília, 16 nov. 2010. FARIA, Durland Puppín de (org.). Introdução à História Militar do Brasil. Resende - RJ: Acadêmica, 2015. 392 p.

FERREIRA, Joaquim da Rocha. Barão do Rio Branco. Pintura, óleo sobre tela, 268 x 208 cm.

_____. Entrega do Estandarte. Pintura, óleo sobre tela, 258 x 168 cm.

_____. Grito do Ipiranga. Pintura, óleo sobre tela, 220 x 198 cm.

_____. Luís Alves de Lima E Silva. Pintura, óleo sobre tela, 310 x 251 cm.

_____. Primeira Missa no Brasil. Pintura, óleo sobre tela, 322 x 198 cm.

_____. Príncipe Dom João. Pintura, óleo sobre tela, 61 x 51cm.

FRAGOSO, Rocha. Marechal Manuel Luís Osório - Marquês do Herval. Pintura, óleo sobre tela, 175 x 132 cm.

GARCIA, Funchal. Agulhas Negras, Serra do Itatiaia. Pintura, óleo sobre tela, 151 x 161 cm.

_____. Monte Santo. Pintura, óleo sobre tela, 98 x 63 cm.

JOAQUIM da Rocha Ferreira. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa285572/joaquim-da-rocha-ferreira>. Acesso em: 26 de novembro de 2021. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7.

LACERDA, Paulo Henrique Barbosa. A Guerra da Tríplice Aliança. In: Faria, Durland Puppín de (org.). Introdução a História Militar do Brasil. Resende: Acadêmica, 2015. cap. 5, p. 163-202.

MADRUGA, M. A Volta dos Expedicionários. Pintura, óleo sobre tela, 175 x 132 cm.

MARTINO, Eduardo de. Guerra do Paraguai. Pintura, óleo sobre tela, 340 x 200 cm.

MASCARENHAS DE MORAES, João Baptista. A F.E.B. pelo seu Comandante. 2. ed. Rio de Janeiro: EGGCF, 1960. 410 p.

PANIZZUTTI, Nei Paulo. Resende – cidade sesquicentenária. Resende, 2011. PARQUE Nacional do Itatiaia: Pico das Agulhas Negras. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://parquedoitaliaia.tur.br/portfolio/pico-das-agulhas-negras/>. Acesso em: 22 nov. 2021. PERES, Carlos Roberto; SAVIAN, Elonir José. Acervo Histórico, Cultural e Artístico da AMAN. 1ª. ed. Resende: Acadêmica, 2017. 780 p. v. I.

PROJETO Raízes, Valores e Tradições: Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: DPH-CEX, 7 nov. 2018. versão provisória. Disponível em: <http://www.dphcex.eb.mil.br/noticias/387-projeto-raizes-valores-e-tradicoes-prvt>. Acesso em: 8 nov. 2021. SABRA. Arte e Cultura: Qual a diferença e qual a ligação?. Sociedade Artística Brasileira, Rio de Janeiro, p. 1, 8 ago. 2018. Disponível em: <https://www.sabra.org.br/site/arte-e-cultura-diferenca-e-ligacao/>. Acesso em: 13 out. 2021.

SIGUILI, Roberto. Monte Castelo. Pintura, óleo sobre tela, 120 x 085 cm.

_____, Roberto. Castelnuovo – Itália. Pintura, óleo sobre tela, 137 x 77 cm.

SODRÉ, Alfredo. A Escola de Guerra. Tymburibá, Resende RJ, 27 fev. 1931.

TARASANTCHI, Ruth Sprung. Pintores Paisagistas: São Paulo 1890 a 1920. 2ª. ed. São Paulo: Edusp, 2016. 392 p. ISBN 978-85-314-1558-6.

WAMBACH, Georges. Coronel José Pessoa. 1942. Pintura, óleo sobre tela, 184 x 127cm.

Crédito Imobiliário Digital

A casa própria com as melhores condições

Financiamento com juros baixos, rápida liberação e outros benefícios para a construção e a aquisição de imóvel, terreno e material de construção.



ACESSE

SIMULE

CONT RATE



poupe x . c o m . b r

